

Relatório Anual de Informações 2022



CIFRÃO

Fundação de Previdência
da Casa da Moeda do Brasil

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações de 2022 foi elaborado de acordo com a legislação vigente. Este relatório é o principal documento de prestação de contas da Entidade e traz as informações relevantes dos planos de benefícios administrados pela CIFRÃO, bem como as medidas adotadas pela Diretoria Executiva durante o ano de 2022, alinhadas sempre com as estratégias aprovadas pelo Conselho Deliberativo, buscando tornar a Fundação mais eficiente e eficaz na prestação de serviço junto aos seus Participantes Ativos e Assistidos, sempre em linha com as boas práticas de Governança Corporativa destinadas às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Além disso, o Relatório Anual de Informações de 2022 traz as Demonstrações Contábeis findo exercício de 2022, o Relatório da Auditoria Independente, os Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios emitidos pela Atuária, bem como as manifestações e aprovações dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

No ano de 2022 a CIFRÃO seguiu trabalhando e se adequando a nova realidade em prol de nossos participantes, aposentados e pensionistas, seja administrando os recursos com responsabilidade, como no pagamento das obrigações contratadas aos nossos aposentados e pensionistas.

Convidamos você a ler o Relatório Anual de Informações de 2022.

UMA ÓTIMA LEITURA!

SUMÁRIO

- 04** A FUNDAÇÃO
- 05** MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA
- 06** SÍNTESE DOS RESULTADOS
- 07** GOVERNANÇA CORPORATIVA
- 11** COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
- 13** PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
- 14** PLANOS DE BENEFÍCIOS
- 17** INVESTIMENTOS
- 29** ADMINISTRAÇÃO
- 31** EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT
- 33** DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- 68** PARECERES ATUARIAIS
- 91** RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- 93** MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
- 94** MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

A FUNDAÇÃO

QUEM SOMOS

A **CIFRÃO – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DA CASA DA MOEDA DO BRASIL**, foi autorizada a funcionar por meio da Portaria MPS nº 1.931, de 11/12/1979, sendo uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Fundação, sendo uma entidade de previdência complementar, multiplano, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira.

A Fundação tem como finalidade a administração de Planos de Benefícios de caráter Previdenciário, de modo a contribuir com o bem estar social dos colaboradores da Casa da Moeda do Brasil – CMB, sua Patrocinadora Instituidora e da CIFRÃO, mediante contribuições de seus Participantes e das respectivas Patrocinadoras.

A Fundação é regida pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29/05/2001, bem como pelas suas alterações e demais regulamentos posteriores e pelas normas e instruções emanadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

NOSSOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA

Atualmente a CIFRÃO administra 02 (dois) Planos de Benefícios:

Plano de Benefício Definido CIFRÃO – PBDC: plano da modalidade de benefício definido, registrado sob o CNPB nº 1979.0039-47; e

Plano MoedaPrev: Plano da modalidade de contribuição definida, registrado sob o CNPB nº 2010.0036-83.

MENSAGEM DA DIRETORIA

Prezados Participantes e Assistidos

É com satisfação que publicamos o Relatório Anual de Informações 2022 da CIFRÃO - Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil. Este documento resume as principais informações e conquistas da Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC criada e patrocinada pela Casa da Moeda do Brasil - CMB, com objetivo de dar sustentabilidade ao sistema de proteção social dos seus empregados e proporcionar benefícios previdenciários sustentáveis.

Os resultados de uma entidade de previdência costumam ser traduzidos em números de curto prazo, e demonstrados segundo formatos nem sempre compreensíveis a todos. Nosso grande desafio, com a criação deste relatório anual, é permitir que nossos participantes ativos e assistidos tenham uma visão geral do trabalho desenvolvido, de forma simples, mas que possa traduzir o que foi realizado durante o ano de 2022.

Ressaltamos que muitos contribuíram para execução dos trabalhos desenvolvidos pela Fundação, são eles: empregados da CIFRÃO, gestores, órgãos colegiados, órgãos reguladores e fiscalizadores, auditorias, participantes ativos e assistidos, diretoria executiva e equipe da Patrocinadora CMB, cada um teve seu papel na preparação e execução das estratégias, dentro de regras de governança estabelecidas pelos normativos internos e legislação em vigor.

Preparar este relatório envolveu trabalho em equipe, visão de conjunto, disciplina, critérios claros, busca da excelência, entre outros tantos atributos que a fundação vem reunindo e aperfeiçoando continuamente.

O cenário macroeconômico de 2022 foi mais um dos grandes desafios para a gestão dos investimentos da CIFRÃO. Inicialmente, apresentava perspectivas positivas pelo arrefecimento dos efeitos na economia causados pela pandemia da Covid-19. No entanto, ao longo do ano, computamos novos e significativos impactos no mercado financeiro e de capitais, desencadeados pela guerra entre Rússia e Ucrânia, inflação global elevada e, além disso, a acirrada disputa política no Brasil com a eleição do novo Presidente da República.

Mesmo diante de um cenário econômico adverso, seguimos enfrentando os desafios e trabalhando na melhoria contínua e aperfeiçoamento da gestão, na busca da sustentabilidade e perenidade dos planos de benefícios, cumprindo nosso propósito único desde 1979, a partir da criação da CIFRÃO: “garantir o pagamento dos benefícios aos nossos participantes”.

Além disso, a CIFRÃO promoveu melhorias no âmbito de Governança Corporativa no ano de 2022 a partir das aprovações de diversos normativos, tais como: Política de Gestão de Riscos, Política de Responsabilidade e Alçadas Atuarial e Programa de Capacitação e Qualificação, dentre outros.

Para o ano de 2023, temos como perspectivas de gestão, implementar nova estrutura de Investimentos, novo site, novas ações visando aumentar o número de Participantes no Plano MoedaPrev com a adesão de novos empregados da Casa da Moeda do Brasil, entre outras importantes ações em nosso Planejamento Estratégico.

E com este pano de fundo, apresentamos aos participantes nosso relatório anual, agradecendo a todos pela confiança e dedicação que permitiu que desenvolvêssemos nosso trabalho.

A DIRETORIA EXECUTIVA

SÍNTESE DOS RESULTADOS

Os resultados da CIFRÃO estão detalhados neste relatório, mas aqui apresentamos apenas a síntese dos principais números:

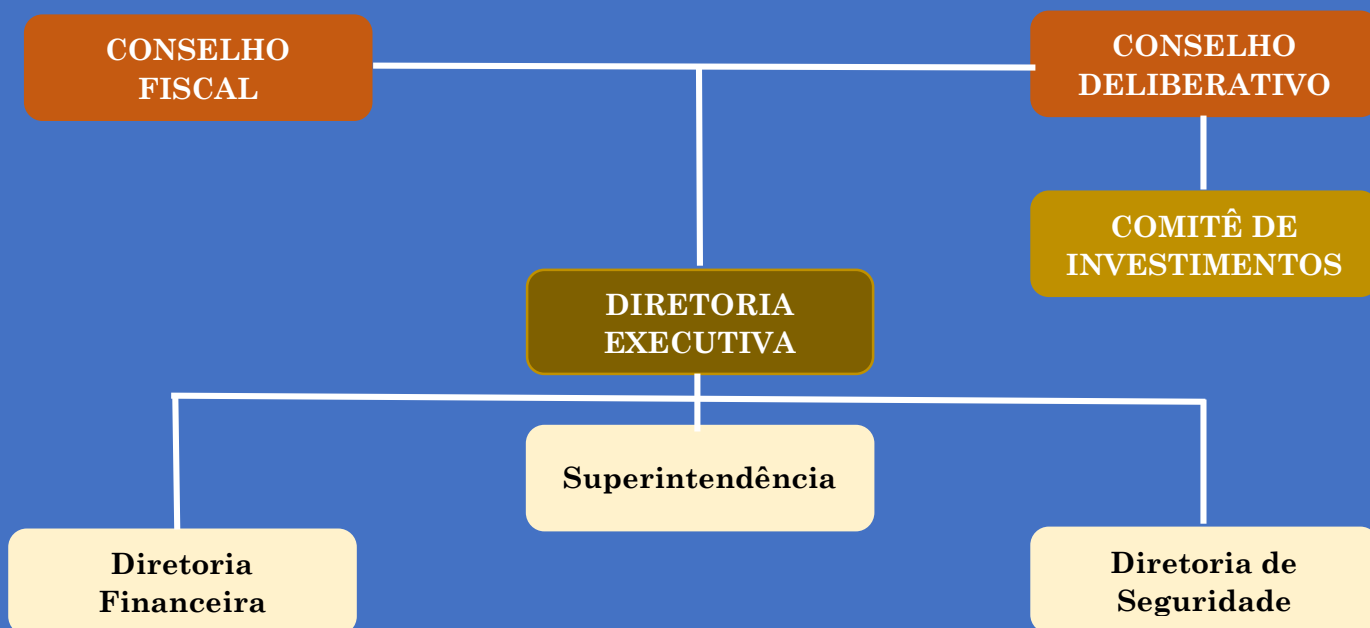
- Em 2022, a CIFRÃO pagou R\$ 45 milhões em benefícios a seus assistidos (incluindo o pagamento de resgates) e recebeu R\$ 30 milhões em contribuições normais, extraordinárias e voluntárias dos participantes ativos, autopatrocinados, assistidos e patrocinadores;
- A CIFRÃO encerrou o exercício de 2022 com 633 participantes ativos e 1.028 assistidos;
- O passivo atuarial da CIFRÃO reduziu 2,85% em relação ao exercício anterior, de R\$ 434,0 milhões para R\$ 421,6 milhões, principalmente pela implementação do novo plano de equacionamento de déficit do Plano PBDC;
- O patrimônio de cobertura da CIFRÃO cresceu 4,90% em relação ao exercício anterior, de R\$ 395,7 milhões para R\$ 415,1 milhões;
- Os planos de benefícios administrados pela CIFRÃO encerraram o exercício com:
 - ✓ Plano PBDC: um superávit de R\$ 3,1 milhões, considerando-se como impactos relevantes no resultado o registro em dos recursos a receber referente aos Precatórios (OFND's) no valor de R\$ 6,9 milhões e a implementação de novo plano equacionamento de déficit no valor de R\$ 31,5 milhões; e
 - ✓ Plano MoedaPrev: um déficit técnico ajustado de R\$ 7,9 milhões, considerando-se nesse número o déficit contábil de R\$ 9,2 milhões e o ajuste positivo de precificação dos títulos federais de R\$ 1,3 milhões
- As rentabilidades da CIFRÃO em 2023 foram de 13,27% para o Plano PBDC, superior a meta atuarial de +10,77% e, 7,75% para o MoedaPrev, inferior à meta atuarial de 10,77%. As melhores rentabilidades (acumuladas) do ano foram provenientes de investimentos em renda fixa (8,50%), e operações com participantes em 14%.

1. GOVERNANÇA CORPORATIVA



A governança da CIFRÃO envolve quatro colegiados, a saber: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos, que atuam com independência e harmonia, assegurando a adequada gestão da fundação. Além dessa estrutura, a CIFRÃO conta com uma equipe técnica de 08 (oito) empregados, distribuídos em 03 (três) áreas distintas.

Apresentamos a seguir o Organograma da CIFRÃO, e posteriormente, descreveremos o papel de cada Órgão Colegiado da Fundação, bem como as suas respectivas competências, responsabilidades:



CONSELHO DELIBERATIVO

Órgão máximo da CIFRÃO responsável pela definição da política geral de administração e de seus planos de benefícios. Sua ação é exercida por meio do estabelecimento de políticas e diretrizes de organização, funcionamento, administração e operação.

O Conselho Deliberativo é composto por 06 (seis) membros, e respectivos suplentes, sendo 03 (três) indicados pela Patrocinadora Casa da Moeda do Brasil e 03 (três) eleitos pelos participantes e assistidos, com mandatos de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

Membros do Conselho Deliberativo

Titular	Suplente	Cargo	Mandato
José Luiz Gil Costa (*)	Vago	Indicado	15/07/21 a 14/07/25
Ricardo Roberto Padilha da Rocha	Manuel Martins P. Júnior	Indicado	15/07/21 a 14/07/25
Thiago Oliveira Veiga	Vago	Indicado	10/06/19 a 09/06/23
Marcos Leon Rozemblatt	Zigman Campos Lima	Eleito	15/07/21 a 14/07/25
Roberto Serdeira Dominguez	Walter Balthor Junior	Eleito	02/03/20 a 09/06/23
Célio Martins Chaves Júnior	Vago	Eleito	02/03/20 a 09/06/23

(*) Presidente

O Conselho Deliberativo se reúne mensalmente, em reuniões ordinárias, e extraordinariamente para tratar de questões urgentes. Em 2022 foram realizadas 12 (doze) reuniões ordinárias e 09 (nove) reuniões extraordinárias.

CONSELHO FISCAL

Com atuação independente para fiscalizar os resultados da Fundação, o Conselho Fiscal tem, por exemplo, a responsabilidade, de analisar as demonstrações contábeis mensais, assegurar o cumprimento do código de ética, avaliar os mecanismos de governança, emitir relatórios semestrais, dentre outras atribuições.

O Conselho Fiscal é composto por 04 (quatro) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo 02 (dois) indicados pela Patrocinadora Casa da Moeda do Brasil e 02 (dois) eleitos pelos participantes e assistidos, com mandato de 04 (quatro) anos, vedada a recondução.

Membros do Conselho Fiscal

Titular	Suplente	Tipo	Mandato
Everson Alves Santos	Felipe de Paiva Lima	Indicado	10/06/19 a 09/06/23
Jorge Eduardo Vieira Costa	Vago	Indicado	15/07/21 a 14/07/25
Sérgio dos Santos Machado (*)	Evelyne Cunha Lima Schultz	Eleito	02/03/20 a 09/06/23
Francisco José Haddad de Almeida	Vago	Eleito	15/07/21 a 14/07/25

(*) Presidente

O Conselho Fiscal se reúne mensalmente, por meio de reuniões ordinárias, e extraordinariamente para tratar de questões urgentes. Ao todo, em 2022, foram realizadas 12 (doze) reuniões ordinárias e 01 (uma) reunião extraordinária.

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria-Executiva é o órgão de administração e gestão da CIFRÃO, cabendo-lhe executar as diretrizes e as políticas de administração estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, mediante decisões fundamentadas em análises técnicas.

A Diretoria Executiva é composta por 03 (três) membros: um Diretor Superintendente, um Diretor de Seguridade e um Diretor Financeiro, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução.

Membros da Diretoria Executiva

Nome	Cargo	Formação	Mandato
João Carlos Perez de Almeida	Diretor Superintendente	Ciências Contábeis	01/07/21 a 30/06/25
Wagner Barreto dos Santos	Diretor de Seguridade	Ciências Contábeis	01/07/21 a 30/06/25
Marcos Aurélio Litz	Diretor Financeiro	Economista	04/10/22 a 03/10/26

A Diretoria Executiva se reúne com frequência mínima mensal, mediante convocação do Diretor Superintendente, conforme estabelece o Artigo 29 do Estatuto Social da CIFRÃO, e durante o ano de 2022 foram realizadas 41 (quarenta e uma) reuniões.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

O Comitê De Investimentos é um órgão consultivo do Conselho Deliberativo e tem por finalidade analisar propostas de investimentos de modo assessorar o Conselho Deliberativo nas decisões relacionadas à gestão dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela Fundação, observadas a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, a serem realizados de acordo com a legislação vigente e em consonância com a Política de Investimentos;

O Comitê de Investimentos é composto por 04 (quatro) membros com mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução.

Membros do Comitê de Investimentos

Titular	Tipo
Luis Augusto Pellegrini (*)	Participante indicado pelos Conselheiros Deliberativo eleitos
Josinaldo Leonardo Lopes	Empregado da CIFRÃO vinculado à Diretoria Financeira
Marcos Paulo Martins dos Santos	Empregado indicado pela Diretoria Executiva da Patrocinadora
Samaya Machado Carvalho	Empregada da CIFRÃO que vinculada à Diretoria de Seguridade

(*) Coordenador

GESTÃO ESTRATÉGICA

Apresentamos a seguir os temas mais relevantes tratados junto aos Órgãos Estatutários da CIFRÃO durante o exercício de 2022.



- a) Revisão da Política de Capacitação e Qualificação;
- b) Implantação da Política de Gestão de Riscos;
- c) Implantação da Política de Responsabilidade e Alçadas Atuarial;
- d) Implantação da Política de Educação Previdenciária e Financeira;
- a) Implantação da Política Organizacional;
- b) Aprovação do Regimento Interno do Comitê de Ética;
- c) Plano de Equacionamento de Déficit do PBDC de 2021;
- d) Aprovação do Primeiro Ciclo de Planejamento Estratégico 2023;
- e) Criação do Programa de Capacitação e Qualificação; e
- f) Nova Estrutura de Investimentos com a criação de 03 (três) de Carteiras Administradas.

2. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

A CIFRÃO está sempre buscando melhores formas de atender você, para que nossos Participantes e Assistidos possam obter informações atualizadas a respeito da gestão dos planos de benefícios, bem como esclarecerem as suas dúvidas a respeito de concessão de aposentadoria, simulações e contratações de empréstimos, dentre outros assuntos. Para isto, disponibilizamos os seguintes canais de comunicação:

- a) **Presencial:** na Sede da CIFRÃO todos os dias úteis, das 8h30min às 16h30min;
- b) **Telefone:** (21) 4040-4993, todos os dias úteis, das 8h30min às 16h30min;
- c) **Whatsapp:** através do celular (21) 97122-9323, todos os dias úteis, das 8h30min às 16h30min;
- d) **E-mail:** basta enviar uma mensagem para o endereço eletrônico atendimento@cifrao.com.br que a equipe de atendimento irá lhe responder com a maior brevidade possível, dentro do horário de atendimento;
- e) **Site da CIFRÃO:** você pode acessar o “Fale Conosco” através do Site da CIFRÃO (www.cifrao.com.br) e tirar as suas dúvidas. O site também possui a “Área do Participante”, onde é possível ter acesso ao contracheque, informes de rendimentos, extrato do saldo de contas, simular benefícios e empréstimos, dentre outros. Além disso, o site disponibiliza diversas informações e documentos, tais como Estatuto, Regulamento dos Planos, Código de Ética, Políticas de Investimentos, Demonstrativos de Investimentos, Demonstrações Contábeis e Atuariais, Pareceres Atuariais e o próprio Relatório Anual de Informações, dentre outros.



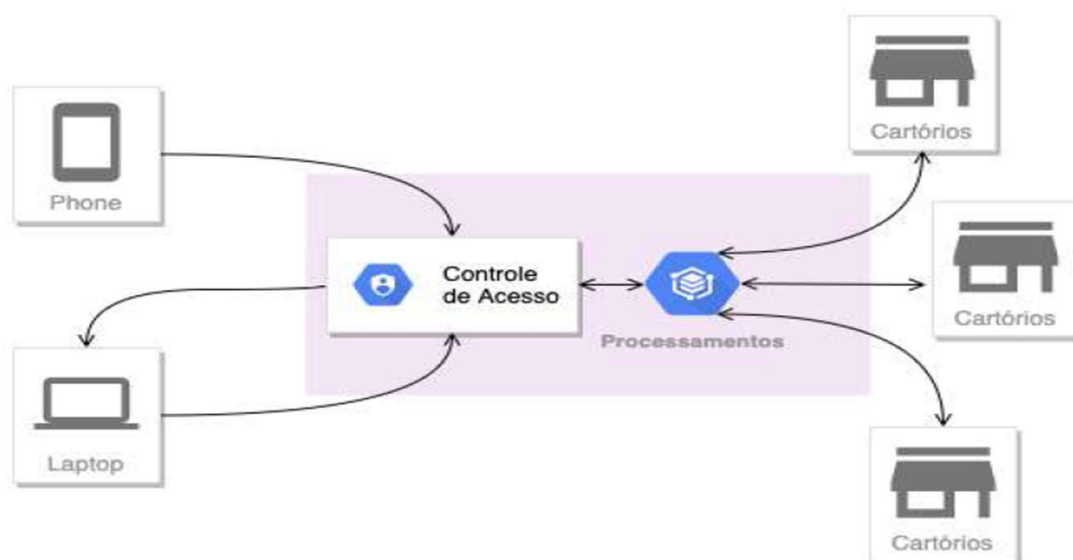
RECADASTRAMENTO ANUAL

O recadastramento anual dos assistidos da CIFRÃO é realizado anualmente e por mês de aniversário de cada assistido, conforme previsto na Instrução Normativa CIFRÃO nº 011.02, de 28/06/2022.

Os assistidos passaram a ter opção de realizar o seu recadastramento via aplicativo mobile desde 2021, podendo ser baixado através de aparelhos Smartphones, Tablets ou Ipads, por meio do Google Play ou da App Store, dependendo do sistema operacional do aparelho utilizado.



O recadastramento dos assistidos no ano de 2022 teve mudanças, dentre as novidades está a dispensa de prova de vida dos aposentados e pensionistas que residem em todo território nacional, isto porque a CIFRÃO contratou o módulo de controle de óbitos que permite realizar consultas em cartórios de todo território brasileiro, mediante a identificação do CPF de cada pessoa.



3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

INTRODUÇÃO

A partir das mudanças na legislação, do cenário econômico cada vez mais desafiador e seguindo as boas práticas de mercado, a CIFRÃO criou, em 2022, o seu primeiro ciclo de planejamento estratégico, para estabelecer ações e projetos que garantam sua sustentabilidade.

Para tanto, a diretoria executiva, quadro técnico e o Conselho Deliberativo realizaram reuniões, a fim de alinhar medidas adequadas aos desafios futuros, como as mudanças da legislação, revisar a atual estrutura de custos, aumentar o acesso de pessoas a plano de previdência, implantar uma nova estrutura de carteiras de investimentos, entre outras.

Este primeiro ciclo de Planejamento Estratégico da CIFRÃO - 2023 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua 12ª Reunião Ordinária, realizada no dia 22/12/2022.

MAPA ESTRATÉGICO 2023



MISSÃO

Administrar com segurança e transparência, de forma a garantir recursos financeiros para pagamento das obrigações contratadas pelos participantes

VISÃO

Ser reconhecida pelos participantes, patrocinador pela excelência na gestão dos planos de previdência

VALORES

Integridade, transparência, inovação, responsabilidade social, excelência, ética, comprometimento, foco nos associados

PERSPECTIVAS DE NEGÓCIO

Resultado Corporativo

P.04 - Implantar Nova Estrutura de Investimentos, adequando estratégias, mandatos de riscos e custos

P.05 - Aumentar o Acesso de Pessoas a Previdência Privada com adesão de novos participantes dos atuais patrocinadores

P.06 - Revisar a Atual Estrutura de custos da Fundação



PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

Direcionadores Internos

EXPANSÃO
P.03 - Desenvolver um Plano de Expansão da EFPC visando manter a estrutura adequada a seu porte e crescimento das operações

GOVERNANÇA
P.02 - Implementar Cultura Baseada em Riscos, incluindo todos os empregados e Conselheiros da Cifrão

PROCESSOS
P.02 - Implantação da Cultura baseada na Gestão por Processos, através de uma visão sistêmica de toda a organização



PERSPECTIVA DE APRENDIZADO E CRESCIMENTO

ENGAJAMENTO

Manter níveis Elevados de Comprometimento, Satisfação, Competitividade, Organização e Retenção dos Profissionais.

RECURSOS HUMANOS

Criar e implantar um Modelo de Desenvolvimento Ativo de Gestão de Pessoas

4. PLANOS DE BENEFÍCIOS

PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA CIFRÃO

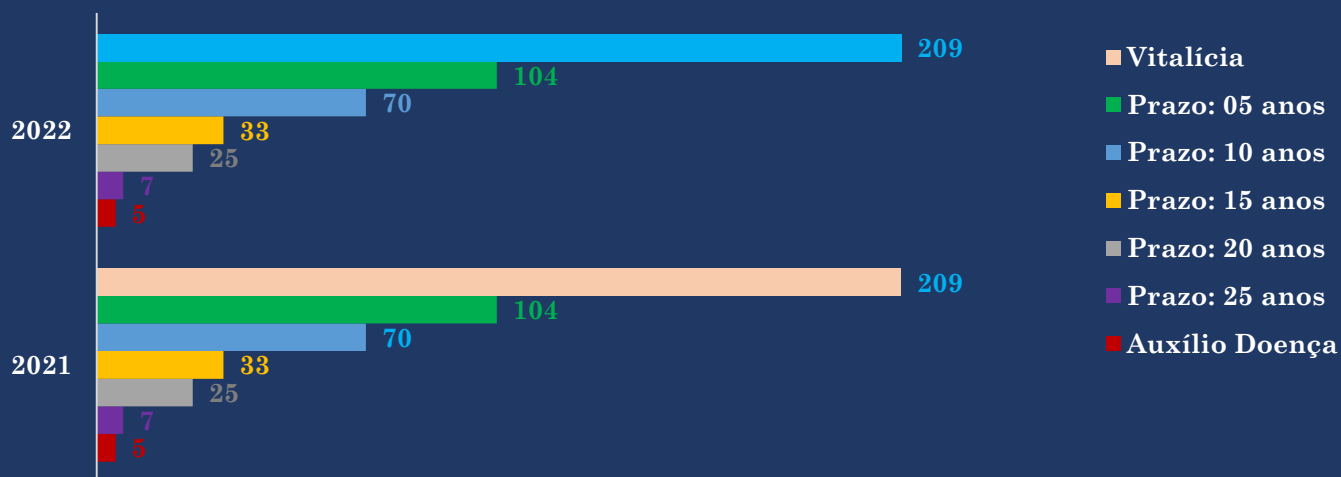
A Fundação administra 02 (dois) planos de benefícios para os empregados da Casa da Moeda do Brasil e da própria CIFRÃO. Os seus regulamentos encontram-se disponibilizados no Site da CIFRÃO (www.cifrao.com.br) para consulta.

- **Plano de Benefício Definido CIFRÃO – PBDC:** Estruturado na modalidade de Benefício Definido que tem como objetivo oferecer um benefício vitalício aos seus participantes, aposentados e beneficiários que façam jus a essa forma de benefício. O Plano PBDC está fechado para novas adesões desde 2011.
- **Plano de Benefícios MoedaPrev:** Estruturado na modalidade de Contribuição Definida e instituído em 2011. O Plano MoedaPrev está aberto aos empregados da Casa da Moeda do Brasil e da CIFRÃO e oferece aos novos participantes renda por prazo certo nos períodos de 05, 10, 15, 20, ou 25 anos.

NÚMERO DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

	PBDC		MoedaPrev	
	2022	2021	2022	2021
Participantes Ativos	19	23	614	609
Autopatrocinados	00	00	01	01
Participantes Assistidos	567	575	461	469
- Aposentadorias	448	451	314	314
- Pensões	118	124	143	146
- Auxílios	01	00	04	09
Total Geral	586	598	1.076	1.079

Número de Assistidos por Tipo de Benefícios do Plano MoedaPrev



ARRECADAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES

O quadro a seguir demonstra o volume de arrecadação de contribuições normais, extraordinárias e voluntárias aportadas pelos participantes, assistidos e Patrocinadoras no ano de 2022, por plano de benefícios:

Descrição	Plano PBDC	Plano MoedaPrev	Total
PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	7.836.951,69	7.963.704,73	15.800.656,42
Contribuição Normal	2.489.343,17	7.873.555,49	10.362.898,66
Contribuição Extraordinária	5.347.608,52	0,00	5347608,52
Contribuição Voluntária	0,00	90.149,24	90.149,24
PATROCINADORAS	7.836.951,69	7.220.953,60	15.057.905,29
Contribuição Normal	2.489.343,17	7.220.953,60	9.710.296,77
Contribuição Extraordinária	5.347.608,52	0,00	5347608,52
TOTAL	15.673.903,38	15.184.658,33	30.858.561,71

Valores em reais com base na arrecadação

Nos gráficos a seguir apresentamos os valores das menores, médias e maiores contribuições normais e extraordinárias de cada planos de benefícios administrados pela Fundação na data base de 31/12/2022:

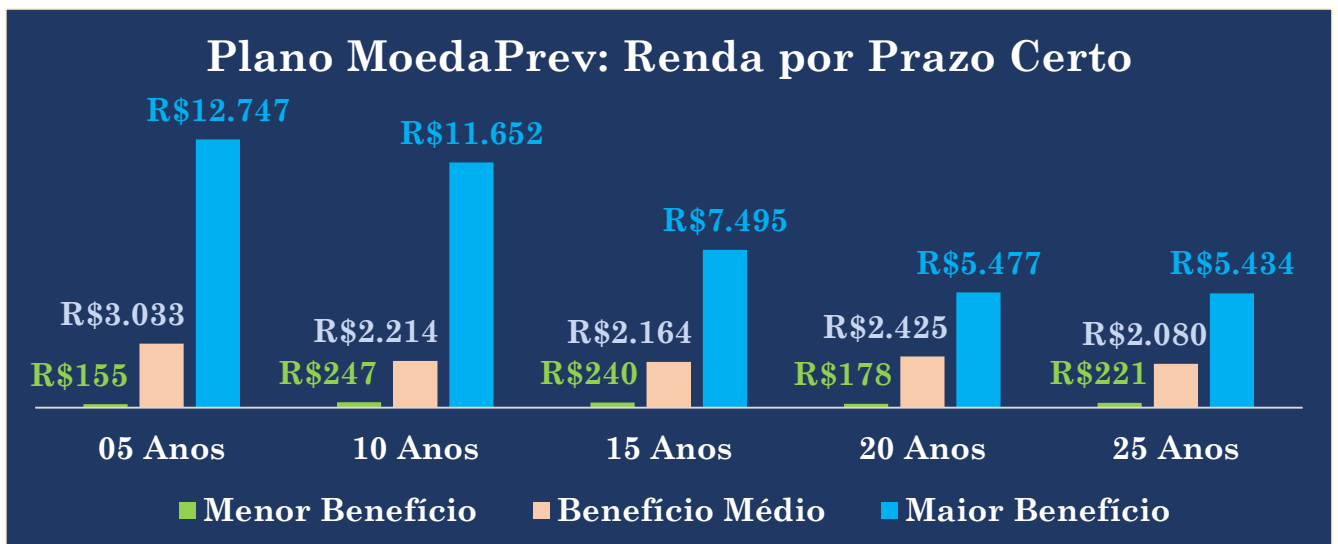
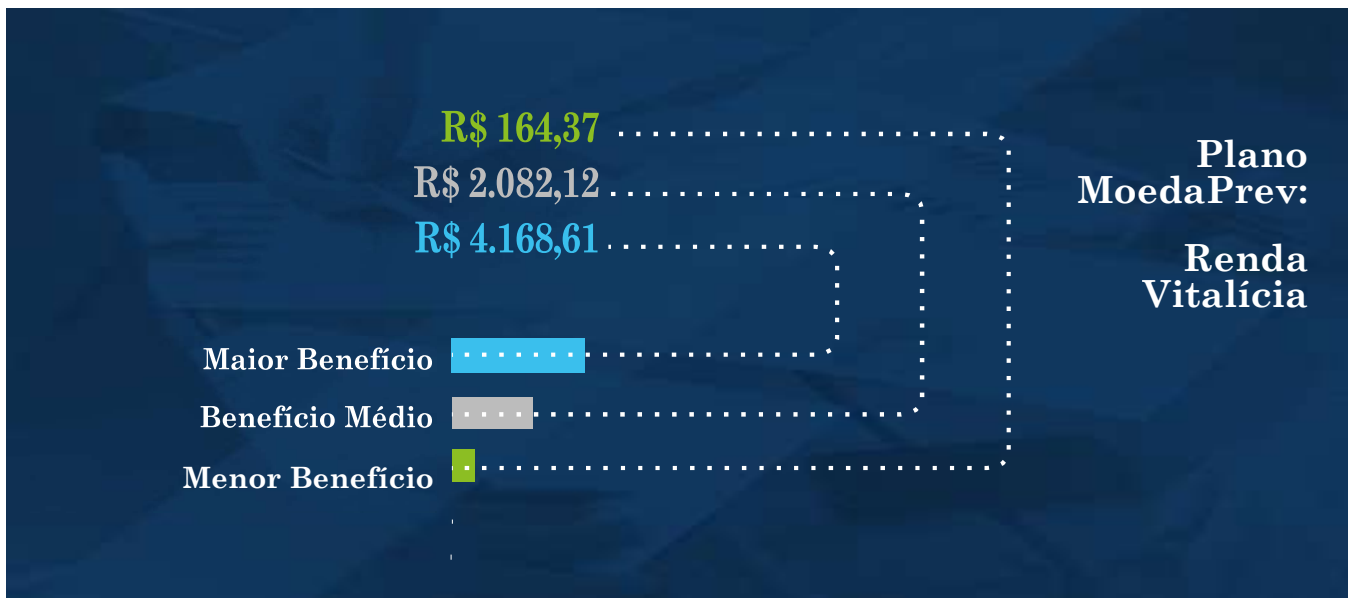
BENEFÍCIOS PAGOS AOS PARTICIPANTES ASSISTIDOS

O quadro a seguir demonstra o volume de benefícios pagos no ano de 2022 por plano de benefícios e o volume de saída de recursos, que por ocasião da cessação de vínculo empregatício com a Patrocinadora, optaram pelo instituto da Portabilidade ou do Resgate no ano de 2022:

Descrição	Plano PBDC	Plano MoedaPrev	Total
Benefícios de Prestação Continuada	29.800.974,24	14.306.308,67	44.107.282,91
Aposentadoria Programada	24.438.732,52	9.435.236,08	33.873.968,60
Invalidez	727.205,86	128.600,67	855.806,53
Pensões	4.534.372,38	3.786.442,84	8.320.815,22
Auxílios	100.663,48	364.857,29	465.520,77
Saque 25%	0,00	591.171,79	591171,79
Opção dos Institutos	386.447,79	1.341.581,93	1.728.029,72
Portabilidade	0,00	54.971,55	54.971,55
Resgate	386.447,79	1.286.610,38	1.673.058,17
TOTAL	30.187.422,03	15.647.890,60	45.835.312,63

Valores em reais com base na folha de benefícios

DADOS ESTATÍSTICOS DE BENEFÍCIOS



5. INVESTIMENTOS

INFORMAÇÕES DE INVESTIMENTOS DE 2022

RESULTADOS E INDICADORES

Rentabilidade do Plano PBDC

2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum
RENTABILIDADE	0,73%	0,87%	1,99%	0,83%	1,42%	0,20%	7,28%	0,74%	0,52%	0,71%	-2,72%	0,23%	13,27%
Renda Fixa	0,44%	0,86%	1,85%	1,24%	1,34%	0,51%	0,11%	-0,15%	0,70%	0,55%	0,59%	0,46%	8,83%
Renda Variável	6,92%	1,31%	6,14%	-7,92%	3,71%	-9,18%	4,67%	5,55%	-0,88%	5,73%	-3,01%	-2,15%	9,56%
Imóveis	0,11%	0,12%	0,08%	0,10%	0,10%	0,21%	0,19%	0,15%	0,19%	0,17%	0,18%	6,89%	8,59%
Empréstimos	1,62%	1,36%	1,27%	1,23%	1,53%	2,16%	1,59%	1,22%	1,36%	0,41%	0,58%	0,07%	15,37%
Taxa Atuarial	1,04%	1,37%	2,08%	1,41%	0,82%	0,99%	-0,23%	0,06%	0,05%	0,84%	0,75%	1,06%	10,77%
Mediana Planos BD	1,08%	0,91%	1,92%	0,78%	1,25%	0,21%	0,63%	0,61%	0,28%	0,91%	0,42%	0,71%	9,94%

Rentabilidade do Plano MoedaPrev

2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum
RENTABILIDADE	1,09%	0,51%	2,74%	-0,47%	1,29%	-1,38%	0,72%	1,71%	0,94%	1,49%	-0,85%	-0,22%	7,75%
Renda Fixa	0,66%	0,70%	2,60%	0,25%	1,32%	-0,47%	0,27%	0,63%	1,15%	0,98%	-0,25%	0,04%	8,14%
Renda Variável	4,27%	-1,10%	4,55%	-6,84%	1,71%	-9,32%	5,20%	5,76%	-0,13%	6,92%	-5,48%	-3,14%	0,75%
Imóveis	0,11%	0,12%	0,08%	0,10%	0,10%	0,21%	0,19%	0,15%	0,19%	0,17%	0,18%	6,89%	8,59%
Empréstimos	1,66%	1,32%	1,22%	1,12%	1,42%	2,14%	1,59%	0,97%	1,06%	0,04%	0,13%	0,10%	13,53%
Taxa Atuarial	1,04%	1,37%	2,08%	1,41%	0,82%	0,99%	-0,23%	0,06%	0,05%	0,84%	0,75%	1,06%	10,77%
Mediana Planos CV	0,83%	0,64%	2,02%	0,18%	1,05%	-0,14%	0,78%	1,07%	0,42%	1,20%	-0,06%	0,35%	8,22%

Indicadores

2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum
INDICADORES													
CDI	0,73%	0,75%	0,92%	0,83%	1,03%	1,01%	1,03%	1,17%	1,07%	1,02%	1,02%	1,12%	12,37%
SELIC	0,73%	0,75%	0,92%	0,83%	1,03%	1,01%	1,03%	1,17%	1,07%	1,02%	1,02%	1,12%	12,37%
IBOVESPA	6,98%	0,89%	6,06%	-10,10%	3,22%	-11,50%	4,69%	6,16%	0,47%	5,45%	-3,06%	-2,45%	4,69%
INPC	0,67%	1,00%	1,71%	1,04%	0,45%	0,62%	-0,60%	-0,31%	-0,32%	0,47%	0,38%	0,69%	5,93%



CENÁRIO MACROECONÔMICO

Cenário Global

O ano de 2022 ficou marcado pela deterioração do cenário econômico mundial, com reflexos em todas as economias, em praticamente todos os segmentos de mercado. Um tema de destaque em 2022 foi a guerra na Ucrânia. Após uma escalada de tensões vista desde o final de 2021, a Rússia invadiu o país vizinho em fevereiro e, passados quase um ano, ainda não é possível definir perspectivas para o fim desta guerra. Manobras militares contínuas sinalizam, a princípio, novas ofensivas russas. Impactos geopolíticos e econômicos continuam produzindo efeitos colaterais para o setor energético europeu, uma vez que Rússia é importante fornecedora de petróleo e gás natural para a região. A economia brasileira também sentiu os efeitos desta guerra, uma vez que grande parte dos fertilizantes são produzidos nos países sob conflito, afetando diversas cadeias produtivas, fazendo pressão aos preços de insumos e, por consequência, gerando inflação.

Embora tenha uma aparente entrada na lista de enfermidades cíclicas, a pandemia do COVID-19, de acordo com a (OMS) Organização Mundial da Saúde, resultou em 2022, aprox. 1,2 milhão de mortes pelo mundo. Embora número menor que em 2021 (3,5 milhões), o tema se manteve presente ao cenário, somando-se a outras crises.

O endurecimento das políticas monetárias, trouxe um alerta para possível estagflação nos mercados mundiais, efeito que ocorre quando a economia passa por um ciclo de baixo crescimento econômico, em momento de forte pressão inflacionária e altas taxas de juros. Como exemplo, no início de 2022, a taxa básica de juros dos Estados Unidos estava dentro do intervalo 0,00% / 0,25% ao ano e encerrou o ano com 4,25% / 4,50% ao ano, e expectativas percentuais maiores.

Cenário Brasil

No Brasil, a SELIC taxa básica de juros - passou de 9,00% a.a. no encerramento de 2021 para 13,75% em 2022. O Banco Central do Brasil figurou como uma das primeiras autoridades monetárias a iniciar ciclos de aumento de juros para o combate inflacionário. Com isso, a inflação brasileira reduziu de 10,1% (2021) para 5,8% (2022), com pico de 12,1%, no mês de março.

A pressão da inflação, atenuada ao longo do ano, impactou negativamente no desempenho das diversas classes de ativos, inclusive na de Renda Fixa (médio e longo prazo), exigindo posturas mais táticas de proteção de patrimônio, sem deixar de capturar oportunidades de investimentos.

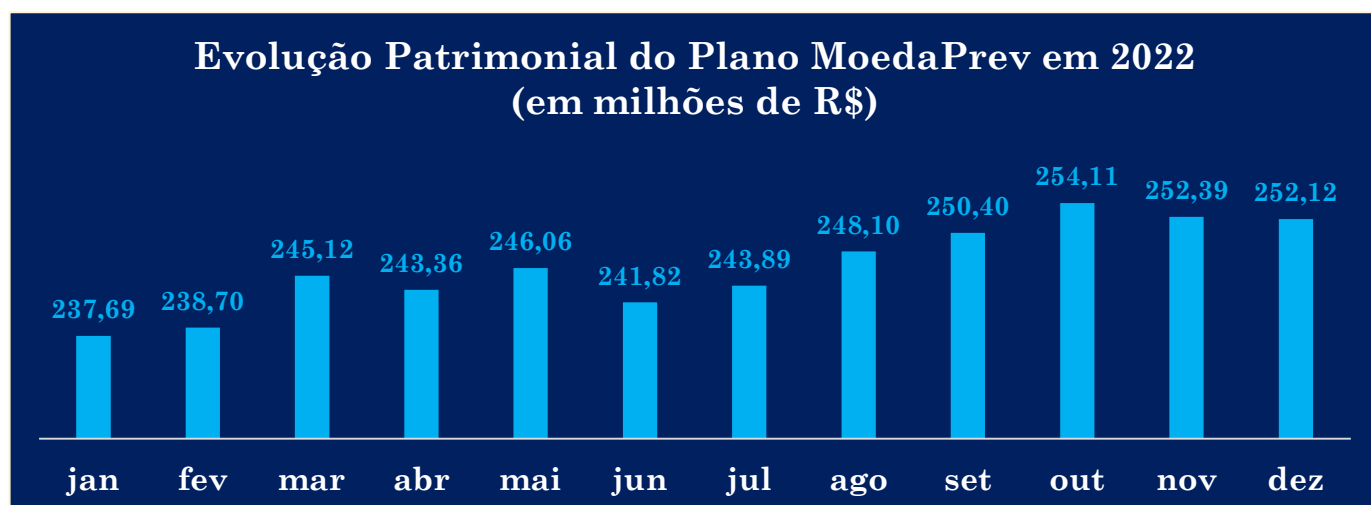
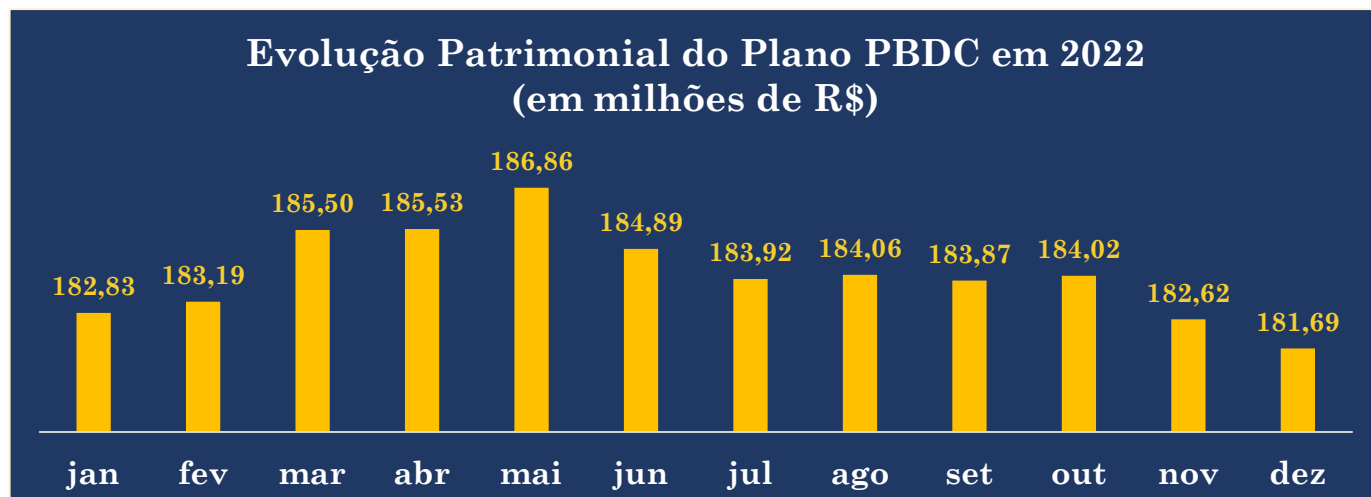
Por fim, as eleições nacionais realizadas em outubro, trouxeram menos impacto na bolsa e no câmbio, como esperado se comparado a eleições anteriores. No pós-eleição, os ativos financeiros repercutiram os anúncios do novo presidente, quer seja na definição de política econômica, e na formação das equipes.

Sob este cenário, o Ibovespa, principal índice da B3, encerrou o ano com alta de 4,69%, enquanto os índices de Renda Fixa mais longos, o IMA-B5+ (composto por títulos públicos indexados ao IPCA com vencimento igual ou superior a cinco anos) encerrou o ano com elevação de 3,3% e o IRF-M1+ (formado por títulos públicos prefixados com vencimento acima de um ano) registrou alta de 7,4%.

PATRIMÔNIO DOS PLANOS

Encerramos 2022 com aproximadamente R\$ 440 milhões em patrimônio, sendo a maior parte desse montante, R\$ 242 milhões (55%), administrado pela própria Entidade. Os demais R\$ 198 milhões (45%) são geridos por fundos administrados por gestores de recursos de terceiros.

Os gráficos abaixo mostram a evolução patrimonial dos planos sob gestão da CIFRÃO ao longo do tempo.



INVESTIMENTOS DOS PLANOS

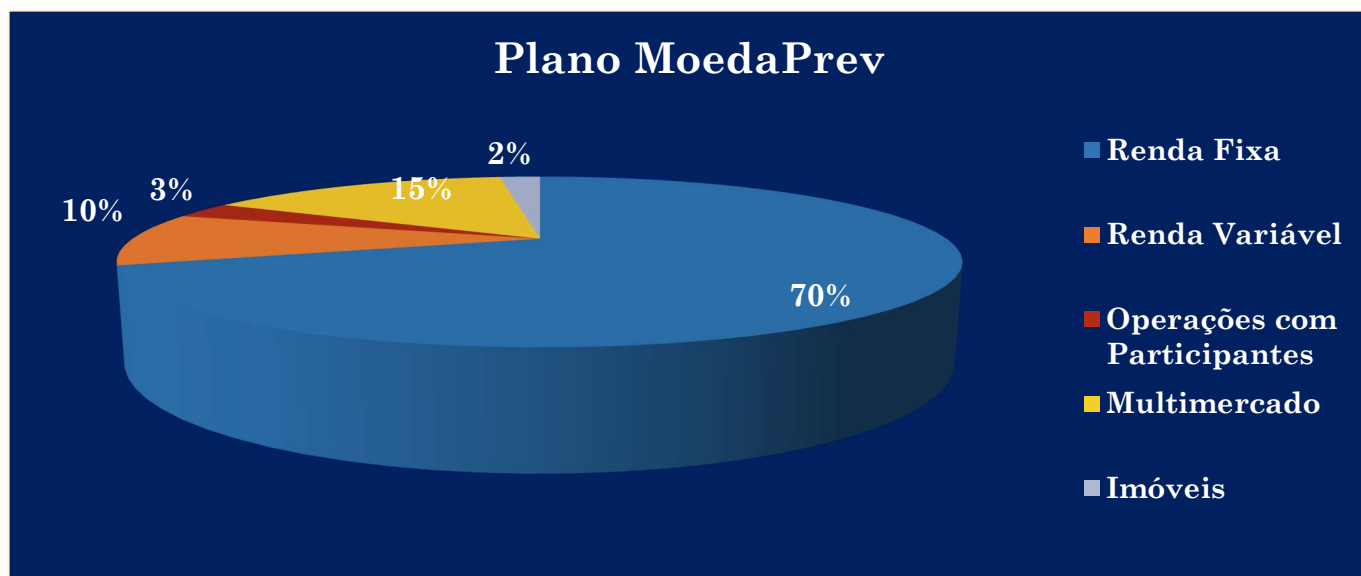
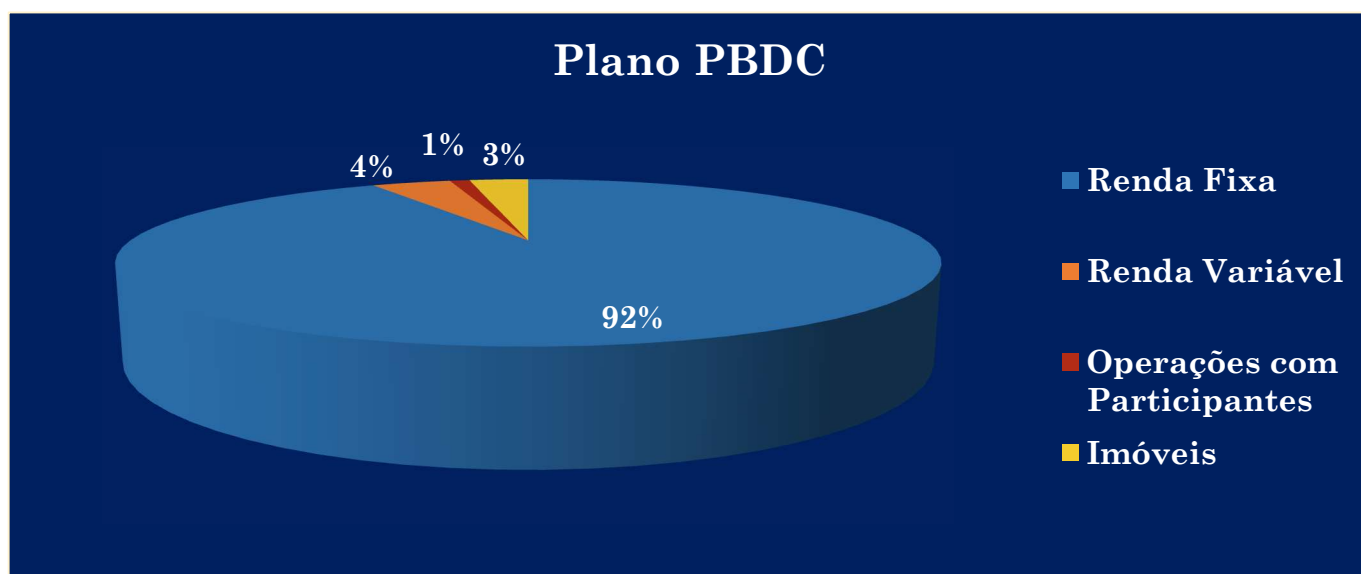
Os investimentos dos planos de previdência são orientados pelas políticas de investimentos, as quais são revisadas pelos colegiados anualmente. A construção das políticas segue estudos técnicos de mercado, como por exemplo o estudo de *ALM Asset Liability Management* - que busca reduzir o risco de déficit ao longo do tempo para o plano de Benefício Definido, e o Estudo de Fronteira Eficiente, o qual tem como objetivo verificar a composição de carteira com melhor relação de retorno ajustado ao risco. A otimização se dá através do estudo de Fronteira de Markowitz, que simula diversas combinações de carteira dentro dos mandatos selecionados.

Os planos possuem investimentos em classes de ativos distintas (Renda Fixa, Renda Variável, Multimercados, Empréstimos, outros) e percentuais diferentes, e patrimônios segregados. Os percentuais investidos nestas carteiras consideram a necessidade de pagamento ao longo do tempo.

Isso significa dizer que planos mais maduros (caso PBDC) que já pagam mais benefícios do que recebem de contribuição de participantes, investem em ativos mais conservadores, e planos com fluxo de pagamentos de mais longo prazo (caso do MOEDAPREV) investem em ativos que ao longo do tempo, conferem mais risco associado com maior retorno. Além disso, as políticas de investimentos dos planos da Fundação preveem a diversificação por segmentos e ativos, como forma de mitigar os riscos inerentes aos investimentos.

Os gráficos abaixo mostram as diversas classes de ativos os quais os planos possuem investimentos. Destaque para o plano PBDC, que possui mais de 90% da posição investida em ativos de Renda Fixa, com baixo risco associado, em títulos públicos federais.

Composição das Carteiras por Classes de Ativos



Composição das Carteiras – Ativos e Fundos de Investimentos

DESCRIÇÃO	PLANO PBDC	% s/RG	PLANO MOEDAPREV	% s/RG	PGA	% s/RG	CONSOLIDADO	% s/RG
Renda Fixa	R\$166.194.134,82	91,53	R\$ 214.176.236,23	84,92	R\$ 6.514.351,07	99,99	R\$ 386.884.722,11	87,87
Títulos Públicos	R\$ 116.120.005,56	63,95	R\$ 99.686.736,01	39,52	R\$ -	0,00	R\$ 215.806.741,57	49,01
NOTA DO TESOURO NACIONAL - NTN	R\$ 116.120.005,56	63,95	R\$ 99.686.736,01	39,52	R\$ -	0,00	R\$ 215.806.741,57	49,01
Quotas de Fundos de Investimentos	R\$ 50.074.129,26	27,58	R\$ 114.489.500,22	45,39	R\$ 6.514.351,07	99,99	R\$ 171.077.980,54	38,85
CIFRA ALM FIRF	R\$ 35.958.461,96	19,80	R\$ 30.577.704,56	12,12	R\$ -	0,00	R\$ 66.536.166,52	15,11
CMB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 1.160.791,60	0,64	R\$ 25.883.507,96	10,26	R\$ -	0,00	R\$ 27.044.299,56	6,14
NOTA FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	R\$ -	0,00	R\$ 38.133.889,89	15,12	R\$ -	0,00	R\$ 38.133.889,89	8,66
SANT CASH BLUE FIRF	R\$ 12.954.875,70	7,13	R\$ 19.894.397,81	7,89	R\$ 6.514.351,07	99,99	R\$ 39.363.624,57	8,94
Renda Variável	R\$ 7.943.098,22	4,37	R\$ 25.837.151,54	10,24	R\$ -	0,00	R\$ 33.780.249,76	7,67
Quotas de Fundos de Investimentos	R\$ 7.943.098,22	4,37	R\$ 25.837.151,54	10,24	R\$ -	0,00	R\$ 33.780.249,76	7,67
BRDESCO FIA DIVIDENDOS	R\$ 7.943.098,22	4,37	R\$ 7.547.299,00	2,99	R\$ -	0,00	R\$ 15.490.397,22	3,52
PERFIN INST FIC FIA	R\$ -	0,00	R\$ 11.782.398,26	4,67	R\$ -	0,00	R\$ 11.782.398,26	2,68
SUL AMERICA EQ FIA	R\$ -	0,00	R\$ 6.507.454,28	2,58	R\$ -	0,00	R\$ 6.507.454,28	1,48
Investimentos Imobiliários	R\$ 5.105.437,84	2,81	R\$ 3.526.562,16	1,40	R\$ -	0,00	R\$ 8.632.000,00	1,96
Operações com Participantes	R\$ 2.443.086,23	1,35	R\$ 8.579.096,07	3,40	R\$ -	0,00	R\$ 11.022.182,30	2,50
Outros Realizáveis - Investimentos	R\$ -	0,00	R\$ 97.743,68	0,04	R\$ -	0,00	R\$ 97.743,68	0,02
Total dos Investimentos	R\$ 181.685.757,11	100,06	R\$ 252.216.789,68	100,00	R\$ 6.514.351,07	99,99	R\$ 440.416.897,85	100,02
(+) Disponível (-) Exigível Investimentos	R\$ (107.717,96)	-0,06	R\$ 6.635,70	0,00	R\$ 364,32	0,01	R\$ (100.717,94)	-0,02
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES	R\$ 181.578.039,15	100,00	R\$ 252.223.425,38	100,00	R\$ 6.514.715,39	100,00	R\$ 440.316.179,91	100,00

DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS

Os resultados alcançados pelos planos da CIFRÃO em 2022 mostram aderência às expectativas, considerados as classes investidas e os efeitos produzidos pelo cenário macroeconômico desafiador para a gestão de recursos.

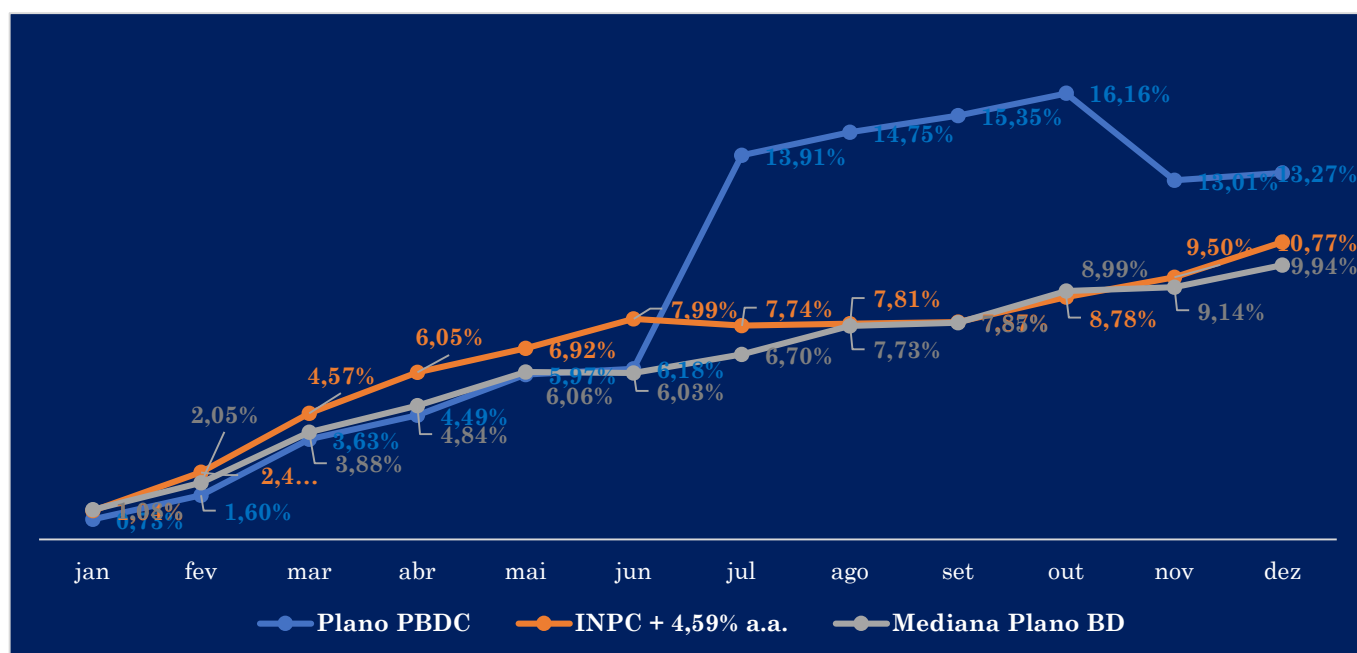
O Plano PBDC alcançou 13,27%, resultado acima da Meta Atuarial (INPC+4,59% a.a.) que fechou o ano em 10,77%, assim como da mediana de resultados dos planos BD's de mercado, divulgada pela Consultoria Aditus, que ficou em 9,94%.

O Resultado foi impactado positivamente pelos ajustes realizados na carteira de investimentos, decorrentes do acordo firmado em abril/2022, entre fundações e a União Federal, que permite a restituição das aplicações realizadas na década dos anos 1980 nas Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND. O Plano PBDC adquiriu, em julho/2022, o direito de receber o valor de R\$ 6,9 milhões, em prazo de pagamento a ser definido pelo orçamento da União.

As principais posições de investimentos que contribuíram para o resultado do plano foram: (i) Carteira de Imóveis com retorno de 8,59%, em função da reavaliação imobiliária anual; (ii) Renda Variável com 9,56%; e (iii) Carteira de Empréstimos com resultado de 15,37%.

A carteira de Renda Fixa, posição majoritária da carteira do plano, também sofreu com a posição detida em títulos públicos federais, NTN-Bs, marcados a mercado, disponíveis para negociação, com vencimentos mais longos, cujos prêmios oscilaram no decorrer do ano, e fecharam em alta em dezembro.

A carteira de Renda Variável obteve bom desempenho (9,56%a.a.), posição investida no Fundo Bradesco Dividendos. De todo modo, considerando o pequeno percentual desta classe de ativos sob o total do patrimônio do plano (apenas 4,37%), a contribuição para o atingimento global dos resultados foi limitada.



O Plano MOEDAPREV alcançou 7,75% no ano, resultado abaixo da Meta Atuarial (INPC+4,59% a.a.) que fechou o ano em 10,77%, assim como da mediana dos resultados dos planos CV's de mercado, divulgada pela Consultoria Aditus, que ficou em 8,22%.

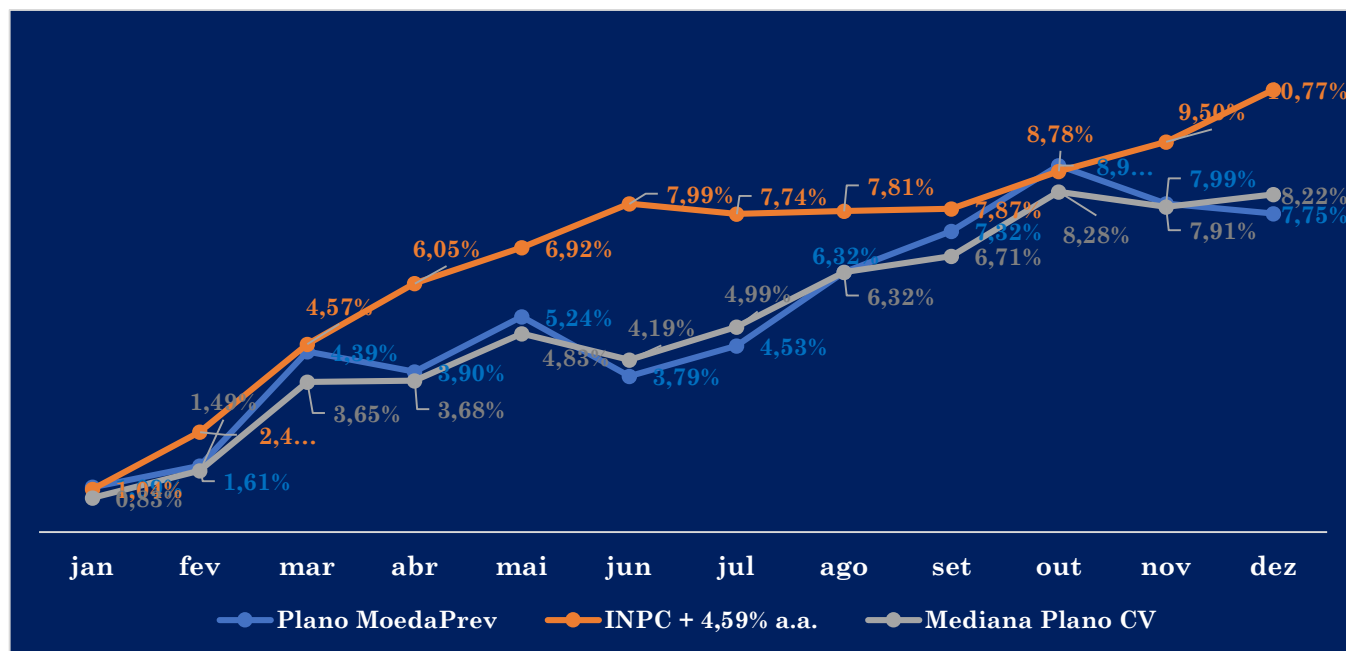
Importante destacar que diferentemente do resultado do plano PBDC, o MOEDAPREV não refletiu o acordo firmado em abril/2022, entre fundações e a União Federal nas Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND. Embora o plano tenha recebido o valor de aproximadamente R\$ 4,8 milhões, e os recursos já estejam devidamente contabilizados, a fundação aguarda orientações adicionais da PREVIC para efetivação dos ativos na carteira, em função de que parte dos participantes do MOEDAPREV são oriundos do processo de migração do Plano PBDC.

As principais posições de investimentos que contribuíram para o resultado do plano foram: (i) Carteira de Imóveis com retorno de 8,59%, em função da reavaliação imobiliária anual; e (ii) Carteira de Empréstimos com resultado de 13,53%.

A Carteira de Renda Fixa, posição majoritária da carteira do plano, foi impactada pelos títulos públicos federais, NTN-Bs, marcados a mercado, disponíveis para negociação, com vencimentos mais longos, cujos prêmios oscilaram no decorrer do ano, e fecharam em alta.

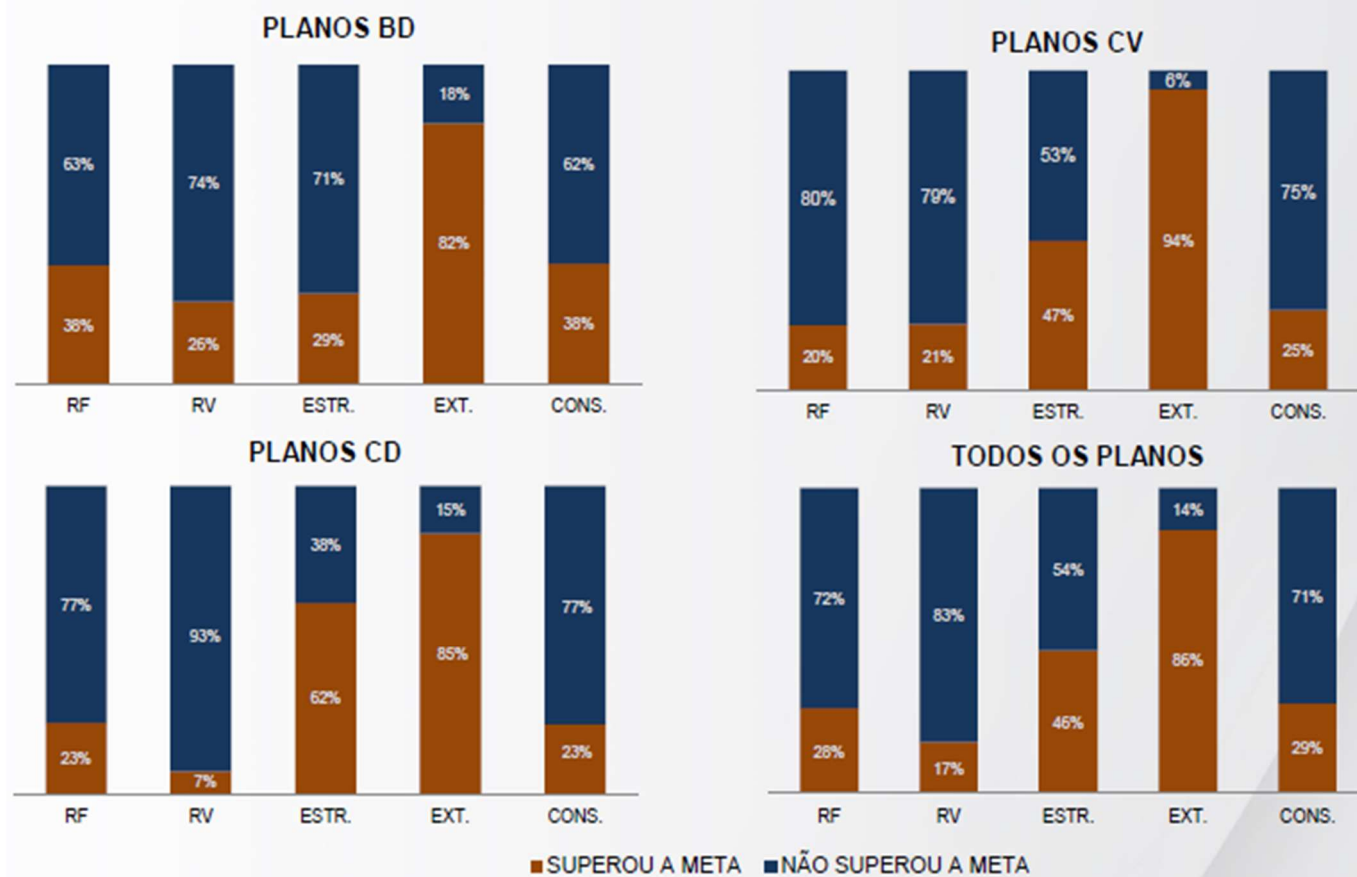
A Carteira de Renda Variável obteve desempenho abaixo do esperado perante a meta atuarial, assim como, ao benchmark dos fundos investidos (Ibovespa). Mesmo com o bom desempenho do Fundo Bradesco Dividendos em 9,56%a.a., tal fundo contribuiu de forma limitada para o resultado global desta carteira (fundo representa apenas 30% dos investimentos em ações) uma vez que o MOEDAPREV, além do Fundo Bradesco Dividendos, possui dois outros fundos na carteira, que representam 70% da carteira de ações, e que entregaram resultados de -3,07% (Fundo Sulamérica Equity FIA) e -2,65% (do Fundo Perfin Institucional FIC FIA).

O Plano possui ainda aproximadamente 15,13% de investimentos na Carteira de Fundos Multimercados Exclusivos (2 fundos), categoria de fundos de investimentos que podem alocar recursos em diferentes tipos de ativos, sejam de Renda Fixa, Renda Variável, entre outros, podendo se apropriar por meio de gestão ativa, de resultados em cenários adversos. Estes fundos entregaram resultados de 10,96% (Fundo Nota XP) e 8,47% (Fundo CMB Itaú).



O gráfico abaixo mostra a consolidação dos resultados dos Planos BDs e CVs - mercado, acompanhados e divulgados pela Consultoria Aditus. Considerando a performance alcançada pela CIFRÃO, pode-se verificar que o resultado do Plano PBDC ficou dentro do intervalo de fundações (38%) que atingiram suas metas atuariais. O resultado do MOEDAPREV, embora não se tenha obtido meta atuarial, ele acompanha um intervalo de 75% de fundações que, da mesma forma, não alcançaram a meta. Apenas 25% da amostra de planos desta natureza alcançou as metas atuariais definidas.

PERCENTUAL DE PLANOS QUE SUPERAM SUAS METAS EM 2022

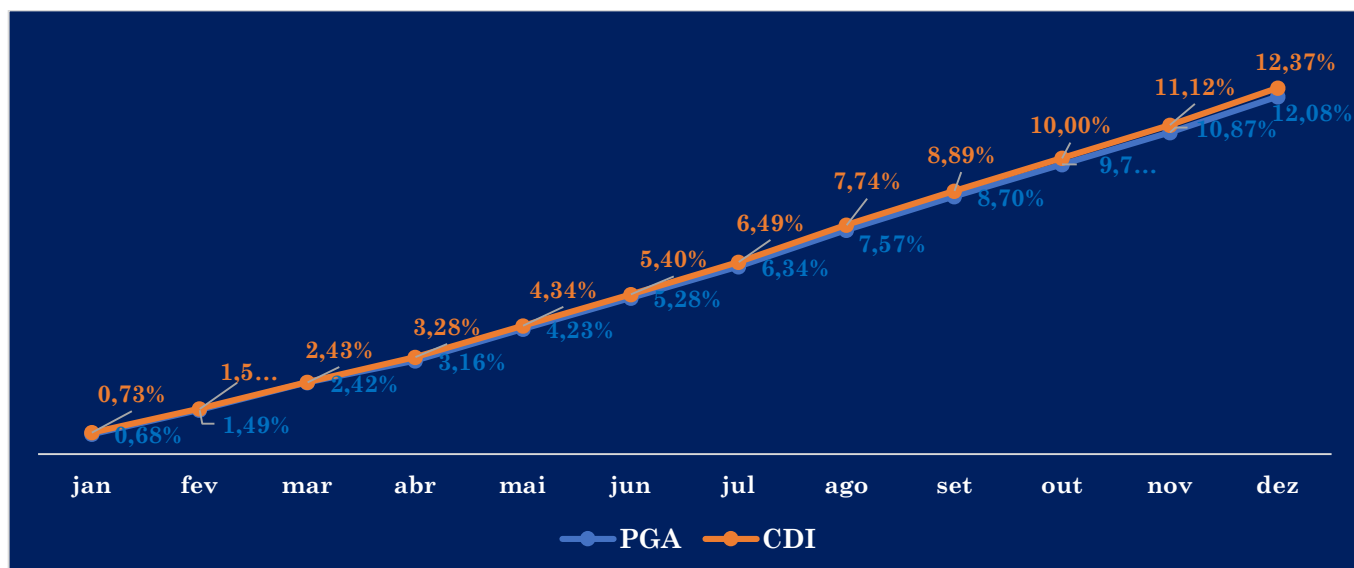


Fonte: Estudo Comparativo de Desempenho da Consultoria Aditus

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é constituído por recursos provenientes da taxa de carregamento dos planos previdenciais, da receita administrativa incidente sobre os fundos de investimentos, da taxa administrativa sobre empréstimos e, também, da rentabilidade obtida sobre o saldo dos recursos disponíveis do próprio plano.

Os recursos constituídos no PGA são destinados ao pagamento das despesas administrativas e de investimentos relativas à gestão dos planos de benefícios e da própria CIFRÃO. Em dezembro, o saldo do PGA era de R\$ 6.514.351,07, recursos estes investidos em Fundo de Renda Fixa, com liquidez diária e risco reduzido, o qual obteve um resultado de 12,08%.



CONTROLES DE RISCOS PERMANENTES

A CIFRÃO possui um programa de gestão de riscos, que conta com a Consultoria Aditus, a qual atende cerca de 120 fundações do país, com objetivo de estabelecer processos, critérios e parâmetros para identificação, análise, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, legal, sistêmico, entre outros. Para 2023 estão previstas adição de novos controles, como por exemplo, a implementação de Política de Avaliação e Classificação de Risco de Crédito, trazida pela Instrução Normativa PREVIC Nº 42, de 11 de outubro de 2021 e Resolução PREVIC Nº 18, de 22 de dezembro de 2022.

ACOMPANHAMENTO E ADERÊNCIA À LEGISLAÇÃO

Em continuidade ao processo de melhoria contínua, em 2022 a fundação implementou novas normas e procedimentos em todas as atividades de investimentos, de modo a instituir as melhores práticas de mercado e conferir aderência a legislação.

Os recursos dos planos investidos nos diversos segmentos previstos pela legislação vigente, e os parâmetros de riscos definidos, são acompanhados periodicamente por equipe de profissionais experientes, escolhidos por meio de processo seletivo, e devidamente certificados por empresas de mercado, conforme determina a legislação em vigor.

A estrutura definida para acompanhamento das posições de investimentos conta com a participação dos colegiados da fundação - CONDEL (Conselho Deliberativo), COMINV (Comitê de Investimentos) e CONFIS (Conselho Fiscal) - por meio de análises dos relatórios produzidos e reuniões regulares.

Todas as diretrizes e normas são aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, e os processos são auditados pela Auditoria Interna da Patrocinadora CMB – Casa da Moeda do Brasil, Auditoria Externa, contratada pela CMB, e Auditoria Externa, contratada pela CIFRÃO.

Além disso, a fundação é fiscalizada regularmente, pela PREVIC, que é o órgão responsável pela supervisão dos fundos de pensão, a qual determina o envio de todas as posições de investimentos, controle de risco de crédito, entre outros importantes informações, para o adequado funcionamento do sistema de previdência privada do país.

Respeito aos Limites

A tabela abaixo mostra que todas as classes de ativos investidos pela fundação estão devidamente enquadradas nos limites previstos nas Políticas de Investimentos e perante a Resolução CMN 4.994, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. Diante do total enquadramento no previsto em legislação específica, nenhum plano de enquadramento está em curso no momento.

Segmento	Valor	Peso%	Política de Investimentos		Resolução CMN n° 4994
			Estratégia	Objetivo	
PBDC					
Renda Fixa	166.194.134,82	91,47%	50% a 100%	93,54%	100%
Renda Variável	7.943.098,22	4,37%	0% a 30%	2,41%	70%
Multimercado	-	0,00%	0% a 20%	0,00%	20%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	0% a 5%	0,00%	10%
Operações com Participantes	2.443.086,23	1,34%	0% a 15%	1,66%	15%
Imóveis	5.105.437,84	2,81%	0% a 5%	2,39%	20%
Total	181.685.757,11	100,00%			

MoedaPrev					
Renda Fixa	176.042.346,34	69,83%	50% a 100%	82,29%	100%
Renda Variável	25.837.151,54	10,25%	0% a 30%	13,39%	70%
Multimercado	38.133.889,89	15,13%	0% a 20%	0,00%	20%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	0% a 5%	0,00%	10%
Operações com Participantes	8.579.096,07	3,40%	0% a 15%	3,05%	15%
Imóveis	3.526.562,16	1,40%	0% a 5%	1,27%	20%
Total	252.119.046,00	100,00%			

PGA					
Renda Fixa	6.514.351,07	100,00%	50% a 100%	100,00%	100%
Renda Variável	-	0,00%	0% a 0%	0,00%	70%
Multimercado	-	0,00%	0% a 0%	0,00%	20%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	0% a 0%	0,00%	10%
Operações com Participantes	-	0,00%	0% a 0%	0,00%	15%
Imóveis	-	0,00%	0% a 0%	0,00%	20%
Total	6.514.351,07	100,00%			


ESTRUTURA DE GOVERNANÇA NOS INVESTIMENTOS

A estrutura de governança de investimentos, em conformidade com o Estatuto da CIFRÃO e com a presente Política, distribui competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas aos objetivos de atuação. Além disso, os normativos internos, tais como a Política de Responsabilidades e Alçadas, Política de Gestão de Riscos, e Regimento Interno do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, do Comitê de Investimentos e da Diretoria Executiva, detalham as responsabilidades e objetivos associados aos mandatos dos agentes que participam do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos da Fundação.

TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÕES

Em 2022 a CIFRÃO implementou lâmina mensal de investimentos para cada Plano de Previdência, disponível no site da fundação. Neste material (figura abaixo) os participantes tem acesso as principais informações como, patrimônio, desempenho, composição de carteiras e demais informações.

O principal objetivo é divulgar se forma sintética as principais informações sobre a gestão dos investimentos dos planos.



OBJETIVO
Plano de Previdência Complementar instituído sob supervisão da Caixa de Assistência do Brasil e empregador da CIFRÃO.

PÚBLICO ALVO
Pensionistas, Expositivos da Caixa de Assistência do Brasil e Empregados da CIFRÃO.

DATA DE INÍCIO
07 de junho de 2011

POLÍTICA DE GESTÃO
Gestão baseada na Política de Investimentos aprovada em 12/2021 pelo Conselho Deliberativo - CONDEL, em atendimento à Resolução CMN nº 4.936

TAXA ADMINISTRATIVA
7% (taxa por carteira)

TAXA DE RISCO
7% (taxa por carteira)

META ATUARIAL
RIPC4-95% a.a.

COTA DE APLICAÇÃO
Mínima Cota Operativa - DEZEMBRO/2022


DIVULGAÇÃO DA COTA
Por via de 25 (vinte e cinco) investimentos

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS
Gestão híbrida. Parte da gestão dos recursos é realizada pelo Investidor da CIFRÃO, por meio de Carteira Própria e recursos de fundo de investimento, parte realizada por meio de Fundos de Investimento Institucional, conforme contratado - gestão institucional.

AUDITORIA
Fornecedores: M&A e Associados - Auditores Independentes

PATROCINADORAS
Caixa de Assistência do Brasil - CAMB e a CIFRÃO - Fundação de Previdência da Caixa de Assistência do Brasil

Mesmo Plano CV - Criado pela Consultoria Atual, considerando a natureza dos recursos aplicados por uma taxa de 120 pontos percentuais por ano.



DEZEMBRO/2022

Composição da Carteira de Investimentos

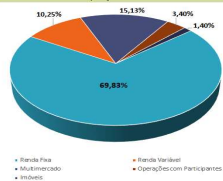
Segmento	Valor R\$	Peso%	Política de Investimentos		Reatuação CMN Nº 4934
			Estatística	Objetivo	
Renda Fixa	116.042.146,34	69,83%	97% a 100%	62,27%	100%
Renda Variável	25.817.151,56	15,25%	0% a 30%	13,39%	70%
Multimercado	38.123.882,89	15,17%	0% a 20%	8,00%	20%
Investimento em Exterior	-	0,00%	0% a 5%	0,00%	10%
Complexos com Participações	8.579.096,07	3,40%	0% a 15%	3,05%	15%
Índice	3.368.562,99	1,46%	0% a 5%	0,99%	20%
TOTAL	252.119.046,00	100%			

Modalidade do Plano: CV - Contribuição Variável
As contribuições mensais realizadas pelos participantes e pelos Patrocinadores são depositadas em conta individualizada por CPF. O valor da contribuição mensal dos Patrocinadores é equivalente à contribuição do participante, observado o limite estabelecido no Artigo 34, § 2º do Regulamento do MOEDAPREV.


Retorno e Benchmark (%)

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	2022
Plano	1,00%	0,51%	2,74%	-0,47%	1,28%	-1,38%	0,72%	1,77%	0,94%	1,49%	-0,85%	-0,22%	7,79%
RIPC4-95% a.a.	1,04%	1,37%	2,90%	1,41%	0,82%	0,90%	-0,22%	0,38%	0,93%	0,36%	0,70%	1,00%	10,97%
Médias Planos CV*	0,81%	0,61%	2,25%	0,18%	0,98%	-0,14%	0,70%	0,20%	0,92%	-1,20%	-0,69%	0,31%	8,82%

Composição da Carteira




Patrimônio Líquido



Indicadores de Mercado 2022

	No mês	No ano	12 meses
IBCA	0,62%	1,79%	6,52%
IGPD	1,12%	12,33%	12,41%
BOCOPRA	-0,61%	-0,81%	-0,81%
IGPM	0,42%	0,42%	0,42%

Rentabilidade Acumulada (2022)



Comentários do mês

Em dezembro, o cenário externo continuou apresentando sinais mistos. Os mercados americanos, em especial o S&P 500 e o Eurostoxx, continuaram com volatilidade em nível de alta na busca de melhores condições para inflação e redução da tensão de uma recessão pronunciada. No Brasil, os resultados positivos observados na atividade, passando pela inflação de curto prazo, foram destacados pelas bolsas que tiveram sobre o impacto econômico do novo governo e a abertura do mercado de ações, incluindo a aprovação de projetos de lei. A rejeição da PEC de Transição e discussões sobre possíveis mudanças em leis e reformas tiveram impactos negativos na curva de juros. Dezembro foi mais um mês desafiador para os mercados de ações tanto no Brasil quanto no resto do mundo. No mês, o Ibovespa fechou no negativo em 2,40%, fechado o ano com uma acumulação de 4,89%. Das nove carteiras, o Plano MOEDAPREV registrou no mês retorno de 0,92%, frente à Média Brasil que foi de 1,96%. No ano, o plano acumula 7,79%, contra o índice anual que foi de 10,97%. A carteira do Plano CV, dirigida pela Consultoria Atual, que foca em 8,20%. Destaque do mês foca por conta do desempenho da carteira de índices que atingiu 6,9%, em função do revalorização anual desse ativo. A rentabilidade acumulada, além de mais pontos, assim como, de média das Cartas CVs. Os resultados apresentados, pelo retorno das Cartas de Renda Variável, que empregam estratégias diversificadas no benchmark Ibovespa. A diretoria da CIFRÃO e seus técnicos vêm acompanhando temporariamente os resultados apresentados, assim como, analisando oportunidades e mudanças na relação risco e retorno das carteiras de investimentos, com o objetivo de reavaliar as mesmas e adequá-las ao novo cenário.

Obs: O Demonstrativo de Investimentos, que contém o detalhamento das posições de investimentos serão disponibilizados no site da Fundação.

ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS PARA 2023

A Diretoria Executiva vem direcionando todos os esforços para o desenvolvimento de novas estratégias de investimentos para fazer frente as obrigações previdenciárias assumidas ao longo do tempo. Para 2023, dentre as estratégias previstas, está a implantação de uma Nova Estrutura de Carteiras de Investimentos.

Esta nova estrutura, a qual já está sendo implementada, foi concebida para atendimento na integralidade do CNPJ por plano (individualização dos investimentos e segregação real de contas previsto pela legislação vigente), conferir novos controles, dar agilidade aos processos de análise e decisão, e o desenvolvimento de novas estratégias de investimentos.

Além disso, a fundação trabalha com o desenvolvimento de outras frentes de atuação, para aproveitar as oportunidades de mercado e adquirir novos lotes de títulos públicos federais com prêmios acima de meta atuarial, conferindo assim, maior aderência obrigações do passivo previdenciário; aumento da diversificação das posições nos diversos segmentos em que investe (Fundos de Renda Fixa, Renda Variável e Multimercados) e, a criação de novos fundos exclusivos.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023 – 2027

As Políticas de Investimentos 2023-2027 dos Planos PBDC, MOEDAPREV e PGA, foram aprovadas pelo CONDEL Conselho Deliberativo, na 41ª Reunião Ordinária, de 22 de dezembro de 2022. O principal objetivo é servir como ferramenta de planejamento, fornecendo diretrizes gerais para a boa gestão dos recursos financeiros, visando obter os melhores retornos para os recursos dos participantes, observando elevados níveis de prudência e princípios de governança, segurança, solvência, liquidez e transparência. A íntegra do documento está disponível no site da CIFRÃO – www.cifrao.com.br/politicas-de-investimentos.

RESUMO DAS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS 2023-2027

A Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, estabelece os limites para aplicações dos recursos garantidores dos compromissos atuariais dos Planos de Benefícios. Tais limites também estão previstos.

A seguir apresentaremos um resumo das Políticas de Investimentos para 2023, aprovadas pelo Conselho Deliberativo. As políticas de investimentos estão disponíveis, em sua íntegra, no Site da CIFRÃO (www.cifrao.com.br) para consulta pelos participantes e assistidos.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023 – 2027 PBDC e MOEDAPREV

DESIGNAÇÃO DE ADMINISTRADOR TÉCNICAMENTE QUALIFICADO – AETQ

Função	CPF	Nome	Cargo
AETQ	686.416.729-15	Marcos Aurélio Litz	Diretor Financeiro

DESIGNAÇÃO DE ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS - ARGR

Função	CPF	Nome	Cargo
ARGR	076.128.047-27	João Carlos Perez de Almeida	Diretor Superintendente

Objetivos de Gestão

A gestão dos recursos da CIFRÃO são realizados pela própria CIFRÃO, e por intermédio de gestores contratados. O estilo de gestão adotado deve ser ativo, atuando nos segmentos de mercado permitidos pela legislação em vigor, com vistas a se obter os retornos necessários aos objetivos definidos na Política de Investimentos dos planos, levando-se em consideração, os limites de risco e a característica do passivo dos planos.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2023 a 12/2023	INPC	4,59% a.a.

Alocação dos Recursos PBDC

Segmento de Aplicação	Objetivo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	90,98%	50,00%	100,00%
Renda Variável	4,53%	0,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	5,00%
Investimentos Imobiliários	2,74%	0,00%	5,00%
Operações com participantes	1,75%	0,00%	15,00%

Alocação dos Recursos MoedaPrev

Segmento de Aplicação	Objetivo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	77,35%	50,00%	100,00%
Renda Variável	10,97%	0,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	4,77%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	2,23%	0,00%	5,00%
Investimentos Imobiliários	1,01%	0,00%	5,00%
Operações com participantes	3,67%	0,00%	15,00%

Cenário Macroeconômico

As projeções utilizadas para 2023 – 2027 no estudo de ALM e Fronteira Eficiente foram:

Selic	11,87%	IPCA	5,85%
Ibovespa	15,88%	IMA-B+	11,99%
IFIX	12,49%	IMA-B	12,55%

6. ADMINISTRAÇÃO

QUADRO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS DA CIFRÃO

A CIFRÃO conta com 08 (oito) empregados, sendo 07 (sete) analistas e 01 (um) técnico administrativo, além dos 03 (três) diretores executivos, conforme ilustrado a seguir:

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente
Diretor de Seguridade
Diretor Financeiro

COLABORADORES

01 (um) Analista Atuarial
01 (um) Analista Contábil
02 (dois) Analistas Financeiro
02 (dois) Analistas de Benefício
01 (um) Técnico Administrativo

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

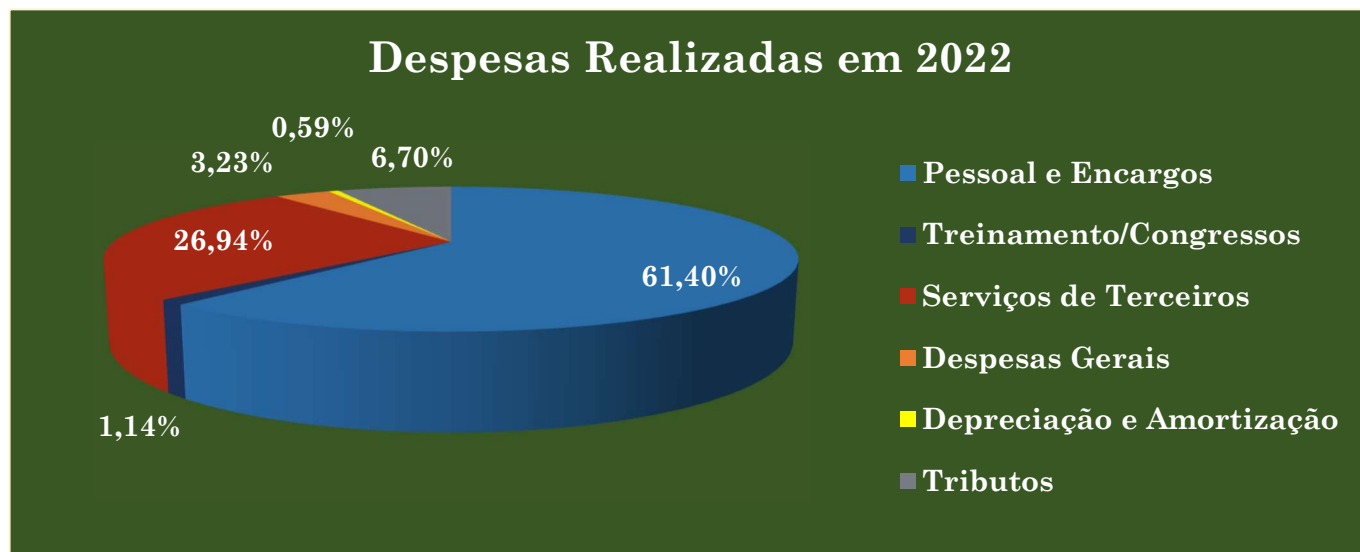
O Plano de Gestão Administrativa – PGA tem a finalidade de estabelecer regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios previdenciais administrados pela CIFRÃO.

O quadro a seguir apresentamos a execução das despesas administrativas em 2022, em comparação ao valor orçado para o ano e ao realizado de 2021.

Valores em mil de R\$

Descrição	Realizado 2022	Orçado 2020	Realizado 2021
Pessoal e Encargos	2.812	3.044	2.741
Treinamento/Congressos	52	66	34
Viagens e Estadias	0	18	0
Serviços de Terceiros	1.234	1.289	1.076
Despesas Gerais	148	278	167
Depreciação e Amortização	27	70	70
Tributos	307	322	412
Total	4.580	5.085	4.498

No gráfico a seguir, apresentamos a participação de cada tipo de despesa realizada no exercício de 2022 em relação ao total das despesas realizadas do PGA em 2022:



A Lei Complementar nº 108/2001, determina que as despesas administrativas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar serão custeadas pelo patrocinador e pelos participantes ativos e assistidos, atendendo ao limite e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

A Resolução CGPC nº 29/2009 estabelece que o limite seja de 9% sobre o total de contribuições e benefícios pagos (Taxa de Carregamento) ou em 1% sobre os recursos garantidores como os limites para realização das despesas administrativas dos planos de benefícios patrocinados por entes públicos ou empresas governamentais.

A CIFRÃO optou pelo atendimento ao limite denominado “Taxa de Carregamento”, que representa 9% sobre a soma de contribuições e benefícios pagos no ano. Em 2022, a Entidade se enquadrou no limite estabelecido pela legislação vigente, e para o ano de 2023, as projeções também indicam que a Taxa de Carregamento ficará abaixo do limite legal, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Em valores mil de R\$

	2022 (Realizado)	2023 (Orçado)
Contribuições	31.002	32.906
Benefícios de renda	46.752	46.404
Fluxo: contribuições + Benefícios	77.754	79.310
Apuração do Limite Legal		
(+) 9% do Fluxo	6.998	7.138
(-) Receita Administrativa	144	144
(=) Limite Legal em R\$	6.853	6.994
Limite legal em % do Fluxo	8,81%	8,82%
Transferência para cobertura de despesas administrativas	5.863	5.259
Transferência s/Fluxo	7,54%	6,63%

7. EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT

RESOLUÇÃO CNPC Nº 55/2022

A Resolução CNPC nº 55, de 29/06/2022, foi publicada, em caráter excepcional, e por faculdade da Entidade poderia elaborar e aprovar até 31/12/2023 o plano de equacionamento relativo ao déficit acumulado de 2021, incorporando o resultado acumulado do exercício de 2022, desde que atendidos os Incisos I e II do Artigo 1º da referida resolução, transcrito a seguir:

“Art. 1º A entidade fechada de previdência complementar que administra plano de benefícios de caráter previdenciário com provisões matemáticas atuarialmente constituídas pode, em caráter excepcional, elaborar e aprovar até 31/12/2023 o plano de equacionamento relativo ao déficit acumulado de 2021, incorporando o resultado acumulado do exercício de 2022.

Parágrafo único. A faculdade prevista no caput:

I - está restrita ao valor do resultado atuarial negativo do plano de benefícios, verificado no exercício de 2021, resultante das variações ocorridas na taxa de juros dos títulos públicos, conforme estudo técnico específico; e

II - não se aplica ao plano de benefícios que, ao final do exercício de 2020, tenha excedido o limite de déficit acumulado previsto no art. 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e não tenha implementado o respectivo plano de equacionamento.”

Considerando que ambos os planos apresentaram resultado deficitário em 2021 acima do limite de déficit acumulado previsto no Art, 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/20218, fez-se necessário elaborar estudo técnico específico para verificar se o Plano PBDC poderia se enquadrar nos dispositivos da Resolução CNPC nº 55, de 29/06/2022, afim de verificar de os planos de benefícios poderiam se enquadrar nos dispositivos da referida resolução.

Para o Plano PBDC, foi apresentado o Relatório RN/CIFRÃO nº 005/2021 de 27, de setembro de 2022, elaborado pela Consultoria Rodarte Nogueira, e o resultado foi insuficiente para atender a faculdade de elaboração de Plano de Equacionamento de Déficit, ou seja, a Fundação teve que elaborar e aprovar até o final do exercício de 2022 o Plano de Equacionamento de Déficit de 2021.

Para o Plano MoedaPrev, foi apresentado o Relatório RN/CIFRÃO nº 004/2021 de 27, de setembro de 2022, elaborado pela Consultoria Rodarte Nogueira, e o resultado foi suficiente para atender a faculdade de elaboração de Plano de Equacionamento de Déficit, ou seja, a Fundação ficou dispensada de elaborar e aprovar até o final do exercício de 2022 o Plano de Equacionamento de Déficit de 2021, conforme aprovação realizada pelo Conselho Deliberativo, em sua 11ª Reunião Ordinária ocorrida em 01/12/2022.

No quadro a seguir apresentamos o resultado dos estudos técnicos dos Planos PBDC e MoedaPrev:

Descrição	PBDC	MoedaPrev
(-) Resultado Realizado em 2021	(31.998.799,99)	(6.299.187,16)
(+) Ajuste de Precificação em 2021	3.575.812,50	1.732.087,50
(=) Equilíbrio Técnico Ajustado em 2021	(28.422.987,49)	(4.567.099,66)
(+) Resultado do Estudo Técnico – Resolução CNPC n 55/2022	4.827.914	1.759.100
(=) Novo Equilíbrio Técnico Ajustado em 2021	(23.595.073,49)	(2.807.999,66)
Limite de Déficit Técnico Acumulado	(11.677.145,61)	(3.787.388,93)
Enquadramento na Resolução CNPC nº 55/2022	NÃO	SIM

PLANO DE EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT DO PBDC 2021

Aprovação do Conselho Deliberativo

O Plano de Equacionamento de Déficit do PBDC 2021 foi elaborado pela Consultoria Rodarte Nogueira, através do Relatório RN/CIFRÃO nº 009, de 14/11/2022, e aprovado pelo Conselho Deliberativo, em sua 12ª Reunião Ordinária realizada em 22/12/2022, optando pelo equacionamento do déficit pelo valor do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2021 no valor total de R\$ 28.422.987,49 (vinte e oito milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, novecentos e sete reais e quarenta e nove centavos), e pelo prazo de liquidação do plano, ou seja, contribuição extraordinária vitalícia, conforme estabelece o § 2º do Artigo 34 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018.

No quadro a seguir, apresentamos o resumo do equacionamento de déficit de 2021 aprovado pelo Conselho Deliberativo, que terá vigência a partir de abril de 2023 com a cobrança de contribuição extraordinária de 4,1527% incidente sobre as suplementações de benefícios:

Membros	Equacionamento Máximo
Vigência do PED 2021	Liquidação do plano
Prazo	Vitalício
Forma de Equacionamento	Contribuição Extraordinária
Base de Incidência	Assistidos: Benefício Supletivo
Participante	
Na atividade	0,00%
Na inatividade	4,1527%
Assistidos	4,1527%
Patrocinadores	Paridade
Custeio Administrativo	0,00%

O Plano de Equacionamento de Déficit do Plano PBDC 2021 foi encaminhado à Patrocinadora Casa da Moeda do Brasil, no intuito de obter aprovação junto ao seu órgão de controle, neste caso a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, conforme prevê a Portaria SEST nº 1.122, de 28 de janeiro de 2021.

8. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Em mil de R\$

ATIVO	2022	2021
DISPONÍVEL	18	15
REALIZÁVEL	452.548	423.954
Gestão Previdencial	155	251
Gestão Administrativa	132	394
Investimentos	452.261	423.309
Títulos Públicos	215.806	209.300
Fundos de Investimentos	204.858	194.632
Derivativos	8.632	-
Fndos Imobiliários	11.022	8.091
Empréstimos e Financiamentos	11.845	11.242
Outros Realizáveis	98	44
PERMANENTE	42	56
Imobilizado	42	37
Intangível	-	19
TOTAL DO ATIVO	452.608	424.025

Em mil de R\$

PASSIVO	2022	2021
EXIGÍVEL OPERACIONAL	5.650	5.162
Gestão Previdencial	5.273	4.846
Gestão Administrativa	259	253
Investimentos	118	63
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.761	1.676
Gestão Previdencial	1.761	1.676
Gestão Administrativa	-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	445.197	417.187
Patrimônio de Cobertura do Plano	415.492	395.725
Provisões Matemáticas	421.635	434.023
Benefícios Concedidos	440.755	434.793
Benefícios a Conceder	138.410	122.680
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(157.530)	(123.450)
Equilíbrio Técnico	(6.143)	(38.298)
Resultados Realizados	(6.143)	(38.298)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.143)	(38.298)
Fundos	29.705	21.462
Fundos Previdenciais	21.754	14.712
Fundos Administrativos	6.429	5.433
Fundos dos Investimentos	1.522	1.317
TOTAL DO PASSIVO	452.608	424.025

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS

Em mil de R\$

	2022	2021	Variação
A) Patrimônio Social - início do exercício	417.187	440.508	-5,29%
1. Adições	79.805	34.940	128,41%
(+) Contribuições Previdenciais	28.226	27.463	2,78%
(+) Migração entre Planos	778	-	0,00%
(+) Outras Adições Previdenciais	-	2	-100,00%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	44.733	2.774	1512,58%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	0,00%
(+) Receitas Administrativas	5.084	4.483	13,41%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	779	205	280,00%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	-	0,00%
(+) Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	205	13	1476,92%
2. Deduções	(51.795)	(58.261)	-11,10%
(-) Benefícios	(43.865)	(53.448)	-17,93%
(-) Resgates	(2.054)	(304)	575,66%
(-) Portabilidades	(55)	-	0,00%
(-) Migrações entre planos	(778)	-	0,00%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(176)	(11)	1500,00%
(-) Despesas Administrativas	(4.867)	(4.498)	8,20%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	28.010	(23.321)	-220,11%
(+/-) Provisões Matemáticas	(12.388)	5.021	-346,72%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	32.155	(29.649)	-208,45%
(+/-) Fundos Previdenciais	7.042	1.104	537,86%
(+/-) Fundos Administrativos	996	190	424,21%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	205	13	1476,92%
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)	445.197	417.187	6,71%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO – PBDC

Em mil de R\$

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação
A) Ativo Líquido - início do exercício	175.666	189.317	-7,21%
1. Adições	38.106	15.364	148,02%
(+) Contribuições	15.683	12.524	25,22%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	22.423	2.838	690,10%
(+) Outras Adições	-	2	-100,00%
2. Deduções	(32.717)	(29.015)	12,76%
(-) Benefícios	(29.597)	(27.500)	7,63%
(-) Resgates	(737)	(253)	191,30%
(-) Migrações Entre Planos	(778)	-	0,00%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(47)	(11)	327,27%
(-) Custeio Administrativo	(1.558)	(1.251)	24,54%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5.389	(13.651)	-139,48%
(+/-) Provisões Matemáticas	(29.735)	9.734	-405,48%
(+/-) Fundos Previdenciais	-	-	0,00%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	35.124	(23.386)	-250,19%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	181.055	175.666	3,07%
C) Fundos não Previdenciais	1.056	482	119,09%
(+/-) Fundos Administrativos	969	495	95,76%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	87	(13)	-769,23%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) PLANO DE BENEFÍCIO MOEDAPREV

Em mil de R\$

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação
A) Ativo Líquido - início do exercício	234.773	244.643	-4,03%
1. Adições	43.599	17.184	153,72%
(+) Contribuições	15.319	17.184	-10,85%
(+) Migração entre Planos	778	-	0,00%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	27.502	-	0,00%
2. Deduções	(22.180)	(27.054)	-18,02%
(-) Benefícios	(14.268)	(25.947)	-45,01%
(-) Resgates	(1.317)	(51)	2482,35%
(-) Portabilidade	(55)	-	0,00%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(5.192)	(63)	8141,27%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(130)	-	0,00%
(-) Custeio Administrativo	(1.218)	(993)	22,66%
(-) Resultado a Realizar	-	-	0,00%
(-) Outras Deduções	-	-	0,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	21.419	(9.870)	-317,01%
(+/-) Provisões Matemáticas	17.347	(4.713)	-468,07%
(+/-) Fundos Previdenciais	7.042	1.104	537,86%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.970)	(6.262)	-52,57%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	256.192	234.773	9,12%
C) Fundos não Previdenciais	144	(279)	-151,61%
(+/-) Fundos Administrativos	27	(305)	-108,85%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	117	26	350,00%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO – PBDC

Em mil de R\$

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação
1. Ativos	192.873	186.003	3,69%
<u>Disponível</u>	6	9	-33,33%
<u>Recebível</u>	4.176	3.284	27,16%
<u>Investimentos</u>	188.691	182.710	3,27%
Títulos Públicos	116.120	118.196	-1,76%
Fundos de Investimentos	58.017	56.470	2,74%
Derivativos	-	-	0,00%
Investimentos Imobiliários	5.105	4.785	6,68%
Operações com Participantes	2.443	3.256	-24,97%
Recursos a Receber - Precatório	7.006	-	
Outros Realizáveis	-	2	-100,00%
2. Obrigações	6.866	6.441	6,60%
Operacional	5.205	4.765	9,23%
Contingencial	1.661	1.676	-0,89%
3. Fundos não Previdenciais	4.953	3.896	27,13%
Fundos Administrativos	4.139	3.169	30,61%
Fundos dos Investimentos	814	727	11,97%
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	181.054	175.666	3,07%
Provisões Matemáticas	177.929	207.664	-14,32%
Superávit/Déficit Técnico	3.125	(31.999)	-109,77%
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	3.125	(31.999)	-109,77%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	2628	3.576	0,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado	5753	(28.423)	-123,58%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)

PLANO DE BENEFÍCIO MOEDAPREV

Em mil de R\$

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação
1. Ativos	259.475	237.771	9,13%
Disponível	11	6	83,33%
Recebível	2.408	2.400	0,33%
Investimentos	257.056	235.365	9,22%
Títulos Públicos	99.687	91.104	9,42%
Fundos de Investimentos	140.327	132.928	5,57%
Derivativos	-	-	0,00%
Investimento Imobiliários	3.526	3.306	6,65%
Operações com Participantes	8.579	7.986	7,43%
Recursos a Receber - Precatória	4.839	-	
Outros Realizáveis	98	41	139,02%
2. Obrigações	286	145	97,24%
Operacional	186	145	28,28%
Contingencial	100	-	
3. Fundos não Previdenciais	2.997	2.853	5,05%
Fundos Administrativos	2.290	2.263	1,19%
Fundos dos Investimentos	707	590	19,83%
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	256.192	234.773	9,12%
Provisões Matemáticas	243.706	226.359	7,66%
Superávit/Déficit Técnico	(9.268)	(6.299)	47,13%
Fundos Previdenciais	21.754	14.712	47,87%
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(9.268)	(6.299)	47,13%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	1.292	1.732	0,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado	(7.976)	(4.567)	65,01%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

Em mil de R\$

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.433	5.243	3,62%
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.863	4.688	25,06%
1.1. Receitas	5.863	4.688	25,06%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.776	2.244	23,71%
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.163	2.109	2,56%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	145	130	11,54%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	779	205	280,00%
2. Despesas Administrativas	4.867	4.498	8,20%
2.1. Administração dos Planos de Previdência	4.580	4.498	1,82%
Pessoal e Encargos	2.812	2.740	2,63%
Treinamentos/Congressos e Seminários	52	34	52,94%
Viagens e Estadias	-	-	0,00%
Serviços de Terceiros	1.234	1.075	14,79%
Despesas Gerais	148	167	-11,38%
Depreciações e Amortizações	27	70	-61,43%
Tributos	307	412	-25,49%
Outras Receitas	-	-	0,00%
2.2. Provisão para perdas estimadas	287	-	0,00%
2.3. Administração da Gestão Assistencial -	-	-	0,00%
2.4 Remuneração - Antecipação Contribuições Patrocinadores	-	-	0,00%
2.5. Fomentos	-	-	0,00%
2.6. Outras Despesas	-	-	0,00%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	0,00%
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	0,00%
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	996	190	424,21%
7. Constituição / (Reversão) do Fundo Administrativo (6)	996	190	424,21%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	6.429	5.433	18,33%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO – PBDC

Em mil de R\$

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	188.847	182.833	3,29%
1. Provisões Matemáticas	177.929	207.664	-14,32%
1.1. Benefícios Concedidos	322.239	317.067	1,63%
Contribuição Definida	481	449	7,13%
Benefício Definido	321.758	316.618	1,62%
1.2. Benefícios a Conceder	13.219	14.047	-5,89%
Contribuição Definida	25	23	8,70%
Saldo de Contas - parcela participantes	-	-	0,00%
Benefício Definido	13.194	14.024	-5,92%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(157.529)	(123.450)	27,61%
(-) Déficit Equacionado	(157.529)	(123.450)	27,61%
(-) Patrocinador(es)	(78.765)	(61.725)	27,61%
(+/-) Participantes	(3.131)	(2.640)	18,60%
(+/-) Assistidos	(75.633)	(59.085)	28,01%
2. Equilíbrio Técnico	3.125	(31.999)	-109,77%
2.1 - Resultados Realizados	3.125	(31.999)	-109,77%
Reserva de Contingência	3.125	-	0,00%
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(31.999)	-100,00%
2.2 - Resultados a Realizar	-	-	0,00%
3. Fundos	814	727	11,97%
3.1 - Fundos Previdenciais	-	-	0,00%
3.2 - Fundos para Garantia das Operações com participantes	814	727	11,97%
4. Exigível Operacional	5.318	4.765	11,61%
4.1 - Gestão Previdencial	5.205	4.709	10,53%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	113	56	101,79%
5. Exigível Contingencial	1.661	1.676	-0,89%
5.1 - Gestão Previdencial	1.661	1.676	-0,89%
5.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	0,00%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) PLANO DE BENEFÍCIO MOEDAPREV

Em mil de R\$

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	260.054	235.507	10,42%
1. Provisões Matemáticas	243.706	226.359	7,66%
1.1. Benefícios Concedidos	118.516	117.726	0,67%
Contribuição Definida	47.610	51.465	-7,49%
Benefício Definido	70.906	66.261	7,01%
1.2. Benefícios a Conceder	125.190	108.633	15,24%
Contribuição Definida	125.190	108.633	15,24%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	40.478	32.310	25,28%
Saldo de Contas - parcela participantes	84.712	76.323	10,99%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	0,00%
2. Equilíbrio Técnico	(9.269)	(6.299)	17397,22%
2.1 - Resultados Realizados	(9.269)	(6.299)	17397,22%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(9.269)	(6.299)	17397,22%
2.2 - Resultados a Realizar	-	-	0,00%
3. Fundos	22.461	15.302	46,78%
3.1 - Fundos Previdenciais	21.754	14.712	47,87%
3.2 - Fundos para Garantia das Operações com participantes	707	590	19,83%
4. Exigível Operacional	186	145	28,28%
4.1 - Gestão Previdencial	181	137	32,12%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	5	8	-37,50%
5. Exigível Contingencial	-	-	0,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CIFRÃO - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DA CASA DA MOEDA DO BRASIL, foi autorizada a funcionar por meio da Portaria MPAS nº 1931, de 11/12/1979 (DOU de 11/12/1979), pessoa jurídica de direito privado sem finalidade de lucros, constituída sob a forma de Fundação, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), multiplano, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, registrada na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) sob o nº 00241.

A Fundação tem a finalidade instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciários, tendo por objetivo conceder benefícios aos seus Participantes, vinculados aos Patrocinadores e seus respectivos Beneficiários. Os recursos que a CIFRÃO dispõe, oriundos das contribuições mantidas pelos Participantes e Patrocinadoras (Casa da Moeda do Brasil e CIFRÃO), estabelecidas no Plano de Custeio Atuarial, acrescidas dos rendimentos dos investimentos desses recursos, observados os dispositivos da resolução do Conselho Monetário Nacional e respectivas atualizações, utilizados para gestão sob administração CIFRÃO.

A Fundação é regida pela Lei Complementar nº 108 e 109, de 29/05/2001 e pelas normas regulamentares emanadas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC.

2. PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS

A Fundação administra 02 (dois) Planos de Benefícios Previdenciais inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) mantido pela PREVIC, são eles:

2.1. Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

É um plano de modalidade Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 1979.0039-47. As regras de cálculo dos valores de benefícios a serem pagos a seus participantes e dependentes encontram-se estabelecidas no contexto de seu Regulamento.

As principais características do PBDC são:

- ✓ Nível de benefício garantido para o participante;
- ✓ O custo do plano é estimado;
- ✓ A patrocinadora e os participantes assumem o risco; e
- ✓ Trata-se de um plano solidário, onde todos contribuem para todos.

2.2. Plano de Benefício MoedaPrev

É um plano na modalidade de contribuição variável, inscrito no CNPB sob o nº 2010.0036-83. As regras de cálculo dos valores de benefícios a serem pagos a seus Participantes e dependentes encontram-se estabelecidas no contexto de seu Regulamento.

As principais características do MoedaPrev são:

- ✓ O valor do benefício é decorrente do montante acumulado pelo participante, em sua conta individual, até o momento de sua aposentadoria.
- ✓ Após cumprida todas as carências, o participante poderá solicitar o benefício de aposentadoria com base em seu saldo de contas e conforme regras estabelecidas no regulamento descritas a seguir:
 - **Adesão antes de 13/12/2019 e participantes migrados do Plano PBDC:** Renda Vitalícia ou Renda por Prazo Certo de 05, 10, 15, 20 ou 25 anos; ou
 - **Adesão a partir de 13/12/2019:** Renda por Prazo Certo de 05, 10, 15, 20 ou 25 anos.

No quadro a seguir constam as quantidades de participantes dos planos de benefícios administrados pela Entidade posicionados em 31/12/2022 e 31/12/2021:

	31/12/2022			31/12/2021		
	PBDC	MoedaPrev	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	Consolidado
Ativos	19	615	634	23	619	642
Assistidos	567	461	1.026	575	460	945
Total	586	1.076	1.662	598	1.079	1.587

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, e normas regulamentares, peculiares as Entidades de Previdência Social Complementar, com destaque para a Resolução CNPC nº43, de 06/08/2021, sob a orientação da Instrução PREVIC nº31, de 20/08/2020, em vigor desde janeiro de 2021, e a Resolução PREVIC nº18 de 22 de dezembro de 2022, que estabelece normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, atendendo, ainda, a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 e normativos posteriores.

A escrituração contábil dos planos é inteiramente segregada, permitindo a apuração do resultado por Plano de Benefícios.

3.1. Demonstrações Contábeis Consolidadas

No Balanço Patrimonial estão apresentados o somatório dos ativos, passivos e o patrimônio de cobertura dos Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela CIFRÃO e do seu Plano de Gestão Administrativa (PGA), aplicadas as regras de consolidação em que são eliminados os saldos de valores “a receber” e “a pagar” entre os planos, inclusive PGA, além de outros ajustes previstos nas normas contábeis aplicáveis às EFPC.

A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) e do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), apresentam as modificações no Patrimônio Social dos Planos, o resultado da atividade administrativa e as mutações do fundo administrativo.

3.2. Demonstrações Contábeis Individuais – por Planos de Benefícios

Demonstração do Ativo Líquido apresenta a composição do Ativo Líquido ao final do exercício.

Demonstração da Mutações do Ativo Líquido apresenta as mutações do Ativo Líquido ao final do exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas apresenta a composição das Provisões Técnicas ao final do exercício.

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de Real, considerada a moeda funcional que influencia preços de venda de ativos, custos, fluxo de caixa, investimentos e outras transações.

De acordo com o Anexo III da Instrução Previc N° 31, de 20/08/2020, as demonstrações contábeis apresentadas são as seguintes:

- I - Balanço Patrimonial Consolidado, comparativo com o exercício anterior;
- II - Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS, de forma consolidada, comparativa com exercício anterior;
- III - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, de forma consolidada, comparativa com o exercício anterior;
- IV - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, por plano, comparativo com o exercício anterior;
- V - Demonstração do Ativo Líquido - DAL, por plano de benefícios previdencial, comparativa com o exercício anterior;
- VI - Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - DMAL, por plano de benefícios previdencial, comparativa com o exercício anterior;
- VII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT, por plano de benefícios previdencial, comparativa com o exercício anterior;
- VII - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a segregação dos registros contábeis em: Gestão Previdencial (atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos resultados dos planos de benefícios); Gestão Administrativa (atividade de registro e controle inerente à administração dos planos de benefícios); e Investimentos (registro e controle referentes à aplicação dos recursos dos planos de benefícios).

Os registros contábeis respeitam a autonomia patrimonial dos planos, sendo possível identificar, separadamente, os Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela CIFRÃO, bem como o Plano de Gestão Administrativa, gerando balancetes contábeis individualizados por plano.

4.1. Apuração de Resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo regime de competência, exceto as contribuições dos Autopatrocinados dos Planos de Benefícios classificados na modalidade de Contribuição Definida ou de Contribuição Variável, que são reconhecidas pelo regime de caixa.

4.2. Contribuições Previdenciais

Os registros relativos às contribuições de patrocinadoras e participantes vinculados a planos estruturados na modalidade de benefício definido são escriturados com base no regime de competência. Para os planos estruturados nas modalidades de contribuição variável, as contribuições são escrituradas na data do efetivo recebimento, inclusive as dos autopatrocinados.

4.3. Gestão Administrativa

A gestão de recursos administrativos é compartilhada com os planos de benefícios, a destinação de sobras da fonte de custeio em relação aos gastos administrativos, a remuneração dos recursos e a utilização do fundo administrativo não são individualizados por planos de benefícios, os recursos são contabilizados nos planos de benefícios pela parcela equivalente à participação no fundo administrativo.

4.4. Investimentos

A gestão dos investimentos é feita através de fundos de investimento, Exclusivos ou de Mercado, além de operações em Carteira Própria.

As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios PBDC e MOEDAPREV, além do PGA, elaboradas sob os preceitos legais da Resolução do CMN nº 4.994, de 24/03/2022 e alterações posteriores.

Os recursos dos planos de benefícios estão alocados, preponderantemente em fundos de investimentos, de renda fixa, renda variável e multimercados E alocação em títulos públicos federais, objetivando obter retornos esperados das carteiras para as metas atuariais – TMA. Além disso, a CIFRÃO possui investimentos em outros segmentos; Operações com Participantes e Investimentos Imobiliários.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, gestão própria, conforme a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, a metodologia de apuração do valor de mercado é de responsabilidade da Administração e deve ser estabelecida em consonância com as normas baixadas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários, e com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, podendo ser utilizados como parâmetro:

- I. o preço médio de negociação no dia da apuração, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- II. o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação;

- III. o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

4.4.1. Títulos públicos e privados

Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos Em atendimento à Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- **Títulos para negociação:** Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

Títulos mantidos até o vencimento: Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os critérios utilizados para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários obedecem às orientações técnicas estabelecidas na NBC TG 46, aprovada pela Resolução CFC nº 1.428, de 25 de janeiro de 2013, que estabelece: I. Hierarquia de valor justo com objetivo de priorizar as informações das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação adotadas para mensurar o valor justo. II. Divulgação das técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:

- **Informações de Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos acessíveis na data da mensuração.

Informações de Nível 2: informações também observáveis para o ativo ou passivo, cujos preços não sejam cotados incluídos no Nível 1. Adoção de preços cotados em mercado ativos ou passivos similares; em mercados que não sejam ativos para ativos ou passivos idênticos.

Informações de Nível 3: dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

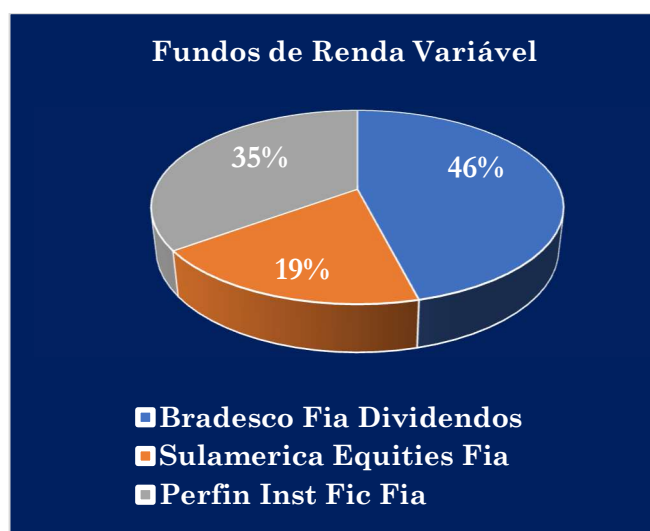
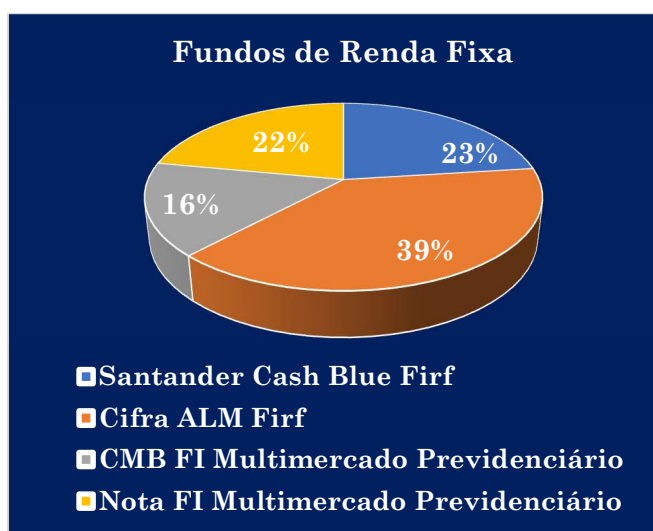
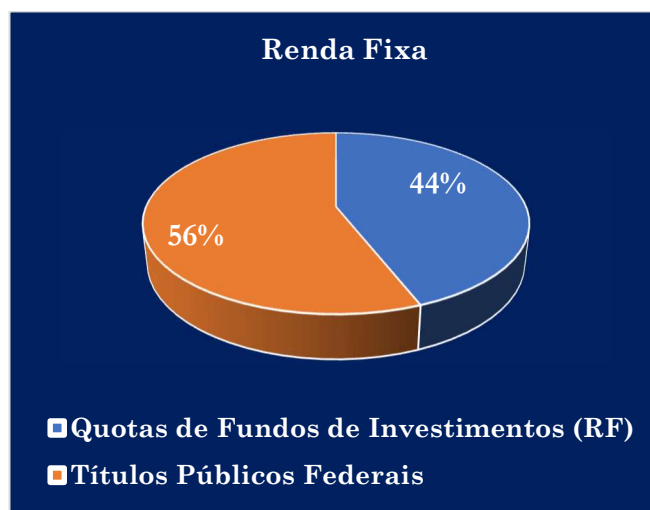
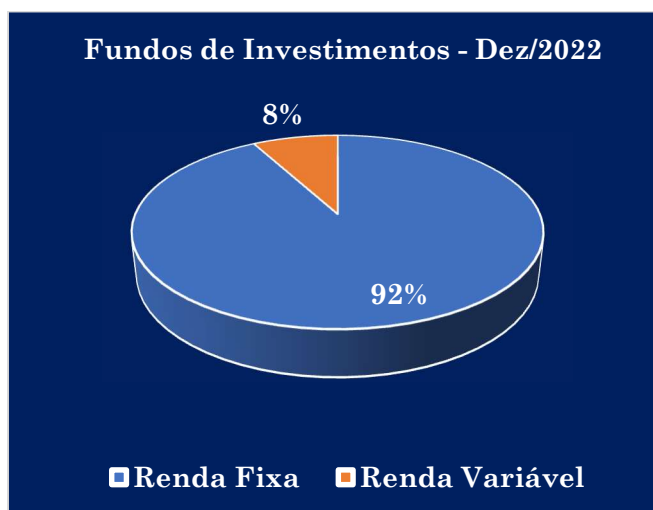
4.4.2. Ações

Em caso de aquisição de ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição acrescida de despesas com corretagens e outras taxas, e precificadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima ao encerramento do exercício na Bolsa de Valores em que o papel tenha atingido maior liquidez. Os investimentos em ações dos Planos Administrados pela CIFRÃO estão totalmente alocados no patrimônio dos fundos de investimentos em ações.

4.4.3. Fundos de Investimentos

São registrados pelo valor desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Estão apresentados pelo valor de suas cotas na data do encerramento do exercício. Ao encerramento do ano de 2022, a CIFRÃO possuía em seus planos de benefícios administrados, fundos de investimentos das seguintes naturezas: fundo de renda fixa referenciado CDI, fundo de renda fixa ALM, fundo multimercado institucional previdenciário, fundos de investimentos em ações de gestão ativa e fundo de investimento em ações de gestão passiva com *benchmark* de Dividendos. A carteira de Fundos em 31/12/2022, estava constituída de:

	CONSOLIDADO	MOEDAPREV	PBDC	PGA	% s/ Seg
Total	420.665	240.013	174.137	6.514	100,0
Renda Fixa	386.885	214.176	166.194	6.514	92,0
Quotas de Fundos de Investimentos (RF)	171.078	114.490	50.074	6.514	44,2
SANTANDER CASH BLUE FIRF	39.364	19.894	12.955	6.514	23,0
CIFRA ALM FIRF	66.536	30.578	35.958	0	38,9
CMB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	27.044	25.884	1.161	0	15,8
NOTA FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	38.134	38.134	0	0	22,3
Títulos Públicos Federais	215.807	99.687	116.120	0	55,8
NOTA DO TESOURO NACIONAL - NTN	215.807	99.687	116.120	0	100,0
Renda Variável	33.780	25.837	7.943	0	8,0
Quotas de Fundos de Investimentos (RV)	33.780	25.837	7.943	0	100,0
BRADERCO FIA DIVIDENDOS	15.490	7.547	7.943	0	45,9
SULAMERICA EQUITIES FIA	6.507	6.507	0	0	19,3
PERFIN INST FIC FIA	11.782	11.782	0	0	34,9



4.4.4. Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações. A partir de janeiro de 2021, as reavaliações serão realizadas, no mínimo, anualmente, em consonância com a Instrução PREVIC nº31, de 20/08/2021.

Os imóveis da Fundação estão sendo reavaliados anualmente, com o objetivo de refletir os valores de mercado para venda e aluguel de forma tempestiva. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, é contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

4.4.5. Operações com Participantes

As operações com Participantes referem-se a empréstimos simples, estão registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata temporis* até 31 de dezembro, e deduzido das amortizações periódicas embutidas nas prestações. A taxa praticada durante o ano de 2022 foi composta de 0,39% a.m. de juros, 0,10% a.m. de taxa de administração e 0,08% a.m. a título de seguro (garantia de empréstimos), sendo 0,05% a.m. de quitação por morte e 0,03% a.m. de cobertura de inadimplência.

4.4.6. Recursos a Receber - Precatórios

Os recursos a receber – Precatórios referem-se aos direitos a receber do Precatório Processo nº 5004013-56.4.02.9388 decorrentes do acordo firmado em abril de 2022, entre fundações e a União Federal, que permite a restituição das aplicações realizadas na década dos anos 1980 nas Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, cujo o saldo total posicionado em 31/12/2022 é de R\$ 11.845 mil, sendo R\$ 7.006 contabilizado no Plano PBDC e R\$ 4.839 contabilizado no Plano MoedaPrev destinado aos participantes oriundos do Plano PBDC migrados em 01/12/2020.

4.5. Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

São constituídas levando em consideração os riscos e incertezas das realizações dos rendimentos e dos recebíveis, segundo critérios estabelecidos no item 11, do Anexo A – Normas Complementares, da Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2021 e Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021.

4.6. Férias e 13º Salário a Pagar

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

4.7. Provisões para Contingências

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito. As provisões são passivos de prazo indefinido e valores incertos.

Os Passivos Contingências são reconhecidos como Provisões no Exigível Contingencial, para aquelas ações classificadas de Prováveis Perdas e sujeitas apenas à divulgação nas Notas Explicativas, quando a avaliação dos consultores jurídicos e respostas de circularizações, classificarem de Possíveis Perdas. A Fundação segue os preceitos enunciados do pronunciamento técnico contábil – CPC 25, homologado pelo Conselho Federal de Contabilidade e ratificado pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

4.8. Imobilizado e Intangível

São direitos, bens corpóreos e incorpóreos, destinados a manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos, todos depreciados e amortizados, quando o caso, pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada na aquisição, as seguintes alíquotas anuais: Instalações 10% a.a.; Móveis e Utensílios 10% a.a.; Máquinas e Equipamentos 10% a.a.; Computadores e Periféricos 20% a.a.; e Softwares e Sistemas 20% a.a.

4.9. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas representam os compromissos líquidos futuros assumidos com os benefícios concedidos e a conceder aos participantes, aos assistidos e aos seus beneficiários.

São constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por consultores especializados, utilizando premissas atuariais, econômicas e financeiras, considerando: probabilidade de morte e invalidez, taxa de juros, taxa de inflação, crescimento real de salário, idade de aposentadoria, composição familiar entre outras.

Essas provisões matemáticas foram avaliadas, com base em dados cadastrais e estatísticos da massa de participantes e assistidos, e representam os compromissos dos planos com os benefícios a serem pagos aos mesmos.

Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos: registram o valor atual dos compromissos líquidos correspondentes aos benefícios concedidos a serem pagos pelo plano de benefícios aos aposentados e beneficiários em gozo de benefícios.

Provisões Matemáticas de Benefício a Conceder: registram o valor atual dos compromissos líquidos correspondentes aos benefícios a conceder pelo plano de benefícios aos participantes e aos seus beneficiários.

4.10. Fundos

4.10.1. Fundos Previdenciais

Fundos constituídos para atender à Gestão Previdencial dos planos de benefícios, previstos nos seus regulamentos e, por consequência, nas respectivas Notas Técnicas Atuariais os quais preveem as condições de constituição, manutenção e sua destinação, atendem propósitos específicos.

4.10.2. Fundos Administrativos

Fundo constituído pela diferença ou sobra entre os recursos coletados para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Fundação na administração dos Planos de Benefícios Previdenciais. Cada plano de benefícios possui participação no Fundo Administrativo conforme critérios de rateio das despesas e receitas. O objetivo do fundo administrativo é assegurar recursos suficientes para manutenção da estrutura administrativa da CIFRÃO.

4.10.3. Fundos de Inadimplência ou Óbito de Participantes com Operações De Empréstimos

Estes fundos são compostos financeiramente pela taxa de quitação por inadimplência ou óbito mediante ao recolhimento de 0,08% a.m. sobre as prestações mensais de empréstimo, conforme Instrução Normativa Interna nº 008/2017. Os Fundos de Garantia de Empréstimos representam os recursos necessários à cobertura de possíveis perdas decorrentes de inadimplência ou óbito de participantes. Estes fundos, denominados Fundo Garantidor de Inadimplência por Inadimplência ou Óbitos, são registrados e controlados pela Gestão da Fundação.

4.11. Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o valor do Ativo Líquido deduzido do total das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, portanto registra o resultado superavitário ou deficitário dos planos de benefícios.

O Superavit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em normas regulamentares. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

O resultado superavitário dos planos de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado da seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva da Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Déficit é a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos do plano de benefícios com seus participantes. Mediante estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit. Deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento até o final do exercício subsequente, para o resultado deficitário excedente ao limite calculado pela seguinte fórmula:

Limite de Déficit Técnico Acumulado = $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$.

Para fins de equacionamento de déficit, será acrescido ou deduzido, o valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados, a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Os procedimentos seguem os preceitos normativo, conforme Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018.

4.1.2. Premissas e Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e as provisões com demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas ocasionalmente resultará em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Alta Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço.

4.13. Plano de Gestão Administrativa

Os registros contábeis dos recursos destinados pelos Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela Fundação para o PGA, foram realizados obedecendo às fontes de custeio para sua cobertura previstas na Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021 e no Regulamento do PGA aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios Previdenciais no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, nos respectivos planos de benefícios. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Planos de Benefícios Previdenciais, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores e participantes dos planos.

4.14. Ajustes e Eliminações

Ao final de cada mês a Fundação deve registrar a parcela equivalente à participação do plano de benefício previdenciário no Fundo Administrativo no PGA na conta “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, nos respectivos planos de benefícios.

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes, devem ser registrados em documentos auxiliares.

5. ATIVO

5.1. Disponível

Estão registrados a movimentação financeira o saldo disponível nas contas caixa e banco conta movimento da Fundação que são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

Em 31/12/2022 e 31/12/2021, os planos de benefícios apresentavam saldos conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021				31/12/2020			
	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado
Caixa	0	0	0	0	0	0	0	0
Banco conta movimento	6	11	0	17	9	6	0	15
Total	6	11	0	17	9	6	0	15

5.2. Realizável – Gestão Previdencial

Estão registrados os recursos a receber inerentes às atividades dos planos de benefícios e os valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais, de natureza previdenciária.

	31/12/2022			31/12/2021		
	PBDC	MoedaPrev	Consolidad	PBDC	MoedaPrev	Consolidad
Contribuições no mês	10	1	11	10	1	11
Patrocinadores	0	1	1	0	1	1
Participantes	6	0	6	4	0	6
Autopatrocinados	4	0	4	4	0	4
Contribuição sobre 13º	0	0	0	0	0	0
Outros recursos a receber	2	0	2	2	0	2
Adiantamentos	1	10	11	0	0	0
De Benefícios	1	10	11	0	0	0
Abono Anual	0	0	0	0	0	0
Depósitos Judiciais	0	0	0	78	30	108
Outros Realizáveis	24	106	130	24	106	130
Total	37	117	154	114	137	251

5.3. Realizável – Gestão Administrativa

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa da Fundação e os valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais, de natureza administrativa (civis e tributárias)

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a Receber	132	394
Responsabilidade de empregados	10	0
Responsabilidade de terceiros ¹	122	394
Despesas Antecipadas	0	0
Total	122	394

¹ Foi realizado a conciliação das contas referentes a Responsabilidade de Terceiros a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Seguridade da CIFRÃO, foram encontrados valores a serem provisionados a perda referente a plano de saúde contratado pelos participantes através da entidade e não reembolsados no período superior a cinco anos, somando o montante de R\$ 287.019,72.

5.4. Investimentos

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Fundos de Investimento, Investimentos Imobiliários e Operações com Participantes. Apresentamos, também, a carteira por planos de benefícios e do plano de gestão administrativa – PGA:

	31/12/2021				31/12/2020			
	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado
Título Público Federal	116.120	99.687	0	215.807	118.196	91.104	0	209.300
Fundos de Investimentos	58.017	140.327	6.514	204.858	56.470	132.928	5.235	194.632
Renda Fixa (FIRF)	50.074	76.356	6.514	132.944	48.991	72.067	5.235	126.293
Ações (FIA)	7.943	25.837	0	33.780	7.250	25.706	0	32.956
Multimercado (FIM)	0	38.134	0	38.134	228	35.155	0	35.383
Derivativos	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos Imobiliários	5.105	3.527	0	8.632	4.785	3.306	0	8.091
Aluguéis e Renda	5.105	3.527	0	8.632	4.785	3.306	0	8.091
Direitos em Alienação	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	2.443	8.579	0	11.022	3.256	7.986	0	11.242
Recursos a Rec. Precatória	7.006	4.839	-	11.845	-	-	-	-
Outros Realizáveis	0	97	0	97	2	41	0	44
Total	188.691	257.056	6.514	452.261	182.710	235.365	5.235	423.309

5.4.1. Fundos de Investimentos

Os saldos relativos à aplicação em fundos de investimentos são avaliados tomando-se por base o valor de suas cotas na data do balanço.

	31/12/2021				31/12/2020			
	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado
RENDA FIXA	50.074	76.356	6.514	132.944	48.991	72.067	5.235	126.293
Cifra Alm Fire (*)	35.958	30.578	0	66.536	46.265	39.342	0	85.607
MB CMN Fim (*)	1161	25.884	0	27.044	24	23.328	2.006	25.358
Santander Cash Blue	12.955	19.894	6.514	39.364	2.702	9.397	3.228	15.327
AÇÕES	7.943	25.837	0	33.780	7.250	25.706	0	32.956
Bradesco Fia Dividendos	7.943	7.547	0	15.490	7.250	6.889	0	14.139
Sulamerica EQ	0	6.508	0	6.508	0	6.713	0	6.713
Perfin INST	0	11.782	0	11.782	0	12.104	0	12.104
MULTIMERCADO	0	38.134	0	38.134	228	35.155	0	35.383
Nota Fim (*)	0	38.134	0	38.134	228	35.155	0	35.383
(=) Subtotal	58.017	140.327	6.514	204.858	56.470	132.928	5.235	194.632
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
(=) Total	58.017	140.327	6.514	204.858	56.470	132.928	5.235	194.632

(*) Fundos exclusivos, a CIFRÃO é o único cotista.

O Administrador e Custodiante dos Fundos de Investimentos exclusivos listados no quadro acima, conforme previsto em contrato não pode ser gestor das carteiras de investimentos desses Fundos.

De acordo com os Artigos 30 e 37 da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, é obrigatória a divulgação dos títulos por montante, natureza e faixa de vencimento, conforme a seguir:

Posição em 31/12/2022

	Papéis na Curva	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	20 a 25 anos	25 a 30 anos	acima de 30 anos	Valor Contábil
1	Títulos Públicos									
	Operações Compromissadas	-	5.274	-	-	-	-	-	-	5.274
	NTN-B	27.139	64.892	22.035	71.020	3.251	-	54.425	61.232	303.994
	NTN-C	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	NTN-F	-	-	4.563	-	-	-	-	-	4.563
	LFT	-	1.413	-	-	-	-	-	-	1.413
	LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de Títulos Públicos	27.139	71.579	26.598	71.020	3.251	-	54.425	61.232	315.245
2	Títulos Privados									
	CDB's	-	268	-	-	-	-	-	-	268
	CDB's Subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CRI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Debêntures	113	3.222	442	-	-	-	-	-	3.777
	Letras Financeiras	-	4.116	-	-	-	-	-	-	4.116
	Letras Financeiras Subordinadas	808	-	-	-	-	-	-	-	808
	Letras Hipotecárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de Títulos Privados	921	7.606	442	-	-	-	-	-	8.969
	Fundos de Investimentos	79.696	-	-	-	-	-	-	-	79.696
	Contas a Pagar/Receber/ Tesouraria	23	-	-	-	-	-	-	-	23
	Total	107.779	79.186	27.040	71.020	3.251	-	54.425	61.232	403.932

Posição em 31/12/2021

	Papéis na Curva	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	20 a 25 anos	25 a 30 anos	acima de 30 anos	Valor Contábil
1	Títulos Públicos									
	Operações Compromissadas	-	5.274	-	-	-	-	-	-	5.274
	NTN-B	27.139	64.892	22.035	71.020	3.251	-	54.425	61.232	303.994
	NTN-C	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	NTN-F	-	-	4.563	-	-	-	-	-	4.563
	LFT	-	1.413	-	-	-	-	-	-	1.413
	LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de Títulos Públicos	27.139	71.579	26.598	71.020	3.251	-	54.425	61.232	315.245
2	Títulos Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CDB's	-	268	-	-	-	-	-	-	268
	CDB's Subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CRI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Debêntures	113	3.222	442	-	-	-	-	-	3.777
	Letras Financeiras	-	4.116	-	-	-	-	-	-	4.116
	Letras Financeiras Subordinadas	808	-	-	-	-	-	-	-	808
	Letras Hipotecárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de Títulos Privados	921	7.606	442	-	-	-	-	-	8.969
	Fundos de Investimentos	79.696	-	-	-	-	-	-	-	79.696
	Contas a Pagar/Receber/ Tesouraria	23	-	-	-	-	-	-	-	23
	Total	107.779	79.186	27.040	71.020	3.251	-	54.425	61.232	403.932

Títulos classificados na categoria mantidos a vencimento – ajuste a mercado.

2022

Ganho/Perda

Vencimento	Tipo	Valor Contábil	Valor a mercado	Total	PBDC	Moeda	PGA
15/08/2024	NTN-B	28.542	28.365	-176	-95	-81	0
15/05/2023	NTN-B	20.096	20.133	37	20	17	0
15/05/2023	NTN-B	7.754	7.759	5	3	2	0
Total		56.932	56.257	-134	-73	-62	0

2021

Ganho/Perda

Vencimento	Tipo	Valor Contábil	Valor a mercado	Total	PBDC	Moeda	PGA
15/08/2024	NTN-B	26.961	27.512	552	298	254	0
15/05/2023	NTN-B	18.916	19.114	198	107	91	0
15/05/2023	NTN-B	7.322	7.366	44	24	20	0
15/08/2022	NTN-B	19.627	19.720	93	50	43	0
15/08/2022	NTN-B	6.802	6.828	26	14	12	0
15/08/2022	NTN-B	710	711	2	1	1	0
Total		80.338	81.252	914	494	420	0

Os títulos supra mencionados, encontram-se alocados na carteira do fundo exclusivo FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CIFRA ALM, e em 2022 a entidade também possuía NTN-Bs na carteira própria.

A tabela demonstra o resultado o qual seria obtido, caso os ativos classificados na categoria “a vencimento” fossem negociados “a mercado” na data base de 31/12/2022.

5.4.2. Investimentos Imobiliários

	31/12/2022			31/12/2021		
	PBDC	MoedaPrev	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	Consolidado
Locadas a Terceiros	5.105	3.527	8.632	4.785	3.306	8.091
Praia de Botafogo	3.841	2.654	6.495	3.655	2.525	6.180
Terrenos	2.320	1.602	3.922	2.240	1.547	3.787
Construções	1.522	1.051	2.573	1.415	978	2.393
Rua Sete de Setembro	1.264	873	2.137	1.130	781	1.911
Terrenos	682	471	1.154	439	304	743
Construções	581	402	983	691	477	1.168
Contas a Receber	0	0	0	0	0	0
Direitos de Alienação	0	0	0	0	0	0
Total	5.105	3.527	8.632	4.785	3.306	8.091

Reavaliação de Imóveis

Em dezembro de 2022, a Fundação promoveu uma nova avaliação de sua carteira imobiliária, realizada pela Bolsa de Negócios Imobiliários do Rio de Janeiro (BNI) – CREA nº 1990-200849, conforme laudos 512/2022 e 0412/2022, registrando-se contabilmente em dezembro de 2022 o devido ajuste.

	Valor contábil	Valor Reavaliado	Valor do Ajuste
Locadas a Terceiros	8.091	8.632	541
Praia de Botafogo	6.180	6.495	315
Terrenos	3.787	3.922	135
Construções	2.393	2.573	180
Sete de Setembro	1.911	2.137	226
Terrenos	743	1.154	411
Construções	1.168	983	-185
Total	8.091	8.632	541

5.4.3. Operações com Participantes

A carteira de empréstimos em 31/12/2022 e 31/12/2021 apresentavam os seguintes saldos:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Posição da Carteira	PDD	Carteira Líquida	Carteira Líquida
Plano PBDC	2.615	172	2.443	3.256
Plano MoedaPrev	8.582	3	8.579	7.986
Total	11.197	175	11.022	11.242

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, da carteira de empréstimos é constituída com base no valor vencido e no número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Instrução PREVIC n°31, de 20/08/2020.

6. PASSIVO

6.1. Exigível Operacional – Gestão Previdencial

Estão registrados os compromissos assumidos pela Fundação pelos planos de benefícios relativos à Gestão Previdencial, demonstrado conforme a seguir:

Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios a Pagar	4.805	4.454
Retenções a Recolher	407	335
Outras Exigibilidades	60	57
Total	5.272	4.846

Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios a Pagar ¹	4.797	4.446
Retenções a Recolher	290	258
Outras Exigibilidades	4	5
Total	5.091	4.709

¹ Estão registrados principalmente os valores pendentes de pagamentos de resgate dos ex-participantes que se retiraram do Plano de Benefícios e continuam com vínculo empregatício com a Patrocinadora e Complementação de Benefícios.

Plano de Benefício MoedaPrev

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios a Pagar	8	8
Retenções a Recolher	117	77
Outras Exigibilidades	56	52
Total	181	137

6.2. Exigível Operacional – Gestão Administrativa

Estão registrados os compromissos a pagar assumidos pela Fundação, relativos à Gestão Administrativa:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a Pagar	203	203
Retenções a Recolher	28	24
Tributos a Recolher	27	25
Outras Exigibilidades	1	1
Total	259	253

6.3. Exigível Contingencial

O exigível contingencial registra as provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação, avaliadas por assessoria jurídica contratada pela entidade.

6.3.1. Gestão Previdencial

A. PROVISÕES

Estão provisionados os valores estimados de perdas prováveis tendo como referência os relatórios de ações sob o acompanhamento e controle da assessoria jurídica externa.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Provisão	Depósitos Judiciais	Saldo	Provisão	Depósitos Judiciais	Saldo
PBDC	1.761	0	1.761	1.676	0	1.676
Total	1.761	0	1.761	1.676	0	1.676

Relatório Jurídico por Ação em 31/12/2022

Processo nº	Valor em risco
0190600-90.1991.5.01.0017	330.926,13
0194400-54.1991.5.01.0041	104.427,49
0030800-46.1994.5.01.0041	501.876,20
0043400-54.1999.5.01.0064	261.713,17
0000941-36.2010.5.01.0069	21.509,86
5075103-55.2020.4.02.5101	100.000,00
0006121-56.2007.8.19.0208	398.672,68
0026170-17.2013.8.19.0206	10.000,00
0342240-94.1998.8.19.0001	31.637,83
Total	1.760.763,36

Todas as ações classificadas com probabilidade de saída de recurso “provável” estão provisionadas, em valores estimados de forma confiável, conforme quadro acima e de acordo com avaliação de escritório jurídico que acompanha as referidas ações.

B. PASSIVO CONTINGENCIAL

Tramita perante a 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro, o processo nº 0068135-70.2015.4.02.5101, proposto pela Associação dos Empregados da Casa da Moeda do Brasil, que tem como finalidade, obter decisão judicial que determine a nulidade das alterações regulamentares e do equacionamento do déficit realizado no Plano de Benefício Definido CIFRÃO em 1999, para que seja o mesmo repartido conforme proporção contributiva praticada à época, entre CMB e Participantes.

Os pedidos de condenação econômica/financeira são dirigidos à Patrocinadora Casa da Moeda do Brasil, no sentido de que, julgado procedente os pedidos, a mesma assumira integralmente com os valores desta revisão, sendo estes recursos transferidos para o Plano de Benefício Definido CIFRÃO, razão pela qual não há provisionamento constituído.

Pleiteia a referida ação ainda, a obtenção da revisão dos benefícios concedidos no período, o reingresso de participantes que cancelaram suas inscrições em razão das alterações regulamentares ocorridas no passado, a revisão dos benefícios concedidos, com eventual pagamento de diferença devida, e a revisão e devolução dos valores das contribuições realizadas pelos participantes ao plano, com base nos parâmetros estabelecidos no Regulamento anterior às alterações introduzidas em 1999.

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

7.1. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas registradas no Balanço de encerramento do exercício de 2022 foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial elaborada pela empresa Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária Ltda., e seus valores demonstram a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico dos Planos de Benefícios, em 31/12/2022, de acordo com a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/21.

Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios Concedidos	440.754	434.793
Contribuição Definida	48.091	51.915
Benefício Definido	392.663	382.878
Benefício a Conceder	138.410	122.680
Contribuição Definida	125.216	108.656
Benefício Definido em Regime de Capitalização prog.	13.115	13.982
Benefício Definido em Regime de Capitalização não prog.	79	42
(-) Provisão Matemática a Constituir	(157.529)	(123.450)
Total	421.635	434.023

Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios Concedidos	322.239	317.067
Contribuição Definida	481	449
Benefício Definido	321.758	316.618
Benefício a Conceder	13.219	14.047
Benefício Definido	25	23
Benefício Definido em Regime de Capitalização prog.	13.115	13.982
Benefício Definido em Regime de Capitalização não prog.	79	42
(-) Provisão Matemática a Constituir	(123.450)	(123.450)
Total	212.008	207.664

Resumo das Premissas e Hipóteses Atuariais do Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	2022	2021
Taxa de juro atuarial	4,59%	4,59%
Crescimento real de salário	1,17%	1,4%
Fator de capacidade do Benefício	0,9830	0,9830
Tábua de mortalidade geral	AT 83 Segregada por sexo	AT 83 Segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 40%	Winklevoss desagravada em 40%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30 %	Álvaro Vindas desagravada em 30 %
Morbidez (Auxílio Doença)	Hubbard-Laffitte Desagravada em 20%	Experiência Rodarte Desagravada em 20%

Plano de Benefício MoedaPrev

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios Concedidos	118.515	117.726
Contribuição Definida	47.610	51.465
Benefício Definido	70.905	66.261
Benefícios a Conceder	125.191	108.633
Contribuição Definida	125.191	108.633
Total	243.706	226.359

Premissas e Hipóteses Atuariais do Plano MOEDAPREV

	2022	2021
Taxa de juro atuarial	4,59%	4,59%
Crescimento real de salário	1,17%	1,4%
Fator de capacidade do Benefício	0,9830	0,9830
Tábua de mortalidade geral	AT 83 Segregada por sexo	AT 83 Segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 40%	Winklevoss desagravada em 40%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30 %	Álvaro Vindas desagravada em 30 %
Morbidez (Auxílio Doença)	Hubbard-Laffitte Desagravada em 20%	Experiência Rodarte Desagravada em 20%

7.2. Equilíbrio técnico

Demonstra os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios. A rubrica Equilíbrio Técnico representa os valores referentes ao Superávit/Déficit Técnico Acumulado e a Reserva Especial para Revisão de Plano.

7.2.1. Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva de Contingencia	3.125	0
(-) Déficit Técnico Acumulado	0	(31.999)
Total	3.125	(31.999)

7.2.2. Plano MoedaPrev

	31/12/2022	31/12/2021
(-) Déficit Técnico Acumulado	(9.269)	(6.299)
Total	(9.269)	(6.299)

7.3. Fundos

7.3.1. Previdenciais

Tem destinação específica constituída atuarialmente com recursos da Gestão Previdencial, previsto no regulamento do plano de benefícios e as regras de constituição e a manutenção dos fundos já existentes deverão constar na nota técnica atuarial, no parecer atuarial e nas notas explicativas às demonstrações contábeis, conforme estabelece o Art. 9º da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/20218

Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

De acordo com o Regulamento do PBDC, não há previsão de constituição de Fundos Previdenciais.

Plano de Benefício MoedaPrev

Os Fundos Previdenciais existentes no Plano MoedaPrev na data base de 31/12/2022 são: Fundo de Risco, Fundo Reversão de Contingência, Fundo de Recursos Remanescentes Patrocinador e Fundo de Recursos a Receber Precatórios. As regras de constituição e a manutenção dos fundos já existentes são as seguintes:

Fundo de Risco: destinado a suportar os compromissos referentes aos benefícios de risco do MoedaPrev não cobertos pelo saldo de conta, sendo creditado pelas contribuições de risco e debitado pelas despesas com pagamento de auxílio-doença e pelo montante correspondente ao complemento do saldo de conta decorrente de invalidez ou morte de participante. O Fundo de Risco é atualizado mensalmente pela rentabilidade do plano;

Fundo Reversão de Contingência: constituído em 01/12/2020, data da avaliação atuarial por fato relevante, pela reversão do superávit apurado antes da migração, sendo destinado à cobertura de eventual déficit para a massa do MoedaPrev que deu causa ao fundo. O Fundo Reversão de Contingência é atualizado mensalmente pela rentabilidade do plano;

Fundo de Recursos Remanescentes Patrocinador: constituído pelos recursos do patrocinador não resgatável pelo participante correspondentes aos participantes cancelados, desligados e restituídos, informados pela entidade, sendo sua utilização definida pelo patrocinador. O Fundo de Recursos Remanescentes Patrocinador é atualizado mensalmente pela rentabilidade do plano;

Fundo de Recursos a Receber Precatório: constituído em 30/11/2022 em decorrência da contabilização do Precatório Processo nº 5004013-56.4.02.9388, referente ao acordo firmado em abril de 2022, entre fundações e a União Federal, que permite a restituição das aplicações realizadas na década dos anos 1980 nas Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, uma vez que a parcela transferida ao Plano MoedaPrev do direito a receber, equivalente a 40,85% do valor total do precatório, destina-se exclusivamente aos participantes e assistidos oriundos do PBDC, com destinação de 50% desse direito aos patrocinadores, e que, nesse caso, o registro contábil desse recurso não deve afetar o cálculo do valor da cota do Plano MoedaPrev.

7.3.2. Fundos Administrativos

Constituído com eventuais sobras de custeio da Gestão Administrativa e remunerado com base no resultado líquido dos investimentos, calculados proporcionalmente à sua participação no montante

aplicado pelos investimentos. Destina-se, basicamente, à cobertura de insuficiências futuras de verbas de custeio administrativo.

Estão registrados no Fundo Administrativo os valores que serão utilizados para cobertura das despesas administrativas pela Fundação para administração dos seus Planos de Benefícios ou cobertura do Ativo Permanente, na forma prevista no Regulamento do PGA e Nota Técnica aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

	31/12/2022	31/12/2021
PBDC	4.139	3.169
MOEDAPREV	2.290	2.263
Total	6.429	5.432

7.3.3. Fundos de Inadimplência ou Óbito de Participantes com Operações De Empréstimos

Constituídos com a finalidade de quitação de empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento ou ainda, inadimplemento.

	31/12/2021			31/12/2021		
	PBDC	MoedaPrev	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	Consolidado
Fundo Garantidor de Empréstimo	246	207	453	173	183	356
Fundo de Cobertura de Inadimplência	461	607	1.068	554	407	961
TOTAL	707	814	1.521	727	590	1.317

7.4. Apuração de Resultado

7.4.1. Gestão Previdenciária

Resultado dos Planos de Benefícios de natureza previdencial, pela apuração entre as adições de contribuições, dos resultados dos investimentos, das deduções pelos pagamentos de benefício, pela provisão das contingências, e das constituições/reversões das provisões atuariais.

Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Líquido dos Investimentos	44.938	2.993
Resultado Líquido do Previdencial	(15.148)	(26.301)
Resultado Líquido do Administrativo	(1.780)	(13)
Resultado	28.010	(23.321)
(+/-) Constituição/Reversão das Provisões Atuariais	12.388	(5.021)
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos Previdenciais	(7.042)	(1.104)
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos Administrativos	(996)	(190)
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos de Investimentos	(205)	(13)
Superávit/Déficit Técnico no Exercício	32.155	(29.649)
Superávit/Déficit Técnico no Exercício Anterior	(38.298)	(8.649)
Superávit/Déficit Técnico acumulado	(6.143)	(38.298)

Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Líquido dos Investimentos	22.423	2.825
Resultado Líquido do Previdencial	-17.034	(16.490)
Resultado	5.389	(13.665)
(+/-) Constituição/Reversão das Provisões Atuariais	29.735	(9.734)
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos Previdenciais	0	0
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos de Investimentos	0	13
Superávit/Déficit Técnico no Exercício	35.124	(23.386)
Superávit/Déficit Técnico no Exercício Anterior	-31.999	(8.613)
Superávit/Déficit Técnico acumulado	3.125	(31.999)

Plano de Benefício Definido CIFRÃO (MoedaPrev)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Líquido dos Investimentos	22.311	-37
Resultado Líquido do Previdencial	-891	-9.809
Resultado	21.420	-9.846
(+/-) Constituição/Reversão das Provisões Atuariais	-17.347	4.713
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos Previdenciais	-7.043	-1.104
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos de Investimentos	0	-26
Superávit/Déficit Técnico no Exercício	-2.970	-6.263
Superávit/Déficit Técnico no Exercício Anterior	-6.299	-36
Superávit/Déficit Técnico acumulado	-9.269	-6.299

7.4.2. Gestão Administrativa

A Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001, em seu artigo 7º determina que: “As despesas administrativas da entidade de previdência complementar serão custeadas pelo Patrocinador e pelos Participantes (Ativos e Assistidos), atendendo a limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador”.

A cobertura das despesas Administrativas está utilizando o limite de Taxa de carregamento de até 9% (nove por cento), conforme estabelece o Artigo 5º, Inciso II da Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021. Definição de Taxa de Carregamento, conforme previsto no item VII, do artigo 2º da referida legislação é: “Taxa de Carregamento: percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir”.

	31/12/2022
Fluxo Previdencial	
(+) Contribuições	31.002
(+) Benefícios de renda continuada	46.752
(=) Total Fluxo Previdencial	77.754

Apuração Resultado PGA	
(+) Valor transferido para o PGA	2.776
(+) Receitas administrativas	2.308
(-) Despesas Administrativas	-4.867
(-) Resultado dos Investimentos	779
(-) Constituição/Reversão de Contingencia	-
(=) Constituição do Fundo Administrativo	996

Limite legal (9% s/Fluxo Previdencial - Receita Administrativa)	6.998
Limite legal representação percentual s/Fluxo Previdencial	6,54%

Valor transferido para o PGA	5.084
Relação percentual s/Fluxo Previdencial	72,65%

Atualmente, o quadro de pessoal da Entidade é composto por 03 (três) diretores e 08 (oito) empregados. As despesas administrativas da Entidade e Serviços de Terceiros, posicionadas em 31/12/2022 e 31/12/2021 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Consultoria Atuarial	192	188
Consultoria de Investimentos	58	45
Consultoria Jurídica	255	201
Recursos Humanos	-	-
Informática	583	558
Gestão/Planejamento Estratégico	91	38
Auditoria Contábil	54	46
Outros	-	-
Total	1.233	1.076

A Entidade não remunera os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, conforme prevê o Artigo 19, § 2º do Estatuto Social.

7.4.3. Investimentos

	31/12/2022			
	PBDC	MoedaPrev	PGA	TOTAL
(+) Rendas / Variações Positivas	30.890	40.086	779	71.755
Títulos Públicos	12.369	10.369	0	22.738
Ações		0	0	0
Fundo de Investimento	10.035	23.129	779	33.943
Derivativos		0	0	0
Investimentos Imobiliários	908	356	0	1.264
Empréstimos e Financiamentos	573	1393	0	1.966
Outras	7005	4839	0	11.844
(-) Deduções / Variações Negativas	7.534	16.197	0	23.731
Títulos Públicos	4.364	5.470		9.834
Fundo de Investimento	1.891	10.406		12.297
Derivativos		0		0
Investimentos Imobiliários	503	76		579
Empréstimos e Financiamentos	601	42		643
Relacionadas com Disponível	149	195		344
Outros	26	8		34
(-) Cobertura / Reversão de Despesas Administrativas	(846)	(1.462)	0	(2.308)
(-) Constituição / Reversão de Contingências	0	0	0	0
(-) Constituição / Reversão de Fundos	(87)	(117)	0	(204)
(=) Resultado Líquido dos Investimentos	22.423	22.310	779	45.512

	31/12/2021			
	PBDC	MoedaPrev	PGA	TOTAL
(+) Rendas / Variações Positivas	22.267	22.437	232	44.936
Títulos Públicos	5.449	5.669	0	11.118
Ações	0	0	0	0
Fundo de Investimento	15.040	15.198	232	30.470
Derivativos	0	297	0	297
Investimentos Imobiliários	786	1.261	0	2.047
Empréstimos e Financiamentos	897	0	0	897
Outras	95	11	0	106
(-) Deduções / Variações Negativas	18.432	21.246	27	39.705
Títulos Públicos	6.071	7.268	0	13.339
Fundo de Investimento	11.643	13.710	0	25.353
Derivativos	0	0	27	27
Investimentos Imobiliários	357	0	0	357
Empréstimos e Financiamentos	153	3	0	156
Relacionadas com Disponível	131	140	0	271
Outros	77	125	0	202
(-) Cobertura / Reversão de Despesas Administrativas	1.011	1.227	0	2.238
(-) Constituição / Reversão de Contingências	13	(26)	0	(13)
(=) Resultado Líquido dos Investimentos	2.837	(63)	205	2.979

8. AJUSTES E ELIMINAÇÕES

A Fundação registrou em documentos auxiliares (Balancete de Ajuste) a exclusão no Balanço Patrimonial Consolidado, os valores da Participação dos Planos de Benefícios no Plano de Gestão Administrativa (PGA), correspondente neste exercício de R\$6.429 (R\$5.433 em 2021), em atendimento aos normativos vigentes.

9. GESTÃO TRIBUTÁRIA

A Fundação está sujeita a tributação do PIS e da COFINS incidentes, basicamente sobre suas operações administrativas (Gestão Administrativa).

Por se tratar de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), a CIFRÃO está isenta de recolher Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa SRF nº 588, de 21/12/2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27/06/2006 e 03/01/2013, respectivamente.

10. PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas as contribuições para custeio dos planos de benefícios por ela administrados. (Nota 5.2)

11. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

11.1. Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

Como o PBDC contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como mantidos até o vencimento, foi apurado pela Fundação o ajuste de precificação dos referidos títulos públicos, em 31/12/2022, no valor positivo de R\$ 2.628.

O ajuste de precificação dos títulos públicos classificados na categoria “mantidos a vencimento”, é calculado com base no valor presente desses títulos públicos, aplicando-se como taxa de desconto a mesma utilizada na avaliação atuarial.

Plano PBDC

2022							
Papéis na Curva	até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
quantidade	3.741	5.210	2.192	4.916	16.059	16.059	n/a
Valor	15.039	21.511	9.470	21.983	68.003	70.631	2.628
2021							
Papéis na Curva	até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
quantidade	3.807	7.521	3.622	5.916	20.866	20.866	n/a
Valor	14.655	28.728	14.809	25.107	83.298	86.874	3.576

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
68.003	70.631	2.628

Considerando que o Plano PBDC apresentou resultado superavitário em 31/12/2022 em R\$ 35.124.166,58, e sendo o valor do ajuste de precificação positivo em R\$ 2.628, o referido montante não será aplicado em eventual destinação de reserva especial.

11.2. Plano de Benefício MoedaPrev

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais para 31/12/2021, no valor de R\$1.292 (conforme resumo demonstrado no Relatório Venturo da PREVIC), o Equilíbrio Técnico Ajustado, para fins de equacionamento do Plano, foi avaliado em R\$7.977.

Em observância ao Artigo 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo, no valor do Déficit Técnico Acumulado, do ajuste de precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

O ajuste de precificação dos títulos públicos classificados na categoria “mantidos à vencimento”, é calculado com base no valor presente desses títulos públicos, aplicando-se como taxa de desconto a mesma utilizada na avaliação atuarial.

Plano MoedaPrev

2022							
Papéis na Curva	até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Quantidade	3.186	3.220	0	6.300	12.706	12.706	n/a
Valor	12.811	13.129	0	8.448	34.388	35.680	1.292

2021							
Papéis na Curva	até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Quantidade	3.243	6.406	0	1.890	11.539	11.539	n/a
Valor	12.484	24.472	0	7.997	44.952	46.684	1.732

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
34.388	35.680	1.292

Como o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado em 31/12/2022 foi avaliado negativamente em R\$7.977, sendo ele superior ao limite apurado conforme formulação descrita no Artigo 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, apurado no valor negativo de R\$ 3.961, faz-se necessário elaborar e aprovar plano de equacionamento do déficit técnico do Plano no ano de 2023.

12. ATIVOS CONTINGENTES

A CIFRÃO possui em seu relatório jurídico posicionado em 31/12/2022 os seguintes processos judiciais em que figura como parte autora:

Processo nº	Status	Valor em Risco	Objeto da ação
0002276-31.2008.8.19.0030	Em execução	87.557,59	Trata-se de ação de cobrança referente as diferenças do plano de saúde, a demanda teve sentença de procedência, determinando que o réu pague a Cifrão quantia de R\$ 87.577,59, trânsito em julgado em 27/08/2012, aguarda penhora no rosto dos autos n. 019066-90.1991.5.01.0017.
0003401-12.2008.8.19.0005	Em execução	106.078,46	Trata-se de ação de cobrança referente as diferenças do plano de saúde, a demanda teve sentença de procedência, determinando que o réu pague a Cifrão quantia de R\$ 106.078,46, trânsito em julgado em 02/10/2013, Aguarda penhora e avaliação de veículo em nome da executada.
0014520-71.2008.8.19.0036	Em execução	87.557,59	Trata-se de ação de cobrança referente as diferenças do plano de saúde, a demanda teve sentença de procedência, determinando que o réu pague a Cifrão aos valores pagos ao plano de saúde em decorrência da concessão de tutela antecipada, trânsito em julgado em 19/07/2016, acolhida a arguição de ilegitimidade passiva da curadora do executado, opostos embargos de declaração.
0022448-42.2008.8.19.0208	Trânsito em Julgado	81.217,96	Trata-se de ação de cobrança em fase de execução, cuja tentativa de localização de bens penhoráveis restou infrutífera. Face ao requerimento de expedição de certidão de crédito, manifesta é a perda de interesse superveniente no prosseguimento desta ação. Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, na forma do artigo 485, VI do Novo Código de Processo Civil e condeno a parte ré ao pagamento de custas, face ao disposto no artigo 82, §2 do Novo Código de Processo Civil. trânsito em julgado em 25/04/2019
0025786-18.2008.8.19.0210	Em execução	39.889,75	Trata-se de ação de cobrança referente as diferenças do plano de saúde, a demanda teve sentença de procedência, determinando que o réu pague a Cifrão quantia de R\$ 39.889,35, trânsito em julgado em 02/05/2011. Postulada penhora sisbajud
0016110-43.2008.8.19.0211	Trânsito em Julgado	130.510,32	Trata-se de ação de cobrança referente as diferenças do plano de saúde, a demanda teve sentença de procedência, determinando que o réu pague a Cifrão quantia de R\$ 130.510,32, trânsito em julgado em 06/06/2013. Postulada penhora Sisbajud.
0036783-75.2008.8.19.0205	Trânsito em Julgado	111.838,32	Trata-se de ação de cobrança referente as diferenças do plano de saúde, a demanda teve sentença de procedência, determinando que o réu pague a Cifrão quantia de R\$ 111.838,32, trânsito em julgado em 13/04/2012
0047086-52.2006.8.19.0001	Em execução	8.668.138,19	Trata-se de ação de prestação de contas ajuizada em decorrência de diversos atos irregulares praticados pelo Réu, como seu procurador, não tendo este comparecido à referida assembleia, apesar de convocado. Afirma que, em consequência desses fatos, em 30/05/2005, foi revogada a procuração outorgada ao Réu, assumindo seus diretores a gestão do condomínio. sentença de procedência determinando que o réu preste as contas nos autos, o réu deixou de prestar as contas e foi determinada a realização de perícia no feito, fixado valor devido de R\$3.344.373,11, penhora bem imóvel, processo suspenso aguardando julgamento do AI, sobre valor de avaliação do imóvel.
0238625-53.2019.8.19.0001	Conhecimento	42.826,25	Trata-se de embargos a execução fiscal de nº172853-46.2019.8.19.0001, alegado excesso de execução em decorrência do pagamento, aguarda sentença.

Tomando como base o Pronunciamento Contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos, a forma de pagamento pela União Federal, relativa à referida ação judicial e sua classificação como “provável” a entidade optou por somente registrar nas notas explicativas, como evento futuro. Em face dessa decisão, não estão refletidos os valores nas Demonstrações Contábeis da Fundação.

9. PARECERES ATUARIAIS

PARECER ATUARIAL DO PLANO PBDC EM 31/12/2022

1. Introdução e Objetivo

Este Parecer Atuarial objetiva apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2022, elaborada pela Rodarte Nogueira, referente ao Plano de Benefício Definido Cifrão, doravante PBDC, administrado pela Cifrão - Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil e registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1979.0039-47.

A Avaliação Atuarial de 2022 foi desenvolvida considerando:

- O Regulamento do Plano de Benefício Definido da Cifrão (PBDC), aprovado pela Portaria PREVIC nº 1077, de 11.12.2019, publicada no Diário Oficial da União de 13.12.2019;
- As informações cadastrais dos participantes ativos e assistidos na data-base de agosto/2022. Para apuração das Provisões Matemáticas de 12.2022 foram consideradas, tanto no cadastro dos ativos quanto dos assistidos, as movimentações de aposentadorias e pensões concedidas e saídas por resgate entre agosto e dezembro/2022;
- Os demonstrativos contábeis de 2022, fornecidos pela Cifrão;
- As premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais geralmente aceitos, observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, registrados no item 3.

Em dezembro de 2022, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2021 (PED 2021), pelo valor máximo correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado de 2021, com prazo de amortização, que se inicia em 04/2023, compatibilizado com aquele previsto para a liquidação dos compromissos abrangidos pelo passivo atuarial do plano de benefícios, conforme plano de custeio descrito no item 7.

2. Base de Dados

2.1. Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral de Participantes Ativos e Assistidos, encaminhada pela CIFRÃO, encontra-se posicionada em 31.08.2022. O referido cadastro foi submetido a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, sendo a exatidão e veracidade desses dados de responsabilidade da Entidade.

Adicionalmente, importa registrar que, para apuração das Provisões Matemáticas de 12.2022 foram consideradas, tanto no cadastro dos ativos quanto dos assistidos, as movimentações de aposentadorias e pensões concedidas entre agosto e dezembro/2022.

2.2. Consolidado Estatístico

As tabelas a seguir, sintetizam as informações obtidas a partir dos cadastros disponibilizados.

2.3. Ativos e Autopatrocinados

2.3.1. Sujeitos a Aposentadoria Ordinária

Sexo	Frequência	Idade Média		TE Médio	TC Médio	Idade Média Provável de aposent.	Salário Participação Médio	Salário Real de Benefício Médio
		Inscrição	Atual					
Masculino	12	26,15	59,31	33,75	33,10	59,98	R\$ 13.829,99	R\$ 13.121,87
Feminino	1	20,67	55,67	34,92	34,92	57,00	R\$ 9.052,16	R\$ 9.271,77
TOTAL	13	25,72	59,03	33,84	33,24	59,75	R\$ 13.462,46	R\$ 12.825,70

TE - Tempo de Empresa.

TC - Tempo de Contribuição para o plano.

2.3.2. Sujeitos a Aposentadoria Especial

Sexo	Frequência	Idade Média		TE Médio	TC Médio	Idade Média Provável de aposent.	Salário Participação Médio	Salário Real de Benefício Médio
		Inscrição	Atual					
Masculino	4	22,85	62,17	40,08	39,25	61,83	R\$ 12.977,31	R\$ 12.839,44
Feminino	1	23,58	57,58	33,92	33,92	57,25	R\$ 11.503,95	R\$ 8.656,67
TOTAL	5	23,00	61,25	38,85	38,18	60,92	R\$ 12.682,64	R\$ 12.002,88

TE - Tempo de Empresa.

TC - Tempo de Contribuição para o plano.

2.4. Vinculados

Sexo	Frequência	Idade Média		TE Médio	TC Médio	Idade Média aposent.	Valor do BPD
		Inscrição	Atual				
Masculino	1	28,42	52,92	24,42	24,42	57,00	R\$ 156,04
Feminino	0	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1	28,42	52,92	24,42	24,42	57,00	R\$ 156,04

2.5. Assistidos

TIPO DE BENEFÍCIO	Frequência	Idade Média	INSS Médio	Supl. Média	Contrib. Média
Invalidez	56	67,17	-	R\$ 1.004,00	R\$ 52,46
Idade	5	78,28	-	R\$ 1.641,88	R\$ 82,09
Tempo de Contribuição	269	70,54	-	R\$ 5.176,84	R\$ 385,98
Especial	106	72,10	-	R\$ 4.516,56	R\$ 306,36
Aposentadoria BPD	1	61,08	-	R\$ 2.254,18	R\$ 0,00
TOTAL	437	70,55	-	R\$ 4.434,81	R\$ 319,57

2.6. Pensão

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Frequência	Suplementação Média	Idade Média
Pensões	129	R\$ 2.781,93	-
Pensionistas	135	-	70,24
Beneficiários Vitalícios	130	-	71,81
Beneficiários Temporários	5	-	15,33

Entre 2021 e 2022, foram observadas as seguintes movimentações na base cadastral de participantes e assistidos:

- i. a massa de participantes ativos reduziu de 22 para 18 participantes, sendo que 2 se desligaram, optando pelo resgate e 2 se aposentaram;
- ii. a massa de aposentados também reduziu, passando de 447 para 437, sendo que: 2 aposentadorias foram concedidas oriundas dos participantes ativos; 1 faleceu a menos de 1 ano, gerando a respectiva pensão e 11 foram excluídos e considerados pensão presumida;
- iii. as pensões passaram de 128 para 129, sendo incluídos 12 novos benefícios oriundos dos aposentados e 11 pensões foram extintas por morte do beneficiário.

3. Hipóteses Atuariais, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

3.1. Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância, admitidas na Avaliação Atuarial de 2021, destacam-se as indicadas a seguir:

Hipótese	AA2022	AA2021
Indexador Econômico do Plano	INPC - IBGE	INPC - IBGE
Taxa de juros	4,59%	4,59%
Inflação anual projetada	3,48%	3,48%
Taxa anual esperada de retorno dos investimentos	Indexador Econômico + 4,59% a.a	Indexador Econômico + 4,59% a.a
Crescimento real anual esperado dos salários	1,17%	1,4%
Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9830	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9830
Gerações futuras de novos entrados	Não adotada.	Não adotada.
Rotatividade anual	Nula	Nula
Tábua de Mortalidade Geral	AT 83 segregada por sexo	AT 83 segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30%	Álvaro Vindas desagravada em 30%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss desagravada em 40%	Winklevoss desagravada em 40%
Tábua de Morbidez	Hubbard-Laffitte desagravada em 20%	Experiência Rodarte desagravada em 20%
Hipótese sobre composição de famílias pensionistas	Participante Ativo e Aposentado: Família Padrão ¹	Participante Ativo e Aposentado: Família Padrão ¹
	Pensionistas: Família real	Pensionistas: Família real

¹ Considera-se que 70% são casados, a esposa é 4 (quatro) anos mais jovem, com dois filhos dependentes cuja maioridade será alcançada quando o participante atinge 55 (cinquenta e cinco) anos.

3.2. Adequação das Hipóteses

As premissas relacionadas no Item 3.1 foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos, bem como estudos encaminhados pela Entidade à Rodarte Nogueira.

Consoante o que determina a legislação e tendo em vista as boas práticas atuariais, a Rodarte Nogueira elaborou estudos específicos que subsidiaram a definição das hipóteses atuariais por parte da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, bem como o parecer do Conselho Fiscal, conforme os documentos relacionados a seguir.

3.2.1. Estudos Específicos

- Estudo específico da Taxa de Juros: Relatório do estudo de adequação da hipótese de taxa de juros a ser adotada na Avaliação Atuarial do Plano de Benefício Definido – PBDC, RN/CIFRÃO nº 007/2022, de 25.10.2022;
- Estudos específicos das Demais Hipóteses:
 - i. Relatório do Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais dos Planos MOEDAPREV e PBDC - RN/CIFRÃO nº 008/2022, de 03.11.2022;

3.2.2. Documentos de Manifestação e Aprovação

- Parecer do Conselho Fiscal – Parecer CONFIS nº 004/2022, de 01 de dezembro de 2022;
- Parecer do Conselho Fiscal – Parecer CONFIS nº 005/2022, de 13 de dezembro de 2022;
- ATA de Reunião Diretoria Executiva nº 37/2022, de 14 de dezembro de 2022;
- ATA de Reunião Diretoria Executiva nº 38/2022, de 14 de dezembro de 2022;
- ATA da 12ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, de 22 de dezembro de 2022.

Conforme definido nos documentos de aprovação supra, as hipóteses de crescimento real de salário e da tábua de Morbidez foram alteradas, sendo mantidas as demais hipóteses atuariais adotadas na última avaliação atuarial, consideradas válidas e adequadas para a avaliação atuarial de 2022.

A taxa real de juros atuarial foi mantida em 4,59% a.a., como sugerido pelo estudo técnico de adequação e aderência da hipótese de taxa de juros de 2022 elaborado pela Rodarte Nogueira (item 3.2.1), dentro do intervalo da taxa parâmetro, de 3,10% a 4,83%, estabelecido pela legislação para a duração do passivo do plano de 9,6359 anos (apurado na Avaliação Atuarial de 2021).

3.3. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Quanto aos Regimes Financeiros e Métodos Atuariais, manteve-se nessa avaliação o Regime de Capitalização e o Método Agregado para financiamento de todos os benefícios do plano, considerados adequados haja vista as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

4. Patrimônio Social e de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

O Plano de Benefício Definido Cifrão, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1979.0039-47, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujas Provisões Matemáticas referentes ao encerramento do exercício de 2022 foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2022, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados no quadro a seguir que, também, demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico resultante em 31.12.2022:

Valores em 31/12/2022 (R\$)

2.03.	PATRIMONIO SOCIAL	186.007.634,52
2.03.01	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	181.054.520,13
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	177.929.153,54
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	322.238.913,46
2.03.01.01.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	480.802,24
2.03.01.01.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	480.802,24
2.03.01.01.01.02.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	321.758.111,22
2.03.01.01.01.02.00	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	269.402.124,83
2.03.01.01.01.02.00	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	52.355.986,39
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	13.219.953,40
2.03.01.01.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	25.512,03
2.03.01.01.02.01.01	SALDO DE CONTAS – REMIDO	25.512,03
2.03.01.01.02.02.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	13.115.452,94
2.03.01.01.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	13.323.843,34
2.03.01.01.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	(104.195,20)
2.03.01.01.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	(104.195,20)
2.03.01.01.02.03.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	78.988,43
2.03.01.01.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	80.175,01
2.03.01.01.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	(593,29)
2.03.01.01.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	(593,29)
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(157.529.713,32)
2.03.01.01.03.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO EQUACIONADO A INTEGRALIZAR	(157.529.713,32)
2.03.01.01.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	(78.764.856,66)
	(-) DÉFICIT EQUACIONADO 2020	(63.005.989,68)
	(-) DÉFICIT EQUACIONADO 2021	(15.758.866,98)
2.03.01.01.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	(3.131.569,45)
	(-) DÉFICIT EQUACIONADO 2020	(2.495.427,04)
	(-) DÉFICIT EQUACIONADO 2021	(636.142,41)
2.03.01.01.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	(75.633.287,21)
	(-) DÉFICIT EQUACIONADO 2020	(60.510.562,64)
	(-) DÉFICIT EQUACIONADO 2021	(15.122.724,57)
2.03.01.01.03.03.00	(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	3.125.366,59
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	3.125.366,59
2.03.01.02.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	3.125.366,59
2.03.01.02.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.125.366,59
2.03.01.02.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	4.953.114,39
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	4.138.620,82
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	814.493,57
2.03.02.03.01.00.00	FUNDO GARANTIDOR DE EMPRÉSTIMOS	207.577,10
2.03.02.03.02.00.00	FUNDO DE COBERTURA DOS INADIMPLEMENTOS	606.916,47

A Provisão Matemática a Constituir registra o valor atual dos fluxos contributivos previstos pela aplicação das alíquotas de contribuição extraordinária mensal de participantes, assistidos e patrocinadoras, estabelecidas nos Planos de Equacionamento do Déficit Técnico da Avaliação Atuarial por Fato Relevante de 01.12.2020 e da Avaliação Atuarial por Encerramento de Exercício 2021, conforme item 7 deste parecer.

A referida Provisão Matemática será redimensionada a cada avaliação atuarial subsequente, com base no valor atual do respectivo fluxo contributivo redimensionado, considerando o prazo residual de vigência das contribuições extraordinárias e as hipóteses atuariais definidas.

5. Duração do Passivo e Ajuste de Precificação

5.1. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Assim, com base no fluxo do passivo da Avaliação Atuarial de 31.12.2022 e na metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes, a duração do passivo do PBDC foi dimensionada em 112 meses (9,3190 anos).

5.2. Ajuste de Precificação

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Conforme estudo específico de convergência da taxa de juros (relacionado no item 3.2.1), o PBDC contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como mantidos até o vencimento concentrados em dois períodos, o primeiro entre o ano de 2022 e 2024, e o segundo entre os anos de 2050 e 2055. De acordo com o referido estudo, a manutenção desses títulos não compromete a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano até o ano 2038 e, após esse período, mantidas as condições do estudo, em especial pela situação deficitária do plano, há indícios de insuficiência de liquidez que exigiriam a liquidação antecipada desses títulos.

Posto isto, como o PBDC contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como mantidos até o vencimento, foi apurado pela Fundação o ajuste de precificação dos referidos títulos públicos, em 31.12.2022, no valor positivo de R\$ 2.627.910,75.

Tendo-se apurado resultado superavitário em 31.12.2022 e sendo o valor do ajuste de precificação positivo em R\$ 2.627.910,75, o referido montante não será aplicado em eventual destinação de reserva especial.

6. Resultados Atuariais

6.1. Em relação ao Grupo de Custeio

6.1.1. Evolução dos Custos

Por corresponder a um valor médio anual, o custo previdencial dos benefícios avaliados pelo método agregado pode não corresponder à contribuição normal esperada em cada período. Assim, o custo previdencial estimado para os próximos 12 meses é identificado ao montante das contribuições normais e extraordinárias previstas para serem pagas nesse mesmo período, dimensionadas com base no Plano de Custeio.

A tabela seguinte registra o montante das contribuições normais e extraordinárias previstas para serem pagas em 2023, ora expressas em valores monetários, ora em percentual da respectiva folha de salário-de-participação, obtidas a partir do fluxo do passivo dessa avaliação atuarial, acrescido do carregamento administrativo, que considera o Plano de Custeio descrito no item 7.

Fonte dos Recursos – 2023

Especificação	Participantes	% folha ativo	Assistidos	% folha assistido	Patrocinador	%folha global	Total
Custo Total							R\$ 18.015.244,00
Contrib. Previdenciárias (1)	R\$ 37.963,00	8,28%	R\$ 8.969.659,00	28,80%	R\$ 9.007.622,00	28,51%	R\$ 18.015.244,00
Normais	R\$ 37.963,00	8,28%	R\$ 2.342.979,00	7,52%	R\$ 2.380.942,00	7,54%	R\$ 4.761.884,00
Extraordinárias	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 6.626.680,00	21,28%	R\$ 6.626.680,00	20,97%	R\$ 13.253.360,00
Déficit Equacionado	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 6.626.680,00	21,28%	R\$ 6.626.680,00	20,97%	R\$ 13.253.360,00
Outras Finalidades	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00

(1) Inclui a parcela destinada ao Custeio Administrativo. Os participantes ativos elegíveis a benefício pelo plano em 2022 integram o fluxocontributivo dos assistidos.

O custo normal médio do Plano (inclui as contribuições dos assistidos e a correspondente contribuição patronal) previsto para 2023 é de 15,07% da folha global (ativos e assistidos), pouco acima do apurado em 2021 (14,32%) como efeito das variações cadastrais. O custo total, contudo, elevou-se em razão da implementação do custeio extraordinário referente ao plano de equacionamento de 2021 que irá vigorar a partir de 01.04.2023, passando de 24,92% para 28,51% da folha global.

6.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefício Definido do PBDC reavaliadas em 31.12.2022 (sem computar a PMaC referente ao equacionamento do déficit de 2021), variaram R\$ 1,75 milhão em relação àquelas apuradas em 31.12.2021, abaixo da variação de R\$ 5,33 milhões que era esperada no período pela atualização inerente ao modelo (atualização monetária e juros, dedução de benefícios pagos e adição de contribuições), como efeito dos ganhos sobre as perdas atuariais desta avaliação atuarial que reduziram as provisões matemáticas do plano em aproximadamente R\$ 3,58 milhões.

A Tabela 9 registra como as provisões matemáticas de benefício definido do PBDC evoluíram entre 2021 e 2022, destacando os respectivos impactos da alteração de cada hipótese atuarial e dos demais fatores que influenciaram na variação das Provisões Matemáticas e, por fim, os efeitos do registro da Provisão Matemática a Constituir referente ao equacionamento do Déficit Técnico de 2021 (PMaC 2021):

Valores em R\$

	PMBAC	PMBC	PMaC	TOTAL
Provisões Matemáticas em 31.12.2021	14.024.420	316.617.942	(123.450.155)	207.192.207
(+) Cresc. inerente às provisões matemáticas (1)	1.759.722	7.042.653	(3.470.390)	5.331.986
(+/-) Alteração das hipóteses atuariais	(20.707)	-	8.300	(12.407)
Alteração do crescimento salarial	(19.503)	-	7.908	(11.595)
Alteração da tábua de morbidez	(1.214)	-	396	(819)
Efeito da combinação das alterações	11	-	(3)	7
(+) Atualização e mov. cadastral e ajustes de experiência (2)	(2.568.994)	(1.902.484)	900.266	(3.571.213)
Movimentação cadastral	(2.371.195)	(2.489.372)	(951.472)	(5.812.039)
Atualização cadastral e Ajuste de Experiência	(197.799)	586.888	1.851.737	2.240.826
(+) Variação Total	(829.979)	5.140.169	(2.561.824)	1.748.366
(+) PED 2021	-	-	(31.517.734)	(31.517.734)
(=) Provisões Matemáticas em dezembro/2022	13.194.441	321.758.111	(157.529.713)	177.422.839

(1) Recorrência: atualização monetária, juros, dedução de benefícios pagos, adição de contribuições.

(2) Variações cadastrais (+ / -), como extinção de benefícios e concessão de novos benefícios, se for o caso, sobrevivência (+) ou mortalidade (-) acima da esperada para aquela população no período, outros efeitos como o decorrente da redução/elevação das contribuições em função da variação do Valor Básico Cifirão em 2022, que é corrigido pelo IGP-DI.

BAC = Benefícios a Conceder; BC = Benefícios Concedidos; PMaC = Provisão Matemática a constituir (PED 2020)

6.1.3. Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais ao qual o plano está exposto são inerentes ao modelo em que estão estruturados os benefícios avaliados, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses atuariais, com maior relevância para aquelas vinculadas à sobrevivência/mortalidade e à taxa real de juros, adotada no desconto a valor presente das obrigações e como meta do retorno dos investimentos financeiros.

Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é importante o acompanhamento da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência dessas hipóteses, ajustando-as sempre que necessário.

Nesse sentido, salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial de 2022 do Plano foram aprovadas pelos órgãos estatutários da entidade, subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio dos estudos técnicos específicos relacionados no item 3.2.1.

6.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Em 31.12.2022, as provisões matemáticas do Plano, que já consideram o valor da Provisão Matemática a Constituir, cujas alíquotas de contribuição extraordinária estão especificadas no item 7, estão totalmente cobertas pelo respectivo patrimônio de cobertura, apurando-se Superávit Técnico Acumulado de R\$ 3.125.366,59, representando 1,76% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido do Plano.

6.2. Em relação ao Plano de Benefícios

6.2.1. Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O PBDC não possui Fundos Previdenciais em 31/12/2022.

6.2.2. Variação do Resultado

O Déficit técnico acumulado em 31.12.2021, no valor de R\$ 32 milhões, cerca de 15,4% das Provisões Matemáticas da época, converteu-se em Superávit Técnico R\$ 3,12 milhões, em 31.12.2022, aproximadamente 1,8% das respectivas Provisões Matemáticas, em decorrência, principalmente, da implementação do novo Plano de Equacionamento de Déficit (PED 2021) e do registro nos Ativos do plano dos Recursos a receber referente aos Precatórios – OFND's

Em 2022, a Entidade registrou nos Ativos do plano, na conta Recursos a Receber – Precatórios - OFND's, o montante de R\$ 6,98 milhões, elevando os resultados dos investimentos do exercício, para o qual apurou-se resultado financeiro positivo de R\$ 22,42 milhões. Deduzido o valor dos precatórios, apura-se resultado financeiro ainda positivo, porém inferior ao rendimento financeiro esperado, demonstrando que os investimentos não atingiram a meta atuarial, sendo a perda estimada de R\$ 6,13 milhões, conforme evidenciado na Tabela 10, a seguir:

TABELA 10 - (Valores em R\$)

Decomposição dos Resultados	Valores em R\$
Superávit/ (Déficit) acumulado em 31.12.2021	(31.998.800)
1 - Resultado do Passivo (Tabela 9)	29.734.929
Crescimento inerente das Provisões Matemáticas de benefício definido	(5.331.986)
<i>Ganho (+) / Perda (-) Atuariais</i>	3.583.620
PMaC – PED 2021	31.517.734
Variação da PM de Contribuição Definida (BPD)	(34.439)
2 - Resultado Financeiro	5.389.237
Resultado Líquido dos investimentos	22.422.744
<i>Rendimento financeiro esperado - Meta Actuarial</i>	21.575.201
<i>Ganho (+) / Perda (-) Financeira estimada</i>	(6.131.920)
<i>Precatórios a receber - OFNDs</i>	6.979.462
Pagamento líquido de benefícios e outros encargos do Plano	(14.650.632)
Outras deduções - migração de planos (desligados)	(778.030)
Constituições/Reversões de Contingências	(46.700)
Cobertura/Reversão de Despesas Administrativas	(1.558.145)
Constituição/reversão para fundo previdencial	-
Resultado do Exercício (1 + 2)	35.124.167
Superávit/ (Déficit) acumulado em 31.12.2022	3.125.367

Em síntese, o déficit técnico do PBDC converteu-se em superávit técnico em 2022 como resultado dos ganhos atuariais do passivo no valor de R\$ 3,58 milhões, da contabilização da PMaC referente ao equacionamento do Déficit de 2021, no valor de R\$ 31,52 milhões e do registro dos recursos a receber dos precatórios OFND'S, no valor de R\$ 6,98 milhões, totalizando R\$ 42,08 milhões de resultado positivo no exercício, que deduzido da perda financeira de R\$ 6,13 milhões, e dos valores referentes à Outras deduções - migração de planos (desligados) e à Constituições/Reversões de Contingências, no total de R\$ 0,83 milhão, equivalem ao resultado positivo apurado no exercício de R\$ 35,12 milhões.

6.2.3. Natureza do Resultado

A natureza do resultado do plano no exercício de 2022 decorre tanto de causas estruturais quanto conjunturais, posto que deriva, primordialmente, de alterações das hipóteses atuariais, da rentabilidade do plano que, mais uma vez, não atingiu a meta atuarial no exercício, como provável efeito da situação econômica atual, conjugado com o registro dos precatórios (OFND's) e a implementação de novo plano equacionamento de déficit.

6.2.4. Soluções para o Equacionamento de Déficit

Não há déficit a ser equacionado

6.2.5. Adequação dos Métodos de Financiamento

O Regime Financeiro e o Método de Financiamento adotados no financiamento dos benefícios do plano não foram alterados, sendo considerados adequados aos benefícios para os quais são empregados, haja vista a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, estando em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

6.2.6. Outros Fatos Relevantes

- Os valores relativos aos Ativos Financeiros, Fundos Administrativos, Fundos para garantia das Operações com Participantes e Exigíveis, considerados na apuração dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2022 do PBDC, foram informados pela Cifrão por meio do Balancete Contábil de 31.12.2022, sendo o dimensionamento desses valores de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade;
- Como já mencionado, em dezembro de 2022 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2021 (PED 2021), pelo valor correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado de 2021, com prazo de amortização, que se inicia em 04/2023, compatibilizado com aquele previsto para a liquidação dos compromissos abrangidos pelo passivo atuarial do plano de benefícios.
- Nessa avaliação atuarial não foram previstos quaisquer reflexos decorrentes das determinações do Ofício nº 957/SPC/DEFIS/CGFD, de 27/05/2004, em especial ao que determinava o item 2: realizar os cálculos devidos bem como tomar as providências cabíveis com vistas a equacionar o déficit existente antes da alteração do Regulamento em 1999, observando-se a proporcionalidade contributiva à época.
- Em consonância com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, registra-se que o limite anual de recursos destinados à gestão administrativa dos Planos geridos pela CIFRÃO, sujeita à Lei Complementar nº 108/2001, é de 9% da soma das contribuições e dos benefícios no exercício a que se referir.
- O Plano de Benefícios Definido CIFRÃO - PBDC tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela CIFRÃO.

7. Plano de Custeio vigente a partir de 01/04/2023

Registra-se, a seguir, o Plano de Custeio previsto para vigorar entre 01.04.2023 e 31.03.2024:

7.1. Participantes Ativos e Autopatrocinados

7.1.1. Custeio Normal

Tabela de Contribuição

Base de Desconto ¹	% Aplicável sobre a Base de Desconto
Salário-de-Participação (SP)	5,0%
Excesso do SP em relação à ½ do VBC máximo, se positivo	4,0%
Excesso do SP em relação ao VBC máximo, se positivo	8,5%

¹ Salário-de-Participação limitado ao triplo do VBC máximo e VBC = Valor Básico CIFRÃO

Os autopatrocinados deverão recolher ao plano além das suas contribuições como participante ativo, as correspondentes contribuições que seriam de responsabilidade da Patrocinadora à qual estavam vinculados, incluindo a contribuição para a cobertura das despesas administrativas.

7.1.2. Custeio Extraordinário

Para integralização da parcela de cobertura do déficit técnico de sua responsabilidade apurada em 01.12.2020, data da Avaliação Atuarial por Fato Relevante decorrente da migração, bem como para integralização da parcela de cobertura do déficit técnico de sua responsabilidade no Plano de Equacionamento do Déficit de 2021, os participantes ativos e autopatrocinados não contribuem na fase ativa, cabendo-lhes o recolhimento da contribuição extraordinária na inatividade, na forma especificada no item 7.2.2 .

7.2. Assistidos

7.2.1. Contribuição Normal

Os assistidos efetuam contribuição mensal para o plano composta pela soma das seguintes parcelas, obtidas com base em percentuais aplicados sobre a suplementação:

Tabela de Contribuição

Base de Desconto	% Aplicável sobre a Base de Desconto
Suplementação (SUP)	5,0%
Excesso da SUP em relação à $\frac{1}{2}$ do VBC máximo, se positivo	4,0%
Excesso da SUP em relação ao VBC máximo, se positivo	8,5%

7.2.2. Contribuição Extraordinária

Para integralização da parcela de cobertura do déficit técnico de sua responsabilidade apurada em 01.12.2020, data da Avaliação Atuarial por Fato Relevante decorrente da migração, os assistidos (aposentados e pensionistas), atuais e futuros, deverão contribuir mensalmente com importância equivalente à 18,1% do benefício supletivo, cujos recolhimentos mensais extraordinários tiveram início em 01.04.2021.

Para integralização da parcela de cobertura do déficit técnico de sua responsabilidade no Plano de Equacionamento do Déficit de 2021, os assistidos (aposentados e pensionistas), atuais e futuros, deverão contribuir mensalmente, a partir de 01.04.2023, com importância equivalente à 4,1527% do benefício supletivo.

7.3. Participantes Vinculados

Os participantes vinculados, cuja opção pelo benefício proporcional diferido (BPD) ocorreu antes de 13.12.2019, deverão contribuir apenas para o custeio administrativo, tanto na fase de diferimento, quanto na fase de recebimento do benefício.

Os participantes vinculados, cuja opção pelo benefício proporcional diferido (BPD) ocorreu a partir de 13.12.2019, deverão contribuir para o custeio administrativo, na fase de diferimento, e para o custeio extraordinário, na forma do item 7.2.2, na fase de recebimento do benefício.

7.4. Patrocinadoras

7.4.1. Contribuição Normal

As Patrocinadoras contribuem mensalmente com montante igual à soma das contribuições normais mensais dos participantes ativos e assistidos.

7.4.2. Contribuição Extraordinária

Para integralização da parcela de cobertura do déficit técnico de sua responsabilidade apurada em 01.12.2020, data da Avaliação Atuarial por Fato Relevante decorrente da migração, bem como para integralização da parcela de cobertura do déficit técnico de sua responsabilidade no Plano de Equacionamento do Déficit de 2021, os patrocinadores deverão contribuir mensalmente com importância equivalente à totalidade das contribuições extraordinárias mensais pagas pelos seus respectivos participantes e assistidos.

7.5. Custeio Administrativo

Para o custeio administrativo foi mantida a taxa de carregamento administrativo equivalente a 10% das contribuições recolhidas (normais e extraordinárias referente à 2020) e a Taxa de Administração passou de 0,47% para 0,28% do patrimônio do plano.

É nula a taxa de carregamento administrativo sobre as contribuições extraordinárias referentes ao Plano de Equacionamento do Déficit de 2021.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 13 de março de 2023.
Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária CIBA nº 070
Cássia Maria Nogueira
Responsável Técnico Atuarial
MIBAMTE nº 1.049

PARECER ATUARIAL DO PLANO MOEDAPREV EM 31/12/2022

1. Introdução e Objetivo

Este Parecer Atuarial objetiva apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2022, elaborada pela Rodarte Nogueira, referente ao Plano MoedaPrev, administrado pela Cifrão - Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil e registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 2010.0036-83.

A Avaliação Atuarial de 2022 foi desenvolvida considerando:

- O Regulamento do Plano MoedaPrev, aprovado pela Portaria PREVIC nº 1077, de 11.12.2019, publicada no Diário Oficial da União de 13.12.2019;
- As informações cadastrais dos participantes ativos e assistidos na data-base de agosto/2022. Para apuração das Provisões Matemáticas de 12.2022 foram consideradas, tanto no cadastro dos ativos quanto dos assistidos, as movimentações de aposentadorias e pensões concedidas e saídas por resgate entre agosto e dezembro/2022;
- Os demonstrativos contábeis de 2022 fornecidos pela Cifrão;
- As premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais geralmente aceitos, observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, registrados no item 3.

Ressalta-se que, de acordo com o estudo técnico específico realizado por esta consultoria em 2022 (Relatório RN/Cifrão nº 004/2022, de 27/09/2022), foi avaliado que o Plano MoedaPrev reunia as condições necessárias para fazer jus à postergação da implantação do Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2021, conforme faculdade prevista pelo Art. 1º da Resolução CNPC nº 55/2022. Ainda de acordo com o referido normativo, o referido Plano de Equacionamento deverá ser elaborado e aprovado até 31 de dezembro de 2023, incorporando o resultado acumulado do exercício de 2022.

2. Base de Dados

2.1. Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral de Participantes Ativos e Assistidos, encaminhada pela CIFRÃO, encontrava-se posicionada em 31.08.2022. O referido cadastro foi submetido a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, sendo a exatidão e veracidade desses dados de responsabilidade da Entidade. Adicionalmente, importa registrar que, para apuração das Provisões Matemáticas de 12.2022 foram consideradas, tanto no cadastro dos ativos quanto dos assistidos, as movimentações de aposentadorias e pensões concedidas entre setembro e dezembro/2022 e os saldos de conta atualizados para 31.12.2022, conforme informado pela entidade.

2.2. Consolidado Estatístico

As estatísticas e saldos de conta de ativos e assistidos, apresentados na sequência, referem-se à base cadastral dessa avaliação atuarial posicionada em 31.12.2022

2.2.1. Ativos e Autopatrocinados

Descrição	Masculino	Feminino	Total
Frequência	433	182	615
Idade Média	47,5	44,65	46,66
Tempo médio de Vinculação (em anos)	6,86	7,02	6,91
Salário-de-Participação Médio	R\$ 12.549,56	R\$ 12.555,67	R\$ 12.551,37
Contribuição Normal no mês	R\$ 438.439,64	R\$ 184.937,62	R\$ 623.377,26
Contribuição Básica	R\$ 366.090,54	R\$ 154.219,77	R\$ 520.310,31
Contribuição Risco	R\$ 37.262,17	R\$ 15.922,83	R\$ 53.185,00
Contribuição Adm	R\$ 35.086,93	R\$ 14.795,02	R\$ 49.881,95
Contribuição Facultativa	R\$ 2.219,19	R\$ 143,86	R\$ 2.363,05
Contribuição Básica	R\$ 2.208,09	R\$ 143,14	R\$ 2.351,23
Contribuição Risco	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contribuição Adm	R\$ 11,10	R\$ 0,72	R\$ 11,82
Saldo Participante (Básica)	R\$ 29.997.091,60	R\$ 13.436.170,19	R\$ 43.433.261,79
Saldo Participante (Valores Migrados)	R\$ 28.279.877,59	R\$ 9.234.832,02	R\$ 37.514.709,61
Saldo Participante (Facultativa)	R\$ 1.135.433,64	R\$ 97.988,30	R\$ 1.233.421,94
Saldo Participante (Valores Portados - EAPC)	R\$ 304.490,55	R\$ 55.071,00	R\$ 359.561,55
Saldo Patrocinadora	R\$ 27.851.049,88	R\$ 12.458.970,53	R\$ 40.310.020,41

2.2.2. Cancelados (MoedaPrev)- (c/ vínculo empregatício - sem resgate)

Descrição	Total
Frequência	82
Saldo Participante (Básica)	R\$ 1.343.816,16
Saldo Participante (Facultativa)	R\$ 57.565,24
Saldo Conta Patrocinadora	R\$ 168.423,75

2.2.3. Assistidos – Renda Vitalícia

TIPO DE BENEFÍCIO	Frequência	Supl.Média	Contrib.Média	Idade Média(Vitalício)
Aposentadoria Programada	125	R\$ 2.417,16	-	70,09
Aposentadoria – Não Programada	17	R\$ 599,76	-	67,28
Pensão	74	R\$ 1.722,63	-	68,44

2.2.4. Assistidos – Renda Certa

TIPO DE BENEFÍCIO	Frequência	Renda Média	Prazo Médio(anos)
Aposentadoria	172	R\$ 2.655,82	8,20
Pensão	78	R\$ 2.360,77	7,87

Não foram observadas variações atípicas nas bases de dados disponibilizadas, entre 2021 e 2022, que apenas refletiram as entradas e saídas de participantes, as novas concessões e as extinções de benefícios decorrentes de morte de assistidos e de pensionistas ou pela perda da qualidade de beneficiário.

As provisões matemáticas de contribuição definida de 31.12.2022 foram dimensionadas considerando as informações atualizadas dos saldos de conta de participantes, patrocinadora, assistidos e cancelados, disponibilizadas pela entidade, sendo observada apenas uma concessão de aposentadoria entre agosto e dezembro/2022.

3. Hipóteses Atuariais, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

3.1. Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na Avaliação Atuarial de 2022, destacam-se as indicadas a seguir:

Hipótese	AA2022	AA2021
Indexador Econômico do Plano	INPC - IBGE	INPC - IBGE
Taxa de juros	4,59%	4,59%
Inflação anual projetada	3,48%	3,47%
Taxa anual esperada de retorno dos investimentos	Indexador Econômico + 4,59% a.a	Indexador Econômico + 4,59% a.a
Crescimento real anual esperado dos salários	1,17%	1,4%
Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9830	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9830
Gerações futuras de novos entrados	Não adotada.	Não adotada.
Rotatividade anual	Nula	Nula
Tábua de Mortalidade Geral	AT 83 segregada por sexo	AT 83 segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30%	Álvaro Vindas desagravada em 30%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss desagravada em 40%	Winklevoss desagravada em 40%
Tábua de Morbidez	Hubbard-Laffitte desagravada em 20%	Experiência Rodarte desagravada em 20%
Hipótese sobre composição de famílias pensionistas	Participante Ativo: Não Aplicável	Participante Ativo: Não Aplicável
	Assistidos e Pensionistas: Família real	Assistidos e Pensionistas: Família real

3.2. Adequação das Hipóteses

As premissas relacionadas no Item 3.1 foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos, bem como estudos encaminhados pela Entidade à Rodarte Nogueira.

Consoante o que determina a legislação e tendo em vista as boas práticas atuariais, a Rodarte Nogueira elaborou estudos específicos que subsidiaram a definição das hipóteses atuariais por parte da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, bem como o parecer do Conselho Fiscal, conforme os documentos relacionados a seguir.

3.2.1. Estudos Específicos

- Estudo específico da Taxa de Juros: Relatório do estudo de adequação da hipótese de taxa de juros a ser adotada na Avaliação Atuarial do Plano MoedaPrev, RN/CIFRÃO n° 006/2022, de 25.10.2022;
- Estudos específicos das Demais Hipóteses:
 - i. Relatório do Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais dos Planos MOEDAPREV e PBDC - RN/CIFRÃO n° 008/2022, de 03.11.2022;

3.2.2. Documentos de Manifestação e Aprovação

- Parecer do Conselho Fiscal – Parecer CONFIS n° 004/2022, de 01 de dezembro de 2022;
- Parecer do Conselho Fiscal – Parecer CONFIS n° 005/2022, de 13 de dezembro de 2022;
- ATA de Reunião Diretoria Executiva n° 37/2022, de 14 de dezembro de 2022;
- ATA de Reunião Diretoria Executiva n° 38/2022, de 14 de dezembro de 2022;
- ATA da 12ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, de 22 de dezembro de 2022.

Conforme definido nos documentos de aprovação supra, as hipóteses de crescimento real de salário, inflação anual e da tábua de Morbidez foram alteradas, sendo mantidas as demais hipóteses atuariais adotadas na última avaliação atuarial, consideradas válidas e adequadas para a avaliação atuarial de 2022.

A taxa real de juros atuarial foi mantida em 4,59% a.a., como sugerido pelo estudo técnico de adequação e aderência da hipótese de taxa de juros de 2022 elaborado pela Rodarte Nogueira (item 3.2.1), dentro do intervalo da taxa parâmetro, de 3,10% a 4,89%, estabelecido pela legislação para a duração do passivo do plano de 9,7159 anos (apurado na Avaliação Atuarial de 2021).

3.3. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Quanto aos Regimes Financeiros e Métodos Atuariais, manteve-se nessa avaliação, o Regime de Capitalização e Método de Capitalização Financeira para os Benefícios Programados e para a parcela dos benefícios de riscos decorrente da conversão do saldo de conta, o Regime de Repartição Simples para o Benefício de Auxílio-Doença e o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura para a parcela de benefício definido da aposentadoria por invalidez e da pensão por morte de Participante, considerados adequados haja vista as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

Os benefícios decorrentes dos valores migrados do PBDC foram financiados no plano de origem pelo Regime de Capitalização e Método Agregado.

4. Patrimônio Social e de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

O Plano MoedaPrev, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 2010.0036-83, é um plano de caráter previdenciário que agrega as modalidades de benefício definido e de contribuição definida, cujas Provisões Matemáticas de Benefício Definido do encerramento do exercício de 2022 foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2022, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados no quadro abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social e de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico resultante em 31.12.2022:

Valores em 31.12.2022 (R\$)

2.03	PATRIMONIO SOCIAL	259.189.232,60
2.03.01	PATRIMONIO DE COBERTURA DO PLANO	234.437.371,21
2.03.01.01.00.00.00	PROVISOES MATEMATICAS	243.706.115,88
2.03.01.01.01.00.00	BENEFICIOS CONCEDIDOS	118.515.646,29
2.03.01.01.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	47.610.170,87
2.03.01.01.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS - RENDA CERTA	47.593.431,42
2.03.01.01.01.01.02	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS - SAQUE 25%	16.739,45
2.03.01.01.01.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO - CAPITALIZAÇÃO	70.905.475,42
2.03.01.01.01.02.01	V.A. BEN. FUT. PROGRAMADO – ASSISTIDOS	50.245.669,66
2.03.01.01.01.02.02	V.A. BEN. FUT. NÃO PROGRAMADO – ASSISTIDOS	20.659.805,76
2.03.01.01.02.00.00	BENEFICIOS A CONCEDER	125.190.469,59
2.03.01.01.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	125.190.469,59
2.03.01.01.02.01.01	SALDO DE CONTAS – PARCELA PATROCINADOR (ES)	40.478.444,16
2.03.01.01.02.01.01.01	BÁSICA - PATROCINADORA	40.478.444,16
2.03.01.01.02.01.02	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES	84.712.025,43
2.03.01.01.02.01.02.01	BÁSICA PARTICIPANTE	44.777.077,95
2.03.01.01.02.01.02.02	FACULTATIVA	1.290.987,18
2.03.01.01.02.01.02.04	VALORES PORTADOS (EAPC)	359.561,55
2.03.01.01.02.01.02.05	VALORES MIGRADOS (PBDC)	37.514.709,61
2.03.01.01.02.01.02.06	VALORES TRANSFERIDOS (PBDC)	769.689,14
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISOES MATEMATICAS A CONSTITUIR	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILIBRIO TECNICO	(9.268.744,67)
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(9.268.744,67)
2.03.01.02.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.03.01.02.01.01.01	RESERVA DE CONTINGENCIA	-
2.03.01.02.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISAO DO PLANO	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) DEFICIT TECNICO ACUMULADO	(9.268.744,67)
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	24.751.861,39
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	21.753.879,21
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS - NOTA TÉCNICA ATUARIAL	21.753.879,21
2.03.02.01.03.01.00	Fundo de Risco	14.148.775,31
2.03.02.01.03.04.00	Fundo Reversão de Contingência	72.247,27
2.03.02.01.03.05.00	Fundo de Recursos Remanescentes - Patrocinador	2.693.755,43
2.03.02.01.03.06.00	Fundo de Recursos a Receber Precatórios	4.839.101,19
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.290.436,05
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	707.546,13

As Provisões Matemáticas de Contribuição Definida equivalem aos Saldos de Conta informados para 31.12.2022, mantidos e atualizados pela entidade, sendo essas informações de sua responsabilidade. Os Fundos Previdenciais, por sua vez, são determinados de acordo com as regras especificadas no item 6.2.1 deste parecer.

5. Duração do Passivo e Ajuste de Precificação

5.1. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios definidos de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Assim, com base no fluxo do passivo da Avaliação Atuarial de 31.12.2022 e na metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes, a duração do passivo do MoedaPrev foi dimensionada em 115 meses (9,5862 anos).

5.2. Ajuste de Precificação

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Como o MoedaPrev contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como mantidos até o vencimento, foi apurado pela Fundação o ajuste de precificação dos referidos títulos públicos, em 31.12.2022, no valor positivo de R\$ 1.291.664,62, que deverá ser deduzido do resultado deficitário acumulado para fins de equacionamento.

De acordo com o estudo específico de convergência da taxa de juros de 2022, a manutenção dos títulos vigentes em 2021, com grande representatividade de vencimento nos anos de 2022 a 2024 e 2050 a 2055, não comprometia a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano, mantidas as condições do estudo.

6. Resultados Atuariais

6.1. Em relação ao Grupo de Custeio

6.1.1. Evolução dos Custos

De acordo com o método de financiamento adotado na avaliação do plano sob análise, o custo esperado para o próximo exercício equivale ao montante das contribuições normais previstas para serem pagas nos próximos 12 meses pelos participantes, assistidos e patrocinador, com base no plano de custeio aprovado.

A tabela abaixo registra o montante das contribuições normais previstas para serem pagas em 2023, ora expresso em valores monetários, ora em percentual da respectiva folha de salário-de- participação, considerando o Plano de Custeio descrito no item 7:

Fonte dos Recursos – 2023

Especificação	Participantes	% folha	Assistidos	%folha	Patrocinador	%folha	Total
Custo Total							R\$ 15.658.783,00
Contribuições	R\$ 8.134.470,00	8,106%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 7.524.313,00	7,498%	R\$ 15.658.783,00
Normais	R\$ 8.103.904,00	8,076%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 7.524.313,00	7,498%	R\$ 15.628.217,00
Básica	R\$ 6.764.034,00	6,741%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 6.257.924,00	6,236%	R\$ 13.021.958,00
Risco	R\$ 691.405,00	0,689%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 664.442,00	0,662%	R\$ 1.355.847,00
Administrativa	R\$ 648.465,00	0,646%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 601.947,00	0,600%	R\$ 1.250.412,00
Extraordinárias	R\$ 30.566,00	0,030%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 30.566,00
Déficit Equacionado	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00
Serviço Passado	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00
Outras Finalidades*	R\$ 30.566,00	0,030%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 30.566,00

* Contribuições facultativas

O custo normal previsto para 2023 é de 15,57% da Folha de Salário-de-Participação, mantendo-se estável em relação ao apurado para 2022 (15,33%), posto que não houve alterações nas alíquotas contributivas normais.

6.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

O Plano MoedaPrev registra em 31.12.2022 provisões matemáticas constituídas na modalidade de Contribuição Definida e na modalidade de Benefício Definido.

Na parcela de Contribuição Definida, as provisões matemáticas são identificáveis aos saldos de conta, mantidos e atualizados pela entidade com base na variação da cota patrimonial do plano, observando-se variação positiva de R\$ 16.557.297,16, entre 2021 e 2022, para as respectivas provisões matemáticas de benefícios a conceder e variação negativa de R\$ 3.855.216,10 para a correspondente provisão matemática de benefícios concedidos, posto que deduzida das despesas correspondentes aos benefícios de renda certa continuada.

Quanto à parcela constituída na modalidade de Benefício Definido, as respectivas provisões matemáticas variaram cerca de R\$ 4,65 milhões, entre 2021 e 2022, sendo R\$ 1,29 milhão decorrentes do crescimento inerente à atualização das Provisões Matemáticas, R\$ 2,84 milhões como efeito da concessão de renda vitalícia e R\$ 0,51 milhão de perda decorrente de outros ajustes.

O quadro a seguir registra como as provisões matemáticas de benefício definido do Plano MoedaPrev evoluíram entre 2021 e 2022, destacando as principais alterações:

	PMBC - BD
Provisões Matemáticas em 31.12.2021	66.260.588
(+) Variação inerente às provisões matemáticas ¹	1.290.898
(+) Alteração das hipóteses atuariais	-
Alteração do crescimento salarial	-
Alteração da tabela de morbidez	-
Efeito da combinação das alterações	-
(+/-) Concessão de Renda Vitalícia ²	2.843.667
(+/-) Atualização cadastral e ajuste de experiência ³	510.322
(+) Variação Total	4.644.888
(=) Provisões Matemáticas em 31.12.2022	70.905.475

¹Juros, correção monetária e pagamento de benefícios.

² Provisão Matemática decorrente da conversão de saldo de conta em benefício de renda vitalícia.

³ Variações cadastrais (+ / -), como extinção de benefícios, sobrevivência (+) ou mortalidade (-) acima da esperada no período

6.1.3. Principais Riscos Atuariais

O Plano Moedaprev conjuga as modalidades de contribuição definida, para a qual não há riscos atuariais, mas tão somente riscos financeiros, e de benefício definido, para o qual tem-se os riscos atuariais inerentes à essa modalidade, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses atuariais adotadas na mensuração desses compromissos, com maior relevância para aquelas vinculadas à sobrevivência e à taxa real de juros, adotada no desconto a valor presente das obrigações e como meta do retorno dos investimentos financeiros do plano.

Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é importante o acompanhamento da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência dessas hipóteses, ajustando-as sempre que necessário.

Nesse sentido, salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial de 2022 do Plano foram aprovadas pelos órgãos estatutários da entidade, subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio dos estudos técnicos específicos relacionados no item 3.2.1.

6.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Em 31.12.2022, as provisões matemáticas de benefício definido do Plano não estão totalmente cobertas pelo respectivo patrimônio de cobertura, apurando-se Déficit Técnico Acumulado de R\$ 9.268.744,68, aproximadamente 13,07% dessas provisões, sendo o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado negativo apurado em R\$ 7.977.080,05, quando considerado o ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2022, no valor positivo de R\$ 1.291.664,62.

Assim, tendo apurado resultado deficitário, a Entidade deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o registrado no Título VI, como medida legal mínima para restabelecer o reequilíbrio técnico do plano, conforme especificado no item 6.2.4.

Contudo, os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são compulsórios. Visando restaurar de forma mais definitiva o reequilíbrio e solvência do plano, a EFPC, dentro de critérios técnicos embasados em parecer atuarial, deve buscar estabelecer, entre as causas do resultado deficitário, aquelas que não são passíveis de reversão no médio prazo, para então definir o patamar mínimo do equacionamento, ou mesmo, buscar alternativas mais definitivas, como uma reestruturação mais ampla do plano.

6.2. Em relação ao Plano de Benefícios

6.2.1. Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O Plano MoedaPrev registra os seguintes Fundos Previdenciais Coletivos:

- i. Fundo de Risco, destinado a suportar os compromissos referentes aos benefícios de risco do MoedaPrev não cobertos pelo saldo de conta, sendo creditado pelas contribuições de risco e debitado pelas despesas com pagamento de auxílio-doença e pelo montante correspondente ao complemento do saldo de conta decorrente de invalidez ou morte de participante;
- ii. Fundo de Recursos Remanescentes- Patrocinador, constituído pelos recursos do patrocinador não resgatável pelo participante correspondentes aos participantes cancelados, desligados e restituídos, informados pela entidade, sendo sua utilização definida pelo patrocinador;

- iii. Fundo de Reversão de Contingência, constituído em 01.12.2020, data da avaliação atuarial por fato relevante, pela reversão do superávit apurado antes da migração, sendo destinado à cobertura de eventual déficit para a massa do MoedaPrev que deu causa ao fundo.

Os referidos fundos são atualizados mensalmente pela rentabilidade do plano.

Além desses fundos, foi constituído, em 2022, o Fundo de Recursos a Receber – Precatórios de valor correspondente aos recebíveis da ação judicial que trata das OFND's, transferidos do PBDC e contabilizados nos Ativos do MoedaPrev, posto que se referem a recursos provenientes da migração e, portanto, se destinam exclusivamente aos participantes e assistidos oriundos do PBDC, com destinação de 50% desse direito aos patrocinadores. Observado o critério de individualização entre os participantes e assistidos migrados, a ser definido em Nota Técnica Atuarial, os referidos recursos poderão ser utilizados para abatimento de equacionamento de déficit, no caso dos assistidos com renda vitalícia e patrocinadores e, no caso de assistidos com renda certa e de participantes ativos, destinado aos respectivos saldos de conta.

6.2.2. Variação do Resultado

O Déficit técnico acumulado em 31.12.2021, no valor de R\$ 6,30 milhões, aumentou R\$ 2,97 milhões no exercício, passando a R\$ 9,27 milhões em 31.12.2022, aproximadamente 13,07% das respectivas Provisões Matemáticas de Benefício Definido, como efeito das perdas sobre os ganhos atuariais estimado em R\$ 0,51 milhões e do resultado dos investimentos em 2022 que não atingiu a meta atuarial, com perda estimada de R\$ 2,46 milhões, sendo a conciliação dos resultados demonstrado no quadro a seguir:

Decomposição dos Resultados - Parcela BD	Valores em R\$
Superávit/ (Déficit) acumulado em 31.12.2021	(6.299.187)
1 - Resultado do Passivo	(4.644.888)
<i>Crescimento inerente + concessão de renda vitalícia</i>	<i>(4.134.565)</i>
<i>Ganho (+) / Perda (-) Atuarial</i>	<i>(510.322)</i>
2 - Resultado Financeiro	1.675.330
Resultado Líquido dos investimentos – estimado	4.400.497
<i>Rendimento financeiro esperado - Meta Atuarial</i>	<i>6.859.732</i>
<i>Ganho (+) / Perda (-) Financeira estimada</i>	<i>(2.459.235)</i>
Pagamento líquido de benefícios e outros encargos do Plano (Adições - Deduções)	(2.725.167)
<i>Adições - Patrimônio CD transferido (estimado) ¹</i>	<i>2.843.667</i>
<i>Adições - recursos provenientes de operações contratadas</i>	<i>-</i>
<i>Deduções - pagamento de benefícios e institutos</i>	<i>(5.568.834)</i>
Constituições/Reversões de Contingências	-
Cobertura/Reversão de Despesas Administrativas	-
Constituição/reversão para fundo previdencial	-
Resultado do Exercício (1 + 2)	(2.969.557)
Superávit/ (Déficit) acumulado em 31.12.2022	(9.268.745)

¹ Parcela patrimonial estimada referente aos saldos de conta das rendas vitalícias concedidas em 2022.

6.2.3. Natureza do Resultado

A natureza do resultado do plano no exercício de 2022 decorre de causas conjunturais, posto que deriva, primordialmente, da rentabilidade do plano que não atingiu a meta atuarial no exercício, como provável efeito da situação econômica atual.

6.2.4. Soluções para o Equacionamento de Déficit

Tendo apurado resultado deficitário de R\$ 9.268.744,67, cerca de 13,07% das provisões matemáticas de benefício definido do plano, a Entidade deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o especificado no Título VI, como medida legal mínima para restabelecer o reequilíbrio técnico do plano.

De acordo com o referido normativo, anteriormente a definição sobre a obrigatoriedade de equacionamento de déficit técnico e do dimensionamento do montante mínimo a ser equacionado, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo do ajuste da precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento no valor do Déficit Técnico Acumulado.

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2022, R\$ 1.291.664,62, o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo foi avaliado em R\$ 7.977.080,05:

Descrição	Exercício Atual
a) Resultado Realizado	R\$ (9.268.744,67)
b) Ajuste de Precificação	R\$ 1.291.664,62
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	R\$ (7.977.080,05)
Em % das Provisões Matemáticas	-11,25%

Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 9,5862 anos nessa avaliação, tem-se como Limite de Déficit Técnico Acumulado em 31.12.2022 o valor de R\$ 3.960.921,67.

Limite de Déficit Técnico Acumulado = $[1\% \times (9,5862 - 4) \times R\$ 70.905.475,42] = R\$ 3.960.921,67$.

Como o valor absoluto do Equilíbrio Técnico Ajustado negativo (R\$ 7.977.080,05) supera o limite do déficit técnico, apurado em R\$ 3.960.921,67, faz-se necessário elaborar novo plano de equacionamento de déficit em 2023, no valor mínimo de R\$ 4.016.158,38, com vigência prevista para 01.04.2024.

Ressalta-se, mais uma vez, que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são compulsórios e, especialmente em planos que agregam as modalidades de contribuição definida e de benefício definido, a EFPC deve buscar estabelecer, de forma mais definitiva, o reequilíbrio e solvência do plano, mitigando o risco de que futuros assistidos optantes por renda vitalícia venham a ser penalizados em duplicidade.

De toda sorte, havendo reversão do resultado deficitário na Avaliação Atuarial de 2023, o plano de equacionamento poderá ser suspenso desde que tenha aprovação dos órgãos competentes.

6.2.5. Adequação dos Métodos de Financiamento

Os Regimes Financeiros e o Método de Financiamento adotados no financiamento dos benefícios do plano não foram alterados, sendo considerados adequados aos benefícios para os quais são empregados, haja vista a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, estando em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

6.2.6. Outros Fatos Relevantes

- Os valores relativos aos Ativos Financeiros, Fundos Administrativo e de Investimentos e Exigíveis do Plano MoedaPrev, considerados nessa Avaliação Atuarial, foram informados pela Cifrão, por meio do Balancete Contábil de 31.12.2022, sendo os seus dimensionamentos de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade.
- As provisões matemáticas de contribuição definida dessa avaliação atuarial, foram identificadas à soma dos saldos de conta individuais, informados pela Cifrão. A provisão matemática de benefício concedido, parcela de Benefício Definido, foi reavaliada por equivalência atuarial.
- Em 2022, foi constituído o Fundo de Recursos a Receber – Precatórios de valor correspondente aos recebíveis da ação judicial que trata das OFND's, transferidos do PBDC e contabilizados nos Ativos do MoedaPrev, posto que se referem a recursos provenientes da migração e, portanto, se destinam exclusivamente aos participantes e assistidos oriundos do PBDC, com destinação de 50% desse direito aos patrocinadores.
- Com base nos resultados do estudo técnico específico realizado por esta consultoria em 2022 (Relatório RN/Cifrão n° 004/2022, de 27/09/2022), a Fundação decidiu pela postergação da elaboração e implementação do Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2021, conforme faculdade prevista pelo Art. 1° da Resolução CNPC n° 55/2022, o qual deverá ser realizado em 2023 incorporando o resultado acumulado do exercício de 2022, em conformidade com o referido normativo.
- Em consonância com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, registra-se que o limite anual de recursos destinados à gestão administrativa dos Planos geridos pela CIFRÃO, sujeita à Lei Complementar n° 108/2001, é de 9% da soma das contribuições e dos benefícios no exercício a que se referir.
- O Plano MoedaPrev tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela CIFRÃO.

7. Plano de Custeio vigente a partir de 01.04.2023

Registra-se, a seguir, o Plano de Custeio previsto para vigorar entre 01.04.2023 e 31.03.2024:

7.1. Participantes Ativos e Assistidos por Auxílio-Doença

Tabela de Contribuição

Base de Desconto ¹	% Aplicável sobre a Base de Desconto
Salário-de-Participação (SP)	4,2%
Excesso do SP em relação a 20 x VRPM, se positivo	8,4%
Excesso do SP em relação a 40 x VRPM, se positivo	2,1%

¹ VRPM = Valor de Referência do Plano MoedaPrev

Além do recolhimento das contribuições normais mensais estabelecidas na forma da tabela acima, o regulamento também prevê o recolhimento de Contribuições Facultativas, de caráter opcional, a serem realizadas exclusivamente pelos Participantes-Ativos e Participantes-Assistidos por Auxílio-Doença, a critério destes e sem a contrapartida da Patrocinadora.

7.2. Autopatrocinados

Os autopatrocinados deverão recolher ao plano, além das suas contribuições como participante ativo, as correspondentes contribuições que seriam de responsabilidade da Patrocinadora à qual estavam vinculados, incluindo a contribuição para a cobertura das despesas administrativas.

7.3. Assistidos

Não é previsto o recolhimento de contribuição normal pelos assistidos.

7.4. Remidos

Durante a fase de diferimento, o participante remido contribui apenas para o custeio administrativo.

7.5. Patrocinadoras

A Contribuição Normal devida mensalmente pela Patrocinadora será igual à soma das Contribuições Normais pagas pelos Participantes-Ativos Patrocinados e Participantes-Assistidos por Auxílio-Doença cuja condição anterior era Participante-Ativo Patrocinado, a ela vinculados, limitada mensalmente a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) da soma dos Salários-de- Participação dos Participantes envolvidos no seu cálculo.

7.6. Custeio do Risco

Para o custeio do risco, foi mantida a alíquota de 9,0% da contribuição normal.

7.7. Custeio Administrativo

Para o custeio administrativo é previsto taxa de carregamento administrativo de 8% das contribuições normais recolhidas e a Taxa de Administração equivalente a 0,28% do patrimônio do plano. Sobre as Contribuições Facultativas incidirá a taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) destinada à administração do MoedaPrev.

7.8. Destinação das Contribuições Normais

Participantes ativos: 83,0% como contribuição básica, para crédito nos saldos de conta; 9,0% como contribuição de risco, para crédito no Fundo de Risco, e, 8,0% de contribuição administrativa, destinado ao PGA.

Participantes ativos (aposentados pelo INSS): 88,0% como contribuição básica, para crédito nos saldos de conta; 4,0% como contribuição de risco (cobertura do risco de morte), para crédito no Fundo de Risco; e 8% de contribuição administrativa, destinado ao PGA.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 13 de março de 2023.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária CIBA nº 070
Cássia Maria Nogueira
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 1.049

10. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, as demonstrações individuais por plano de benefícios, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas e do plano de gestão administrativa, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO e individual por planos de benefícios em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado e por Planos de Benefícios de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

2. Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor.

A Administração da Fundação é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, por plano de benefícios, ainda não concluído até a data de emissão deste nosso relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião ou conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o referido relatório, e considerar se o conteúdo está consistente com as informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Não temos nada a relatar sobre o mesmo dado à sua inexistência nesta data.

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a solvência e liquidez desses planos, pela avaliação da capacidade da Fundação de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à perenidade dos planos e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração e a Governança desejem liquidar os planos, ou não tenham alternativas realistas para evitar a extinção dos mesmos.

Os responsáveis pela Governança são aqueles com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis, bem como pela perenidade dos planos de benefícios assegurando sua liquidez e solvência.

5. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa e de continuidade operacional da Fundação e,

mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a perenidade dos Planos e capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e de não manter a continuidade da Fundação;

- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2023

FERNANDO MOTTA AUDITORES
CRCMG – 12.557

Fernando Campos Motta
Contador CRCMG 91.109-S-RJ

11. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 01/2023 DO CONSELHO FISCAL EMITIDO NA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24/03/2023

O Conselho Fiscal no uso de atribuições que lhe confere o art. 36, II, do Estatuto da CIFRÃO, examinou as Demonstrações Contábeis da CIFRÃO e Notas Explicativas, Nota Técnica DIRFIN 05/2023, Ata 07 e 08/2022 DIREX, Parecer dos Auditores Externos, Relatórios de Atuário Externo apresentados pela Diretoria Executiva e outros documentos elencados na Introdução deste Parecer, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Com base nos exames, complementados por informações e esclarecimentos prestados pelos membros da Diretoria Executiva da Entidade, o CONSELHO FISCAL, reforça que sejam atendidas as observações, manifestações e recomendações elencadas no item anterior e sugere a aprovação das Demonstrações Contábeis da CIFRÃO referente ao exercício de 2022.

Sergio dos Santos Machado
Conselheiro Presidente

Everson Alves Santos
Conselheiro

Jorge Eduardo Vieira Costa
Conselheiro

Francisco José Haddad de Almeida
Conselheira

12. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

EMITIDA NA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO REALIZADA EM 30/03/2023

O Conselho Deliberativo da CIFRÃO – Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil, em sua 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de março de 2023, considerando o exame realizado nas Demonstrações Contábeis de 2022 apresentados pela Diretoria Executiva através da Ata de Reunião da Diretoria Executiva nº 07/2023, de 17 de março de 2023, suportada pela Nota Técnica DIRFIN nº 05/2023, de 17 de março de 2023; no Relatório dos Auditores Independentes PAR-003/23 sobre as Demonstrações Contábeis, emitido em 17 de março de 2023 pela Fernando Motta Auditores; pelos Pareceres Atuariais RN/CIFRÃO nº 001/2023 referente ao Plano PBDC e RN/CIFRÃO nº 002/2023 referente ao Plano MOEDAPREV, ambos elaborados e emitidos em 13 de março de 2023 pela Consultoria Rodarte Nogueira; pelo Parecer CONFIS nº 001/2023, emitido em 29 de março de 2023 pelo Conselho Fiscal da CIFRÃO, aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis finalizadas em 31 de dezembro de 2022, compostas do Balanço Patrimonial Consolidado, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS), das Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) dos Planos PBDC e MOEDAPREV, das Demonstrações do Ativo Líquido (DAL) dos Planos PBDC e MOEDAPREV, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), das Demonstrações das Provisões Técnicas (DPT) dos Planos PBDC e MOEDAPREV e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

José Luiz Gil Costa
Presidente

Marcos Leon Rozemblatt
Titular

Ricardo Roberto Padilha da Rocha
Titular

Roberto Serdeira Dominguez
Titular

Thiago Oliveira Veiga
Titular

Célio Martins Chaves Júnior
Titular



CIFRÃO

Fundação de Previdência
da Casa da Moeda do Brasil

**Rua René Bitencourt, nº 371, Santa Cruz
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 23.565-902
Telefone: (21) 4040-4993
Celular/Whatsapp: (21) 97122-9323
E-mail: cifrao@cifrao.com.br**